

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Direito**  
**Programa de Pós-graduação**

Matheus Karl Schmidt Schaefer

**DO SINDICALISMO AO ECOSSOCIALISMO: AS LUTAS DOS SERINGUEIROS  
AMAZÔNICOS COMO ENFRENTAMENTO AO MODO DE SOCIABILIDADE  
CAPITALISTA**

Belo Horizonte  
2022

Matheus Karl Schmidt Schaefer

**DO SINDICALISMO AO ECOSSOCIALISMO: AS LUTAS DOS SERINGUEIROS  
AMAZÔNICOS COMO ENFRENTAMENTO AO MODO DE SOCIABILIDADE  
CAPITALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado

Belo Horizonte  
2022

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Junio Martins Lourenço - CRB-6/3167.

S294d Schaefer, Matheus Karl Schmidt

Do sindicalismo ao ecossocialismo [manuscrito]: as lutas dos seringueiros amazônicos como enfrentamento ao modo de sociabilidade capitalista / Matheus Karl Schmidt Schaefer.-- 2022.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Inclui bibliografia.

1. Direito do trabalho - Brasil - Teses. 2. Seringueiros. 3. Capitalismo - Aspectos sociais. 4. Sindicalismo - Teses. 5. Amazônia. I.Machado, Gustavo Seferian Scheffer. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 331(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

UF G

## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO MATHEUS KARL SCHMIDT SCHAEFER

Realizou-se, no dia 26 de agosto de 2022, às 14:00 horas, Auditório Maximum Alberto Deodato, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *DO SINDICALISMO AO ECOSSOCIALISMO: AS LUTAS DOS SERINGUEIROS AMAZÔNICOS COMO ENFRENTAMENTO AO MODO DE SOCIABILIDADE CAPITALISTA.*, apresentada por MATHEUS KARL SCHMIDT SCHAEFER, número de registro 2020652492, graduado no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Gustavo Seferian Scheffer Machado - Orientador (UFMG), Prof(a). Livia Mendes Moreira Miraglia (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Prof(a). Francisco Pereira Costa (Universidade Federal do Acre).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, tendo obtido a nota 100. (CEM)

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022.

  
Prof(a). Gustavo Seferian Scheffer Machado (Doutor) nota 100. (CEM)

  
Prof(a). Livia Mendes Moreira Miraglia (Doutora) nota 100. (CEM)

  
Prof(a). Francisco Pereira Costa (Doutor) nota 100. (CEM)

## **AGRADECIMENTOS**

Os agradecimentos são muitos.

Agradeço a todos que de qualquer maneira me incentivaram ou não a seguir o caminho da pesquisa, pois por mais que parecesse improvável ele aconteceu.

Agradeço a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha vida enquanto estudante, que contribuíram com a construção da minha construção crítica.

Agradeço aos professores/as do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, com ênfase à Lívia Mirágliã (minha quase orientadora e que acompanhou a minha caminhada acadêmica, sempre com muito carinho e respeito), Pedro Nicoli (que me recebeu tão bem e permitiu que assistisse sua disciplina como ouvinte, onde pude ter contato com um novo mundo do Direito do Trabalho) e Daniela Muradas (que muito embora não saiba, foi uma grande incentivadora para que eu persistisse no ingresso na vida acadêmica). Aos professores Flávia Máximo e Victor Hugo Boson que contribuíram muito com o meu conhecimento.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Gustavo Seferian, que teve uma enorme sensibilidade, paciência. Sempre muito comprometido com tudo e com todos e muito atento não só às questões de conteúdo (nas quais ele é fenomenal), mas e, sobretudo, às questões que se relacionam à vida humana e coletiva.

Agradeço a todos os colegas que fiz na academia, sobretudo aos que estiveram comigo durante um mestrado cursado em meio à pandemia: Bianca, Breno, Bruna, Carol, Eugenio, Victor e Thales. Agradeço em especial a Tamiris, uma grata surpresa na minha trajetória, uma amiga querida que fiz, em que dividimos muitos momentos.

Agradeço muito à toda a minha família (tios, tias, primos e primas), em especial, à minha mãe Ana Maria e pai Klebis e à minha irmã Caroline.

Agradeço ainda a quem compartilha a vida comigo, Lucas, que sempre me incentivou e muito em todas as empreitadas dessa vida.

Agradeço também aos amigos que sempre estiveram comigo, uns de mais tempo outros de menos: Clarisse, Letícia, Bhelua, Carol, Dani, Bruno, Alisson, Ana e Felipe.

## RESUMO

A partir do eixo metodológico apresentado por Walter Benjamin, escovando à história à contrapelo, se propõe realizar um estudo através dos olhos de sujeitos históricos predefinidos, a fim de apresentar narrativas daqueles que não foram os vencedores nas lutas que vêm travando ao longo dos anos, eis que quando não invisibilizados, vem sendo criminalizados, oprimidos e tidos como limitadores da expansão capitalista, capazes de influenciar na construção e na rememoração de experiências, libertações e inspirações para aqueles que ainda continuam travando sua luta contra a barbárie. Desde os primórdios da colonização brasileira, a Amazônia desperta interesses da burguesia local e internacional, tendo em vista a quantidade e diversidade de recursos naturais ainda preservados que são funcionais à expansão capitalista. Durante anos a borracha matéria-prima essencial para o desenvolvimento industrial estrangeiro, tendo a região amazônica sido afetada pela superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais amazônicos.

Nesse sentido, pretende-se demonstrar com a presente pesquisa o modo pelo qual a concentração fundiária e a superexploração de trabalho na realidade extrativista acreana foram funcionais para a formação do capitalismo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1970, quando a integração e a colonização da região amazônica se tornam políticas sistematizadas pelo governo ditatorial alinhado às perspectivas empresariais. E, ainda, de que maneira os seringueiros acreanos se organizaram coletivamente face ao avanço extensivo e intensivo do capital na Amazônia, entre as décadas de 1970-1990. E, em que medida essas lutas podem contribuir com a reflexão acerca da construção de um Direito do Trabalho Ecosocialista.

Palavras-chave: Sindicalismo - Eossocialismo - Lutas – Seringueiros – Direito do Trabalho Ecosocialista

## ABSTRACT

From the methodological axis presented by Walter Benjamin, brushing history against the grain, it is proposed to carry out a study through the eyes of predefined historical subjects, in order to present narratives of those who were not the winners in the struggles they have been waging over the years, behold, when not made invisible, they have been criminalized, oppressed and seen as limiting capitalist expansion, capable of influencing the construction and remembrance of experiences, liberations and inspirations for those who are still fighting their fight against barbarism.

Since the beginnings of Brazilian colonization, the Amazon has aroused the interests of the local and international bourgeoisie, given the amount and diversity of natural resources still preserved that are functional to capitalist expansion. For years, rubber was an essential raw material for foreign industrial development, with the Amazon region being affected by the overexploitation of the Amazon workforce and natural resources.

In this sense, the present research intends to demonstrate the way in which the land concentration and the super-exploitation of work in the extractive reality of Acre were functional for the formation of contemporary capitalism, especially from the 1970s, when integration and colonization of the Amazon region become policies systematized by the dictatorial government aligned with business perspectives. And yet, how the rubber tappers from Acre collectively organized themselves in the face of the extensive and intensive advance of capital in the Amazon, between the 1970s and 1990s. And, to what extent these struggles can contribute to the reflection on the construction of an Ecosocialist Labor Law.

Keywords: Unionism - Eossocialism - Struggles - Rubber tappers - Ecosocialist Labor Law

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1. A formação contemporânea do capitalismo no Brasil, a partir da realidade amazônica-acreana .....	11
1.1. O sentido colonial .....	11
1.2. A conquista do Acre a o início da exploração sistemática da borracha .....	18
1.2.1 A revolução acreana e a migração dos trabalhadores do nordeste .....	21
1.3. Os ciclos da borracha e o trabalho nos seringais: a superexploração da força de trabalho .....	26
1.3.1 A superexploração da força de trabalho .....	28
1.3.2 O Primeiro Ciclo da Borracha: o sistema de aviamento e a superexploração da força de trabalho .....	34
1.3.3 O segundo Ciclo da Borracha: A chegada do “arigó” .....	47
2. “Integração”, “colonização” e “ocupação” amazônica: o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo e a concentração/especulação fundiária durante a ditadura empresarial-militar .....	57
2.1. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na Amazônia: por uma questão de “segurança nacional” e “desenvolvimento econômico” .....	57
2.1.1 A “questão amazônica” .....	63
2.2. A expropriação dos trabalhadores rurais, a reforma agrária espontânea e a política de concentração fundiária .....	75
2.2.1 As políticas de contrarreforma agrária: distribuir alguma terra para não distribuir terras .....	81
2.2.2 A especulação de terras, a chegada dos <i>paulistas</i> no Acre e a intensificação dos conflitos .....	88
3. O sindicalismo no Acre: As lutas dos seringueiros para “empatar” .....	99
3.1. A influência das Ligas Camponesas .....	101
3.2. O Cristianismo da Libertação e o papel da Igreja Católica na articulação nas lutas .....	107
3.3. A organização dos movimentos sociais em sindicatos e o papel da CONTAG .....	117
3.4. As lutas pela terra, os primeiros conflitos e as lutas para <i>empatar</i> as derrubadas .....	124
3.5. O Encontro Nacional dos Seringueiros e a defesa da floresta .....	135
3.5.1 O assassinato de Chico Mendes e a conquista das reservas extrativistas .....	141
3.5.2 As lutas dos seringueiros e o Ecosocialismo .....	146

3.6. Crítica ao Direito do Trabalho: uma nova perspectiva jurídica-histórico da história do Direito do Trabalho e do movimento sindical brasileiro .....	149
3.7. A experiência das lutas dos seringueiros e o uso tático do Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas ..	153
CONCLUSÃO.....	162
REFERÊNCIAS.....	167

## INTRODUÇÃO

O ponto inicial deste trabalho que também é o seu marco final é a luta. Sem luta não há transformação.

Escovando à história à contrapelo<sup>1</sup>, a presente pesquisa é construída a partir dos olhos de sujeitos históricos predefinidos, a fim de apresentar narrativas daqueles que não foram os vencedores nas lutas que vêm travando ao longo dos anos, eis que quando não invisibilizados, vêm sendo criminalizados, oprimidos e tidos como limitadores da expansão capitalista, capazes de influenciar na construção e na rememoração de experiências, libertações e inspirações para aqueles que ainda continuam travando sua luta contra a barbárie: os seringueiros acreanos.

A formação contemporânea do capitalismo brasileiro está intimamente relacionada à economia que se realiza no campo e na floresta. Desde os primórdios de sua colonização, marcada por pela escravidão racializada, concentração da propriedade fundiária e dos meios de produção, o Brasil vem se portando como uma verdadeira colônia que exporta produtos primários que atendem às necessidades das metrópoles, os países do eixo central. A monocultura agropecuária e o extrativismo voltados quase que exclusivamente para o mercado internacional são pautados na superexploração da força de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da floresta, que multiplicam o seu lucro em razão do aumento da taxa de mais valor extraída das longas e intensas jornadas de trabalho a que são submetidos.

Não por acaso, os empates – as lutas coletivas dos seringueiros amazônicos-acreanos - não representam lutas de uma classe única, são expressões de uma coletividade de lutas que deveriam estar no centro das pautas coletivas de todos os trabalhadores, com o objetivo de conter os avanços da expansão capitalista que põe em risco a existência e a sobrevivência das vidas de naturezas humanas e não-humanas.

Utilizando-se do método materialista histórico, pretende-se demonstrar com a presente pesquisa de que modo a concentração fundiária e a

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre o Conceito da História*. In: LÖWY, Michael. *Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

superexploração da força de trabalho na realidade extrativista acreana foram funcionais para a formação do capitalismo contemporâneo; de que maneira esse processo de concentração fundiária e superexploração da força de trabalho se intensificaram durante o período da ditadura empresarial-militar; de que forma os seringueiros acreanos se organizaram coletivamente face ao avanço do desenvolvimento extensivo e intensivo do capital na Amazônia, entre as décadas de 1970-1990 e; em que medida o modo de vida e as lutas dos seringueiros amazônicos, entre as décadas de 1970-1990, podem contribuir com a reflexão acerca da construção de um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e descritiva, partindo da leitura de obras, artigos científicos, dissertações e teses relacionados ao tema da pesquisa. A pesquisa não estará restrita à opção jurídica, de modo que trará também elementos atinentes aos campos da história e da sociologia.

Dessa forma, partindo dos marcos teóricos que norteiam a presente pesquisa: Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Octávio Ianni e Michael Löwy pretende-se realizar um estudo sobre a formação do capitalismo contemporâneo no Brasil, a partir de um estudo da constituição da sociedade extrativista acreana, tangenciando eixos engendrados ao sentido colonial, à concentração fundiária e à reversão neocolonial; investigar de que modo se deu a superexploração dos seringueiros acreanos, a partir dos modos de exploração da força de trabalho praticados no Acre, entre 1901 e 1990, partindo-se do conceito de superexploração formulado por Ruy Mauri Marini; realizar uma pesquisa sobre a forma pela qual a concentração fundiária e a superexploração da força de trabalho se intensificaram durante o período da ditadura empresarial-militar; investigar a forma pela qual os seringueiros acreanos se organizaram coletivamente face ao avanço extensivo e intensivo do capital na Amazônia, entre as décadas de 1970-1990 e de que modo podem contribuir com a reflexão sobre um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas.

E, assim, trazendo a Amazônia e os seringueiros para o centro da história, do Direito do Trabalho e do sindicalismo brasileiro é que se construiu a presente pesquisa, que não pretende ser exaustiva nos temas que se propôs a investigar.

## **1. A FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO NO BRASIL, A PARTIR DA REALIDADE AMAZÔNICA-ACREANA**

O presente capítulo irá abordar traços da formação contemporânea do capitalismo no Brasil. Inicialmente partirá de uma visão mais ampla e, em seguida, passará a explorar as particularidades da Amazônia-acreana. Parte-se do conceito de sentido colonial de Caio Prado Junior, com formulações mais atuais e sofisticadas de pensadores mais contemporâneos. O objetivo será realizar uma análise das relações sociais que se constituíram no Acre, a partir da exploração sistemática do látex pelos seringueiros, cujo território passou a ser inserido efetivamente na dinâmica do capitalismo internacional, mostrando a forma pela qual houve a desocupação e a ocupação capitalista do Estado, passando pelas formas de exploração acentuadas dos recursos naturais e da força de trabalho dos seringueiros, apresentando-se, assim, o conceito de superexploração do trabalho e a sua compatibilidade com a realidade laboral nos seringais.

### **1.1. O SENTIDO COLONIAL**

O Brasil é um país cuja sociedade foi constituída a partir de relações de exploração e dependência que se externalizaram de maneira acentuada. Compreender o Brasil atual perpassa necessariamente por compreender os processos de transformação pelos quais o país passou na contemporaneidade.

A Amazônia, e sobretudo a Amazônia-acreana, é parte integrante desse processo de transformação e, cuja história vem sendo invisibilizada nos anos. A história da Amazônia é a história do Brasil. O Acre faz parte do Brasil e, muito embora, tantas vezes esquecido e até relegado, o território, o povo e a história acreana em muito tem a contribuir para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea.

Antes, contudo, do estudo da sociedade acreana propriamente dita, faz-se necessário compreender o sentido<sup>2</sup> da sociedade brasileira. E, nesse

---

<sup>2</sup> Segundo Caio Prado Júnior: Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre o

contexto, essa pesquisa utilizará das formulações propostas por Caio Prado Júnior. O sentido da sociedade brasileira está engendrado à sua colonização. Os elementos da colonização violenta e exploratória europeia (principalmente portuguesa) no território brasileiro vem se perpetuando no tempo e vem determinando a forma pela qual essa sociedade se constitui.

A primeira das lições que tem de ficar evidente é que a colonização das Américas não foi um fato isolado, espontâneo ou natural, mas tem gênese na expansão do comércio europeu, que a partir das transformações dos meios de transporte marítimos vai ampliar a sua área de atuação comercial, explorando recursos e pessoas, desocupando e ocupando territórios. Tal movimento dará início a uma nova ordem econômica mundial, que submeterá as colônias aos interesses do capital europeu.

Pela sua própria posição geográfica Portugal e Espanha tiveram certo protagonismo inicial nas expansões marítimas, seguidos por Inglaterra, França e Holanda<sup>3</sup>. Havia uma verdadeira corrida por encontrar territórios, recursos e caminhos outros que os colocaria em contato direto com as Índias, cujo comércio à época era dominado pelos italianos.

A segunda, é que o objetivo inicial da colonização ibérica no continente americano era a expansão do comércio e, não, o povoamento. No território brasileiro, a ideia de povoar surge por necessidade, já que era impossível extrair recursos do território sem que houvesse uma organização e administração

---

fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se transforma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 13. Neste trabalho, será utilizado o desdobramento do conceito de evolução como a forma pela qual uma sociedade foi se constituindo, sem que isso tenha qualquer relação com desenvolvimento econômico ou até mesmo o desenvolvimento social, avanço ou progresso. Muito mais uma análise de como uma determinada sociedade foi se moldando no tempo.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 15-17.

mínima para que fosse possível a exploração. Portanto, o extrativismo<sup>4</sup> de recursos é a atividade econômica que prevalece<sup>5</sup>.

Diferentemente do que aconteceu na colonização dos países da América do Norte, nos Estados Unidos em especial, onde se constituiu o novo mundo, nas áreas tropicais e subtropicais do continente americano, a ocupação e o povoamento não tiveram intenção em dar continuidade à sociedade europeia em outro território<sup>6</sup>, mas sim o propósito exploratório. O clima, a dificuldade de se instalar em territórios desconhecidos e povoados por indígenas e a própria desorganização administrativa dos países europeus à época, inviabilizaram num primeiro momento uma ocupação efetiva dos territórios.

Entretanto, a possibilidade de expandir comercialmente, o receio da concorrência dos outros países europeus e a diversidade de condições naturais, que ainda que desfavorecesse a ocupação dos territórios com a finalidade de se constituir enquanto sociedade, foram fatores instigantes para que os países ibéricos se interessassem pelos territórios da América tropical e subtropical, uma vez que a ocupação, ainda que exploratória, proporcionaria à obtenção de gêneros atrativos, luxuosos e em escassez, como era o caso do açúcar, pimenta e arroz<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Maristela Svampa apresenta o seu ponto de vista sobre o extrativismo: “Do meu ponto de vista, que coincide com muitas dessas análises, a dimensão histórico-estrutural do extrativismo está vinculada à invenção da Europa e à expansão do capital. Associado à conquista e ao genocídio, o extrativismo na América Latina vem de longa data. Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvo de destruição e saques. Rica em recursos naturais, a região foi se reconfigurando no calor dos sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, por meio da expansão das fronteiras e das mercadorias – uma reconfiguração que, em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de vidas humanas e degradação de territórios, convertidos em áreas de sacrifício. SVAMPA, Maristella. *As Fronteiras do Neoeextrativismo na América Latina*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 26.

<sup>5</sup> A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A ideia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 17-19.

<sup>6</sup> Ressalte-se que a ideia não é romantizar a colonização da América do Norte, que também aconteceu de maneira violenta e com foco no extermínio dos povos originários, mas demonstrar que, com as devidas particularidades, muito por conta do clima parecido com o dos países europeus, houve uma maior identificação dos europeus com os territórios da América temperada.

<sup>7</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 21-22.

Mas, ainda que os territórios fossem atrativos para a expansão comercial, pois seria possível a produção de gêneros em escassez e valor econômico significativo, faltava um personagem importante para desbravar as terras e desenvolver todo o trabalho braçal<sup>8</sup>. Quem iria trabalhar dia-a-dia desbravando as matas e produzindo esses gêneros? O português? O espanhol? Com toda certeza não, o trabalho ficaria à cargo de populações indígenas e africanas das mais diversas culturas e territórios, que foram brutalmente escravizadas e colocadas como instrumento da extração de mais valor e da acumulação de capital nos países europeus.

Países esses que dominaram violentamente, destruíram povos e populações inteiras, saqueando recursos naturais, desocupando e ocupando territórios já ocupados por populações indígenas das mais diversas culturas, matando-os e os escravizando para utilizá-los como força de trabalho em seus interesses. Assim também fizeram com sociedades africanas, cujo tráfico de pessoas escravizadas se tornou um grande comércio lucrativo e desumano. Uma verdadeiro saque de recursos naturais (humanos e não-humanos) sem que houvesse qualquer tipo de contraprestação. Negócio mais lucrativo não haveria de existir.

A terceira e última lição parte de uma característica presente desde os primórdios da invasão portuguesa em relação ao modo de produção. A exploração do território brasileiro foi pautada principalmente na agricultura em larga escala, realizada em grandes unidades produtoras – latifúndios -, cuja administração fora desde então concentrada nas mãos dos portugueses (proprietários invasores), que utilizou a força de trabalho escrava de indígenas e africanos<sup>9</sup> subordinados à dinâmica de trabalho e de produção com vias de atender o mercado externo<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 22-23.

<sup>9</sup> Muito embora as palavras “indígenas” e “africanos” tenham sido utilizadas de forma genérica, certo é que a força de trabalho utilizada no território brasileiro desde a invasão portuguesa foi constituída a partir de múltiplas e diversas sociedades e populações indígenas e africanas, de modo que não é objetivo da presente pesquisa delimitá-los em suas particularidades.

<sup>10</sup> Completam-se assim os três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. *Ibidem*, p. 117.

Vê-se, assim, traços importantes da colonização brasileira, que foram se perpetuando no tempo e que permitem compreender a realidade contemporânea dessa sociedade. A utilização de gêneros primários com vias de atender à expansão comercial europeia, a utilização de força de trabalho escrava e predominantemente negra e indígena e a produção de monocultura em larga escala, utilizando-se da produção de grandes extensões de terra que são dominadas pelo colonizador europeu<sup>11</sup>. Assim, o território brasileiro colonizado vai se tornar a grande empresa do colono branco<sup>12</sup>, necessária para a expansão do comércio europeu<sup>13</sup>.

Aqui cabe registrar que as pessoas vindas do continente africano, eram vistas como uma raça inferior e, que, portanto, deveriam ser escravizadas para atender aos interesses da sociedade europeia branca. Tem-se, portanto, de um lado um exército de trabalhadores constituídos por negros<sup>14</sup> e indígenas, despossuídos de terras e de meios de produção e, de outro, o imigrante português que se tornou o proprietário das ocupações comerciais e o fazendeiro das grandes extensões de terra<sup>15</sup>.

O sistema de organização de trabalho escravo negro e indígena, a concentração da propriedade fundiária e dos meios de produção e o papel de fornecedora do comércio internacional são elementos fundamentais e característicos da organização econômica do Brasil colônia que vão resultar na extrema concentração de riqueza e em uma sociedade de classes extremamente

---

<sup>11</sup> A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda -, é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova-ordem econômica do mundo inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles lhe podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e como consequência necessária, daqueles fatores. *Ibidem*, p. 113-114

<sup>12</sup> Caio Prado sobre o colonizador europeu: Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie em que figure como senhor, o pode interessar. *Ibidem*, p. 114.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 23-25.

<sup>14</sup> Segundo Caio Prado no fim da era colonial, cerca de um terço da população era constituída por escravos negros. *Ibidem*, p. 117.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 83.

racializada, bases que vão permear toda a constituição e continuidade da sociedade brasileira mesmo após o fim oficial do período de colonização<sup>16</sup>.

Um outro importante traço da colonização brasileira é que desde o início da invasão portuguesa, a produção de gêneros outros que não interessavam ao mercado internacional sempre ficou em segundo plano. A produção de outros gêneros que não eram interessantes para a expansão comercial, apenas existiam como exceção nos casos em que eram necessários à subsistência e não era possível importá-los<sup>17</sup>. A colônia brasileira serviu para beneficiar exclusivamente à metrópole, através da produção e exportação.

Em razão da dependência e subordinação ao mercado internacional, Caio Prado Júnior também vai chamar atenção para uma característica particular da colonização brasileira e que julga ser a mais grave das características: o fato de a economia brasileira sempre ter sido pautada em grandes ciclos, em que nos anos de prosperidade há intensa atividade, ocupação e investimento e, quando os produtos já não interessam mais ao mercado externo, há um período de verdadeiro abandono dos territórios que foram desocupados brutalmente, causando um empobrecimento e esvaziamento dos recursos humanos e naturais<sup>18</sup>.

A chamada evolução cíclica da economia brasileira não se preocupa com o desenvolvimento da população, que vai sendo constituída em seu território com o passar dos anos. O que importa é a conjuntura internacional favorável para um determinado produto. Essa massa populacional vive em condições extremamente precárias, desprovida e despossuída de qualquer meio material capaz de retirá-las dessa condição de intensa dominação e passa a se portar como verdadeiro instrumento impulsionador e mantenedor desse sistema de organização da produção e de não-distribuição de recursos, proporcionando a existência material dessa nova ordem mundial<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 118.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>19</sup> Benchimol sobre a economia pautada em ciclos: Toda vez que um ciclo econômico contagia delírio na população, há fome. Abandona-se a plantação. Corre todo mundo. BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Ilust. De Jorge Palheta e Moacir Andrade, Ed. Umberto Calderaro, 1977.

E esse é o verdadeiro sentido da sociedade brasileira, segundo Caio Prado Júnior, o sentido colonial, o sentido da colonização<sup>20</sup>, em que historicamente o Brasil, mesmo após o fim do período colonial, se porta como uma colônia em que há intensa exploração dos recursos da natureza humana e não-humana, cujo fim principal é exportar matéria-prima para os países centrais (metrópoles) e importar desses países produtos transformados/industrializados nos países centrais.

É, nesse sentido, que interpretar a realidade brasileira necessariamente passa pelo estudo aprofundado das bases sociais, políticas e econômicas da gênese da sociedade brasileira após a invasão portuguesa. O sentido colonial que é marca determinante da constituição da sociedade brasileira não pode deixar de ser analisado. A forma pela qual a terra, os trabalhadores (negros vindos do continente africano e indígenas) tiveram o seu trabalho explorado e os colonos europeus foram introduzidos à economia da colônia são determinantes para a apreensão da realidade da sociedade brasileira contemporânea<sup>21</sup>.

No que tange à ocupação e colonização do norte do país, há particularidades que precisam ser enfrentadas, e a presente pesquisa se limitou a estudar a ocupação e a colonização da região amazônica a partir do final do século XIX e início do século XX. A região amazônica, por questões de ordem geográfica, política, econômica e social se constituirá a partir de elementos que são similares aos dos trazidos por Caio Prado Júnior ao interpretar o sentido colonial brasileiro, mas com contornos próprios, por vezes mais violentos e exploratórios, o que agudiza ainda mais a relação de dependência e exploração.

---

<sup>20</sup> Nas palavras de Caio Prado Júnior sobre o processo de colonização brasileira: Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. (...) No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. E este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; (...) Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 25-26.

<sup>21</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.

Há uma diferença significativa em relação à forma de exploração da terra na região amazônica, pois, quando a região começou a ser ocupada (no final do século XIX e início do século XX) a atividade que mais prevaleceu foi a extrativa. E, nesse caso, muito embora a organização do trabalho tivesse particularidades, ela foi também de intensa exploração da força de trabalho, mas diferentemente do que aconteceu em outras regiões do país, a apropriação da terra se deu de maneira diferente, não era comum o título de propriedade, mas a ocupação por parte de fazendeiros, seringalistas, casas de aviação e comerciantes que dirigiam e exploravam atividades econômicas na Amazônia.

Essa particularidade na ocupação e exploração da região amazônica resultará em intenso conflito entre os que exploravam economicamente as terras e, o que, vendiam sua força de trabalho no extenuante trabalho realizado no campo e na floresta.

## 1.2. A CONQUISTA DO ACRE A O INÍCIO DA EXPLORAÇÃO SISTEMÁTICA DA BORRACHA

“A história da Amazônia tem sido uma história de saque. Saque dos recursos naturais que a natureza legou, enfim, saque deste ‘celeiro’ do mundo”<sup>22</sup>.

O território onde foi constituído o estado do Acre foi o último a ser incorporado pelo Brasil, apenas em 1904, após intensa luta dos já existentes seringueiros<sup>23</sup>. Portanto, a história dos seringueiros acreanos antecede a própria história do Acre enquanto estado da unidade federativa brasileira.

O Acre está localizado no extremo oeste do país fazendo divisa com Bolívia e Peru, que possuíram relações diretas com a formação da população acreana. Antes de se tornar oficialmente um estado da unidade federativa, o Acre

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987. p. 15.

<sup>23</sup> A presente pesquisa optou por utilizar “seringueiro” apenas em sua flexão de gênero masculina, mesmo sabendo que também existiram e existem mulheres seringueiras – ainda que haja uma carência de pesquisa na área -, pela própria complexidade de análise da questão de gênero, por uma questão de delimitação do objeto da pesquisa e também pelo fato de a classe trabalhadora seringueira ser constituída em sua maioria por homens, que na maior parte das vezes migravam sozinhos para os seringais e deixavam sua família na terra de origem.

foi considerado um território da União, situação que perdurou até 1962, quando se categorizou enquanto estado.

Não por acaso, o Acre também foi um dos estados onde o interesse pela desocupação e povoamento aconteceu em período histórico mais recente. A sua recente incorporação ao território brasileiro, a sua distância geográfica em relação aos grandes centros de administração política do país, a possibilidade de expansão do capital tendo em vista a abundância de recursos que interessavam no momento, a desocupação e ocupação de terras são elementos cruciais para a compreensão dos fatores que levaram o Acre a se tornar um dos territórios em que mais houve conflitos entre seringueiros/posseiros<sup>24</sup> e seringalistas/fazendeiros.

É importante pontuar, contudo, que a extração da borracha esteve presente na realidade acreana, antes mesmo de o território se tornar oficialmente parte do estado brasileiro. E esse início da luta dos extratores do látex das seringueiras pela incorporação ao território brasileiro serviu de experiência para as inúmeras articulações coletivas que virão a acontecer na região.

Como visto na seção anterior, o Brasil mesmo após a sua independência formal manterá o seu sentido constitutivo, o chamado sentido colonial que irá acompanhar-lhe durante toda a sua história e se faz presente até os dias atuais. Como não poderia deixar de ser, esse sentido colonial está materialmente presente na constituição da sociedade acreana que passou ter importância para o capital internacional na medida em que o látex, matéria-prima para a confecção da borracha, se tornou imprescindível para a sua expansão.

A busca pela matéria-prima da borracha está relacionada com a expansão do capitalismo mundial, durante o período conhecido como Segunda Revolução Industrial (1890-1910). A descoberta da possibilidade de utilização do látex na produção de produtos que vieram a ser tornar mercadorias especialmente para

---

<sup>24</sup> Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 190, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

a indústria automobilística foi decisiva na constituição da economia da borracha na região amazônica-acreana, determinando as relações sociais e de trabalho e a forma com a qual as terras vão se desocupadas e ocupadas com vias de fornecer matéria-prima para o mercado externo<sup>25</sup>.

A invenção do automóvel, que se tornou uma mercadoria amplamente “necessária” na sociedade capitalista, se portando como símbolo de status e conforto, a utilização da borracha e setores da indústria petroquímica, assim como a realização de guerras fizeram com que a borracha se fosse um dos produtos mais procurados no final do século XIX e início do século XX<sup>26</sup>.

Portanto, assim como durante a colonização brasileira existiram os ciclos do açúcar, do arroz, da madeira, do café e do ouro. Nesse período, o Brasil, por intermédio sobretudo dos seringais acreanos, também se tornou um dos maiores exportadores de borracha do mundo, cujos períodos de ascensão e declínio são conhecidos como ciclos da borracha.

E, muito embora o látex fosse encontrado em outras regiões do mundo, o látex proveniente da Amazônia natural da seringueira (*Hevea brasiliensis*) era o de melhor qualidade e o mais procurado pelo mercado mundial. No final do século XIX, a Amazônia já era responsável por 65% da exportação da matéria-prima em todo o globo<sup>27</sup>. O Acre era o território amazônico responsável pela maior parte da exportação do látex<sup>28</sup> e a borracha se tornou um dos produtos de maior relevância da produção brasileira para o exterior<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 48.

<sup>26</sup> Segundo Mary Helena Allegretti: A expansão da indústria de artefatos de borracha, nos EUA, pode ser demonstrada pelo fato de ocupar, em 1895, mais de 150 mil trabalhadores e movimentar um volume de capital superior a 85 milhões de dólares. Só os EUA adquiriram, entre 1839 e 1900, de 35% a 50% da borracha produzida no mundo. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 48.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 48-49.

<sup>28</sup> Em 1907 o território do Acre era responsável pela exportação de 110.000 toneladas de látex, se tornando o maior produtor brasileiro. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p.16.

<sup>29</sup> No período de 1851/1860, as exportações de borracha da Amazônia atingiram 19.383 t; de 1871/1880, chegaram a 60.225 t; de 1881/1890, alcançaram 110.048 t. Na década seguinte chegaram a 213.755 t. (...) No início deste século, a borracha se destaca com um dos principais produtos brasileiros de exportação. No período de 1898/1910, chega a corresponder a 25,7% do total de exportações brasileiras. *Ibidem*.

### 1.2.1 A revolução acreana e a migração dos trabalhadores do nordeste

“Há um contraste geográfico e humano a salientar-se entre a Amazônia e o Nordeste. De início salta aos olhos a chocante disparidade entre essas clássicas paisagens. O que uma tem de mais, a outra tem de menos. Não há termos de proporção entre esses extremos. Passamos brutalmente de um deserto para um dilúvio, da caatinga cinzenta e quase-morta para a hiléia verde e sempre-viva. Do sertão para o rio, ‘da sede para o afogamento’.”<sup>30</sup>

O território acreano, assim como todo o restante da Amazônia, antes da sua desocupação e ocupação capitalista<sup>31</sup> e sistematizada para a produção de borracha, era tomado por diversas sociedades indígenas. Há relatos que antes mesmo de 1800, determinadas populações indígenas já tinham adquirido saberes sobre como transformar o látex e os estrangeiros tinham conhecimento da extração da borracha amazônica pelos indígenas, os quais, inclusive, já exportavam certa quantidade da matéria-prima e de produtos manufaturados (sapatos de borracha) para os Estados Unidos<sup>32</sup>.

Desde os primórdios da constituição do Acre, enquanto sociedade, houve intensa migração de nordestinos, especialmente cearenses<sup>33</sup>. A migração

<sup>30</sup> BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Borracha*; ilustrações de Jorge Palheta e Moacir Andrade. Manaus: Imprensa Oficial, 1992. p.35.

<sup>31</sup> Há registros de que a Amazônia já havia sido ocupada por seres humanos há cerca de 11 mil anos atrás. Portanto, esse processo de ocupação que acontece para a exploração da borracha é um processo de ocupação capitalista, que tinha por objetivo desocupar (substituindo o modo de vida originário e tradicional pelo modo de vida capitalista). Sobre a ocupação humana não capitalista Amazônia ver o texto de MAGALHÃES, Marcos Pereira. *Evolução antropomorfa da Amazônia*. Revista de História da Arte e Arqueologia 12:4–38. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2012%20-%20artigo%201.pdf>>

<sup>32</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p.11.

<sup>33</sup> Para Roberto dos Santos, as principais razões explicativas do direcionamento do fluxo nordestinos para a Amazônia foram: o preconceito do trabalhador nordestino de ir para o sul, em virtude da existência de trabalho escravo nos cafezais de São Paulo; a possibilidade de tornar-se produtor não sujeito que lhe era acenada; ilusão de enriquecimento rápido; propaganda de arregimentação realizada por prepostos seringalistas nas cidades de Fortaleza, Recife e Natal; subsídios dos governos do Amazonas e Pará concedidos para o transporte de imigrantes para a colonização agrícola, que em última análise favoreciam as zonas de extração da borracha; facilidade do transporte de cabotagem até o porto de Belém; a quebra da resistência dos senhores de terra do Nordeste ao deslocamento da mão-de-obra, diante de uma situação de calamidade pública. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental*:

nordestina se deu em toda a região amazônica, sobretudo a partir de 1877, quando uma aguda seca assolou a região nordeste<sup>34</sup>.

Para os nordestinos, a Amazônia era vista como a própria terra prometida, a salvação, onde água e terras não faltavam, era o sonho de encontrar a abundância que faltava em suas terras de origem tão castigadas pelas secas<sup>35</sup>. Assim, iludidos pelo prometido enriquecimento rápido e facilitados pelo transporte disponibilizado pelos governos locais, inúmeros sertanejos migraram para a Amazônia almejando um pedaço de terra e melhores condições de vida, fugidos das secas, das condições precárias de trabalho a que eram submetidos nas grandes plantações açucareiras, em franco declínio naquele momento<sup>36</sup>.

No caso específico do Acre, não se tem registros concretos sobre a quantidade de nordestinos que migraram para a região nessa época. Segundo Pedro Vicente Costa Sobrinho, estima-se que 40 mil nordestinos ocuparam o

---

contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 35.

<sup>34</sup> Cabe registrar que o Nordeste no período de 1877-1879 sofreu uma de seus maiores e intensos períodos de seca, a região do Ceará foi uma das mais atingidas e que mais foi afetada pelas consequências da falta de chuva. No entanto, segundo Pedro Vicente Costa Sobrinho vários fatores que devem ser analisados em conjunto determinaram o fluxo migratório: Em resumo, podemos dizer que, de um lado, o estoque disponível de mão-de-obra livre, gerado pelo crescimento demográfico e pelos mecanismos internos de funcionamento do complexo econômico nordestino, foi aumentando substancialmente com a grande estiagem de 1877-1879, quebrando a resistência dos senhores da terra, antes avessos a qualquer política de estímulo à migração de braços do nordeste. De outro, atuaram os fatores relacionados por Roberto Santos, como determinantes da escolha do trabalhador nordestino entre migrar para o norte e não para o sul. Além disso, apesar de não se ter maiores informações, registre-se, também, “os vínculos econômicos existentes entre os grandes proprietários de fazenda de gado do sertão cearense e os seringalistas da Amazônia. *Ibidem*, p. 37.

<sup>35</sup> Segundo Benchimol não é possível quantificar ao certo quantos nordestinos migraram para a Amazônia durante o início de sua colonização. Há contradição em relação aos números na própria literatura especializada. O autor, contudo, cita dados de algumas obras (Dorneles Câmara, Artur Dias, Tomaz Pompeu de Souza Brasil, Rodolfo Teófilo e Pompeu Sobrinho) que demonstram que de fato a emigração do nordestino, sobretudo o cearense, foi bastante intensa para a região amazônica, concluindo o autor que entre 1850 e 1915 cerca de 350.000,00 nordestinos migraram para a Amazônia. BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Borracha*; ilustrações de Jorge Palheta e Moacir Andrade. Manaus: Imprensa Oficial, 1992. p.115-117.

<sup>36</sup> A história da borracha não começa em 1877. A seca arrasadora desse ano foi que transtornou de súbito a imigração que se vinha fazendo crescentemente. Desde 1850 começaram a entrar no Amazonas os primeiros imigrantes. Os Relatórios da Presidência da Província descrevem o início do movimento: “Das comarcas de Gurupá e Santarém, da Província do Pará, tem entrado para os rios Madeiras e Purus alguns milhares de pessoas que neles se dedicam à indústria extrativista”. Diz Artur Reis que nesse período vieram em “tal quantidade que somados a quantos lá se encontravam, ascendiam, só no Alto-Madeira, em 1858, a cinco mil pessoas”. Só no ano de 1896 entraram em Manaus 1.676 pessoas. Depois vieram maranhenses seduzidos por Rocha Thury. “Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de cinquenta homens. (...) Nesse tempo não se falava em seca; só se falava em borracha. Ela começava a sua marcha colonizadora. *Ibidem*, p. 46-47.

Juruá e outros tantos mil, a região do Purus e seus afluentes<sup>37</sup>. De toda forma, fica claro que a produção da borracha somente foi possível graças ao contingente de trabalhadores vindos do sertão e agreste nordestinos.

Para que fosse possível a produção de borracha em grandes escalas era imprescindível que o território estivesse desocupado e fosse condicionado exclusivamente para a extração do látex. Portanto, a partir da ocupação dos territórios acreanos, a produção foi praticamente toda voltada para a produção de borracha e condicionada em grandes extensões de terra. Ainda que não seja o objetivo do presente trabalho analisar o esvaziamento das inúmeras sociedades indígenas que ocupavam o território amazônico, que muito complexa exigiria um esforço para além dos limites da pesquisa, pontua-se que o início da colonização amazônica-acreana foi violento e se deu, sob intenso afluxo do capitalismo internacional, de modo que os seringueiros, posseiros e camponeses recém chegados foram instigados por seringalistas, proprietários e patrões a lutar contra os indígenas para expulsá-los dos territórios até então por eles ocupados<sup>38</sup>.

O território do Acre somente passa a ser oficialmente parte do Brasil a partir das chamadas revoluções acreanas, que aconteceram nos últimos anos do século XIX e primeiros do século XX. Formalmente Brasil e Bolívia haviam assinado o Tratado de Ayacucho, em 1867, que estabelecia limites territoriais sobre os dois países, mas nada previa sobre o território acreano. Contudo, o Brasil reconhecia que o território era parte integrante da Bolívia, o que foi reconhecido oficialmente em novo tratado assinado pelas nações em 1895. Todavia, na prática a Bolívia não havia, até então, instalado qualquer órgão administrativo na região, o que somente aconteceu em 1899, quando o país boliviano instalou uma alfândega no Acre. Ocorre que, a essa altura, as áreas do Alto Purus e Rio Acre já estavam amplamente ocupadas por brasileiros<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 39.

<sup>38</sup> Ainda que tenha havido intenso conflito entre seringueiros e indígenas, com o passar dos tempos, os seringueiros foram se relacionando com os indígenas de maneira diferente, apreendendo um pouco da cultura indígena, sobretudo no trato, manutenção e conservação da natureza. A própria forma de extração do látex foi uma construção a partir da experiência com os indígenas, que conseguiram extrair o látex da seringueira sem que houvesse um esgotamento total da árvore, realizando um rodízio que equilibrava produção/conservação.

<sup>39</sup> Coronel Labre sobre o panorama do Acre em 1887: Este rio é um dos afluentes mais populosos do Purus, exporta hoje em goma-elástica 500.000 quilos. Em pouco tempo aumentará a

A disputa do território acreano por Brasil, Bolívia e, em dado momento Peru se deu em razão da disputa pelo controle de uma das áreas que mais possuía potencial para exploração da borracha, produto em larga ascensão e necessidade para a reprodução do capitalismo. Vê-se, assim, que a história do Acre foi e continua sendo uma história de conflitos: conflitos pela desocupação e ocupação de territórios, conflitos pela demarcação de territórios e conflitos pelo poder de exploração de territórios. Os conflitos existiram antes mesmo de se tornar formalmente um território brasileiro.

Conforme visto, a Bolívia que, até então, não dava muita importância para a ocupação e colonização da região amazônica-acreana, alinhada aos interesses de empresas inglesas e estadunidenses, passou a disputar com os brasileiros o controle do território. Deve-se pontuar, contudo, que não obstante o interesse pela ocupação, controle e colonização da área ter partido dos detentores do capital brasileiro, boliviano e estrangeiro, na prática, foram os trabalhadores (imigrantes nordestinos, indígenas ou os já residentes no território) que lutaram fisicamente por sua incorporação ao território brasileiro, a mando dos proprietários, seringalistas e patrões<sup>40</sup>.

Após a instalação de uma alfândega na região acreana, a Bolívia passou a controlar a atividade nos seringais, arrecadando impostos sobre a comercialização da borracha que era produzida pelos brasileiros, o que causou insatisfação dos seringalistas acreanos que tinham que submeter toda a produção ao governo estrangeiro. Ademais, o governo do Amazonas também foi prejudicado, pois perdeu receita dos impostos da borracha e mercadorias que eram comercializadas na região. A insatisfação fez com que um grupo de acreanos, em maio de 1899, se rebelassem e expulsassem a delegação boliviana da região, sem que fossem disparados tiros. Esse episódio ficou conhecido historicamente como a primeira Revolução Acreana<sup>41</sup>.

---

produção. A sua população é de 10.000 almas, sem incluir os aborígenes que sobem ao duplo. O seu comércio é feito por mais de 15 grandes vapores que, durante a cheia, fazem navegação do rio, levando anualmente novos trabalhadores e mercadorias. LABRE, Antônio R. Pereira. *Itinerário da Exploração do Purus ao Beni, Pará, 1887 apud Tocantins*, p. 129.

<sup>40</sup> As populações indígenas foram dizimadas durante o confronto com os seringueiros sob o comando dos seringalistas. A população remanescente também foi sendo incorporada ao trabalho nos seringais e, no final do século XX conseguiram reconquistar parte dos territórios com a criação das reservas indígenas.

<sup>41</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.13.

Durante aproximadamente 8 meses o Acre se tornou um Estado independente (Estado Independente do Acre) sob o comando do espanhol Luiz Galvez Rodrigues. Contudo, em meio à insatisfação dos comerciantes de Manaus e Belém, que se recusavam a pagar o imposto cobrado pela exportação da borracha e em meio a ameaças de invasão boliviana, outros líderes da Revolução Acreana assumiram o poder ainda do Estado Independente do Acre e continuaram tentando dificultar a consolidação do governo boliviano na região<sup>42</sup>. A Bolívia de certa forma estava exercendo controle sobre a atividade extrativa na região.

O governo central brasileiro pouco fez para impedir os conflitos que eclodiram na região. Somente no ano de 1901, após a constituição do *Bolivian Syndicate*<sup>43</sup> é que, com receio de perder o domínio do território e temendo interferências diretas por países imperialistas que teriam acesso ao território brasileiro pelos rios do Acre, o governo brasileiro vai intermediar a questão diplomaticamente<sup>44</sup>.

Todavia, somente após conflito armado é que de fato a situação se resolveu. O militar gaúcho Plácido de Castro organizou um exército constituído por seringueiros financiado por seringalistas, que temiam perder o seu domínio sobre os seringais e sobre as terras, vez que já àquela época os títulos de posse e propriedade eram precários na região. Após algumas batalhas, em 1903, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis, encerrando o confronto entre as nações<sup>45</sup>. A bem da verdade, o território do Acre foi somente incorporado ao Brasil definitivamente em 1909, após a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro com o Peru. A região do Acre permaneceu como território federal até 1962, quando se constituiu enquanto Estado do Acre.

---

<sup>42</sup> DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: *A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.14.

<sup>43</sup> O *Bolivian Syndicate* era um consórcio, com sede em Nova York, inspirado pelo Governo da Bolívia e constituído por capitalistas ingleses e norte-americanos, com o qual a Bolívia assinou um contrato de arrendamento do Acre. Entre outras cláusulas, o contrato concedia ao Sindicato, por trinta anos, a administração fiscal do território do Acre, podendo, assim, cobrar toda a espécie de impostos, direitos alfandegários, usufruir rendas de terras, de conformidade com as leis bolivianas. *Ibidem*, p.13.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.14.

<sup>45</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 80.

A historiografia demonstra que a incorporação do território do acreano ao Brasil se deu a partir da luta e persistência dos seringueiros brasileiros (predominantemente vindos do Nordeste), que participaram ativamente dos conflitos armados. Vale ressaltar que Xapuri tem um registro especial para os seringueiros desde a constituição do Acre, pois a chamada 2ª Revolução Acreana, liderada por Plácido Castro, se organizou na região, que também foi por algum tempo a sede do Governo Independente do Acre<sup>46</sup>.

As experiências com lutas pela incorporação do território acreano ao Brasil no início do século XX, se constituíram também como lutas para sobreviver e se consolidar na região, já que nesse período, os sertanejos que migravam para o território buscavam melhores condições de vida. Em contrapartida, os seringalistas bolivianos não tinham apenas interesse na exploração da borracha, mas também na ocupação das terras, o que poderia resultar na expulsão dos sertanejos da terra prometida que tanto almejavam.

Com o avanço da ocupação sistemática do território acreano com a finalidade de incorporá-lo à dinâmica do capital nacional e internacional, o látex, vai se tornar o principal produto de exportação do Estado, se constituindo e sendo determinado a partir das relações sociais de violência e de opressão que se firmavam com a exploração da matéria-prima. O Acre experimentou ciclos de ascensão e declínio da produção da borracha, sendo que tanto os recursos naturais como a força de trabalho utilizada será explorada de maneira mais acentuada que o normal.

### 1.3. OS CICLOS DA BORRACHA E O TRABALHO NOS SERINGAIS: A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Como visto, o Brasil foi sendo constituído em consonância e a partir da dinâmica do capitalismo internacional. Desenvolveu-se, assim, uma relação de profunda dependência entre os países que detinham o monopólio do capital em os países latino-americanos, outrora colonizados, cujas bases dos seus processos de colonização foram sendo rearranjados para que houvesse uma

---

<sup>46</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.15.

expansão do mercado e, por conseguinte, aumento da acumulação e da centralização do capital<sup>47</sup>.

O mundo, portanto, se dividiu em dois grandes blocos: o primeiro composto por países altamente capitalizados, detentores do capital monopolista, em que há concentração da atividade industrial e da produção de equipamentos e máquinas e que se constituem como os verdadeiros importadores de matérias-primas extraídas dos países que constituem o segundo bloco, altamente dependentes e subordinados aos ditames do capital monopolista, que são permeados pela herança colonizadora e, que, se portam como meros exportadores de matérias-primas minerais e agrícolas e importadores de bens de consumo dos países do primeiro bloco<sup>48</sup>.

Nesse contexto, enquanto nação formalmente independente, o Brasil se inseriu em uma estrutura de dependência e subordinação para com os países capitalistas centrais. A estrutura colonial havida para com o Brasil enquanto colônia, adquiriu novos contornos e se articulou de forma a garantir que os interesses do capital monopolista sejam alcançados. Assim, nada melhor para a manutenção e ampliação da reprodução do capital, do que a continuidade e aumento da dependência brasileira em relação aos países capitalistas centrais. Nesse sentido, a divisão do trabalho, a forma pela qual se deu produção e a expansão do mercado foram a tônica da relação de dependência estruturada entre Brasil e países centrais<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta, seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

<sup>48</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 48.

<sup>49</sup> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da

No caso do Acre, historicamente os períodos de ascensão e declínio da borracha ficaram conhecidos como primeiro e segundo ciclos da borracha. Ainda que a borracha tenha sempre permeado a economia e as relações sociais acreanas, pela própria característica cíclica do desenvolvimento das atividades econômicas do capitalismo brasileiro, em razão da demanda do mercado externo a borracha se tornou mais ou menos importante. Portanto, para realizar uma análise mais didática e mais fiel aos momentos de exploração da borracha no Acre, a presente pesquisa também utilizará dos citados marcos temporais: primeiro e segundo ciclos da borracha. Antes, contudo, será realizada a análise do conceito de superexploração da força de trabalho.

### 1.3.1 A superexploração da força de trabalho

Para compreender as relações de trabalho e de produção que constituíram a sociedade acreana pautada no monoextrativismo de látex, a presente pesquisa adotará o conceito de superexploração na leitura de Ruy Mauro Marini, formulado a partir da lógica da dependência econômica presente na relação que existe entre os países da América Latina e países centrais.

Como já analisado anteriormente, inclusive sob os ensinamentos do próprio Ruy Mauro Marini, a constituição dos territórios latino-americanos enquanto colônias vai ditar toda a estrutura política, econômica e sociais a partir do momento em que se tornam nações independentes. A expansão dos mercados internacionais, com as grandes navegações, vai determinar a história da América Latina, que apesar de ser constituída por países formalmente independentes, na prática, foram inseridos em uma relação de dependência política e econômica sem precedentes<sup>50</sup>.

---

dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

<sup>50</sup> Em parte pelo efeito multiplicador da infraestrutura de transportes e pelo afluxo de capital estrangeiro, mas principalmente devido à aceleração do processo de industrialização e urbanização nos países centrais, que infla a demanda mundial de matérias-primas e alimentos, a economia exportadora latino-americana conhece um auge sem precedentes. Esse auge está, no entanto, marcado por um aprofundamento de sua dependência frente aos países industriais, a tal ponto que os novos países que se vinculam de maneira dinâmica ao mercado mundial

Ao mesmo tempo que as antigas colônias experimentam um aparente crescimento e desenvolvimento econômico e se tornam rotas principais da exportação e importação de mercadorias, há de fato um aprofundamento da dependência frente aos países industrializados, que nada mais se apresenta como uma maneira de integração altamente exploratória e predatória, cujo objetivo principal é a acumulação de capitais<sup>51</sup>.

Essa exploração se dá em certa medida em diversos aspectos, entretanto, dois desses merecem maior atenção, seja pela própria importância que possuem na acumulação de capitais, seja pela forma pela qual essa intensa exploração desmedida interfere profundamente nas interações sociais e naturais. Nos países latino-americanos prevalece uma intensa exploração de recursos naturais, através da exportação de matérias-primas variadas condicionadas a suprir necessidades externas, e a superexploração da força de trabalho dos trabalhadores que têm suas vidas intensamente apropriadas pelos pilares do capital internacional. Portanto, a acumulação de capital realizada nos países centrais vai depender necessariamente de uma maior exploração dos recursos naturais e da força de trabalho na América Latina<sup>52</sup>.

Nesse sentido, como será apresentado em seguida na realidade concreta do Acre, o preço da borracha era ditado pelo mercado externo. Tanto é que após atingir o seu ápice de produção, o preço da borracha vai sofrer uma drástica redução e, apesar, da concorrência das colônias asiáticas, Ruy Mauro Marini, também vai chamar atenção para uma característica do processo exploratório que interfere na economia dependente dos países da América Latina, a desvalorização sistemática dos preços dos alimentos e das matérias-primas com

---

desenvolvem uma modalidade particular de integração. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 49-50.

<sup>51</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 49-50.

<sup>52</sup> É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

o objetivo de gerar acumulação de capital. Essa desvalorização dos preços vai fazer com que os países periféricos tenham que intensificar a exploração da sua força de trabalho para produzir cada vez mais para fazer frente à necessidade do mercado externo<sup>53</sup>. O que também vai acontecer com a exploração dos recursos naturais, que passarão a ser explorados com maior intensidade.

Segundo o autor, o aumento da oferta internacional de alimentos e matérias-primas vem acompanhado pela queda dos preços desses produtos em comparação com o preço alcançado pelas manufaturas, que, em regra, mantém estável os seus preços. Lembrando que quem dita o preço das mercadorias é o capital externo.

E, assim, países que produzem bens manufaturados ou que o façam com maior facilidade iludem a lei do valor, ou seja, vendem os seus produtos aos países dependentes a um preço superior ao seu valor e, os países, que exportam matérias-primas e alimentos vão vender os seus produtos por um preço muito menor que os bens manufaturados adquiridos por importação, resultando em trocas desiguais. Isso significa, em síntese, que países menos favorecidos vão ceder gratuitamente parte do valor que produzem, gerando riqueza para os países mais favorecidos e, tornando-se, ainda mais dependentes<sup>54</sup>.

Ruy Mauro Marini formulou toda uma teorização sobre a forma pela qual a exploração do trabalho e as trocas desiguais entre as nações menos e mais favorecidas vão culminar em dependência e empobrecimento de um lado e, enriquecimento e dominação de outro, também vai dar origem ao conceito de superexploração da força de trabalho, que tem um *locus* específico: a força de trabalho periférica<sup>55</sup>.

O autor enfatiza que o aumento de massa de valor produzido está diretamente relacionado a uma maior exploração da força de trabalho, a partir do aumento da intensidade, da prolongação da jornada de trabalho, a combinação das duas formas de exploração e a redução do consumo do

---

<sup>53</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

trabalhador para além do seu limite normal, em todos os casos aumentando o tempo de trabalho excedente<sup>56</sup>.

Para Ruy Mauro Marini a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha a sua força de trabalho são mecanismos de um modo de produção pautado exclusivamente em uma maior intensidade da exploração do trabalhador periférico que elevam as taxas de mais-valia e de lucro. Nos dois primeiros mecanismos é negado ao trabalhador as condições necessárias para repor a sua força de trabalho e, no terceiro, o trabalhador praticamente não consegue consumir o mínimo indispensável à manutenção da sua força de trabalho, de modo que a combinação desses mecanismos, em síntese, representa pagamento inferior pela força de trabalho despendida, o que gera uma intensa e aguda exploração, uma superexploração<sup>57</sup>.

Assim, na realidade dos seringueiros acreanos, é possível identificar os três mecanismos que resultavam na superexploração do trabalho. A intensificação do trabalho e a prolongação da jornada de trabalho estavam presentes no dia-a-dia da atividade de extração do látex. As jornadas de trabalho dos seringueiros, que duravam em média 12, 14, 16 horas por dia, tinha início ainda de madrugada, antes do amanhecer e, estendia por todo o dia, até o anoitecer, conforme ainda será explorado. Ademais, os seringueiros, trabalhando sob o sistema de aviamento, destinavam a sua produção ao seringueiro/patrão em troca de gêneros para a subsistência (alimentos, ferramentas de trabalho, e etc.), sendo que, teoricamente, uma maior produção também possibilitaria adquirir mais produtos. Entretanto, em razão dos abusos cometidos pelos patrões isso na prática não acontecia, o que ainda será estudado.

Já em relação ao terceiro mecanismo, a expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha a sua força de trabalho, fica evidente com as condições precárias de trabalho e de vida dos seringueiros, que muitas vezes endividados e presos ao monopólio do barracão não conseguiam

---

<sup>56</sup> MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

consumir o mínimo necessário à manutenção da sua força de trabalho. Sob o sistema de aviação, os seringueiros constituíam dívidas impagáveis e não podiam produzir gêneros outros para a sua subsistência, ficando exclusivamente por conta de extrair o látex para exportação. Com os altos preços praticados pelos barracões, as condições de trabalho e de vida eram bastante precárias. Não por acaso, durante o segundo período de ascensão da borracha, os Estados Unidos vão destinar certa quantia para a melhoria das condições de produção nos seringais.

Nesse sentido, Seferian vai tratar da superexploração da força de trabalho na realidade do extrativismo, que na realidade brasileira é marcada pela *coisificação radical dos trabalhadores*, herança histórica do período de escravidão, cujas condições de trabalho praticadas pela classe dominante coloca a classe dominada sujeitando-se a péssimas condições de trabalho<sup>58</sup>.

(...) dado o condicionante histórico marcado pelo trato da coisificação radical dos trabalhadores e trabalhadoras proporcionado pela escravidão, fato que por si só estruturalmente impunha um forte peso de descaso à condição de humanidade destas pessoas, sujeitando-as à penúria, sobrecarga e perigo que extrapolavam os limites considerados moralmente toleráveis a iguais.

Essa característica, que serve de marca à superexploração que dá o tom ao assalariamento no Brasil estreita as perspectivas de vida – tanto em sua qualidade quanto no que se refere à longevidade – de quem trabalha em nossa Pátria Grande, sobretudo no trabalho extrativo (...) <sup>59</sup>.

Na prática, os trabalhadores dos países periféricos serão mais explorados para que produzam uma maior quantidade de produtos, que são vendidos ao mercado externo a preços menores que o seu próprio valor e, simultaneamente, como a maior parte das nações dependentes está concentrada na monocultura de gêneros primários, automaticamente precisam importar os produtos manufaturados que são supervalorizados, como vimos<sup>60</sup>. Dessa forma, aquele

---

<sup>58</sup> SEFERIAN, Gustavo. *Extrativismo e a divisão internacional do (Direito do) Trabalho: uma abordagem ecossocialista*. Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí Editora Unijuí – Ano XXIX – n. 53 – jul./dez. 2020. p. 111. 106-117.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> De fato, a relação de produção capitalista não aparece a nível do processo imediato da produção, mas a nível da reprodução de todo o sistema, de tal forma que a relação capitalista dominante não só se apropria do sobrelabro do produtor agrícola mas permite que chegue a este produtor o equivalente do valor de sua força de trabalho sob a forma de mercadoria ou de dinheiro, assegurando assim a reprodução do produtor. O desenvolvimento de formas econômicas não assalariadas, mas de modo algum não capitalistas, foi um dos processos que

trabalhador que mais gera riqueza para o capital central, é também o mais explorado e o que menos terá possibilidades de adquirir produtos manufaturados, perpetuando-se assim um abismo sistêmico entre as nações.

E nesse sentido, é importante esclarecer que no entendimento dessa pesquisa, há uma gradação de superexploração do trabalho a depender da região e das condições a que é submetido determinado trabalhador. Em regra, o trabalho exercido por trabalhadores do campo e da floresta, na realidade brasileira, possuem uma gradação de superexploração maior que os trabalhadores dos centros urbanos. No caso dos seringueiros acreanos isso ficará ainda mais claro nas próximas seções, sem direitos e em condições de vida e de trabalho muito precárias, os seringueiros ainda eram subordinados e imobilizados a uma lógica servil, em que eram explorados tanto enquanto trabalhadores, tanto como consumidores.

Deve-se pontuar ainda, que no caso brasileiro a superexploração do trabalho é também racializada, uma vez que a sociedade brasileira foi constituída a partir e em razão de relações sociais racistas<sup>61</sup>.

A colonização brasileira foi pautada na importação de força de trabalho escrava e negra vinda de inúmeros e diferentes territórios do continente africano, além disso, as populações indígenas que restaram, após a maior parte ser dizimada, também foram incorporadas à dinâmica de trabalho capitalista. Esses trabalhadores foram sempre submetidos a trabalhos degradantes e precarizantes, embora ocupassem a centralidade do processo de colonização. A partir do momento em que os escravos são libertos, eles deixam de ser formalmente escravos de seus senhores, mas passam a ser escravos do capitalismo, passam a ser dependentes de uma dinâmica social e econômica que já estava vigente, tendo que se submeter a condições das mais desumanas para poder sobreviver.

---

marcaram a dinâmica da acumulação capitalista na América Latina. O chamado padrão acumulativo-comercial-financeiro-exportador se constitui, em grande parte, sobre a base de uma exploração do trabalho formalmente subordinado ao capital, o que representou um lento progresso técnico, baixos níveis de produtividade, lenta divisão social do trabalho. Sem dúvida, este processo acumulativo mais lento faz parte do processo de acumulação capitalista em escala mundial. BRUIT, Hector. *Acumulação capitalista na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1982. (Primeiros Vãos, 5). p. 22.

<sup>61</sup> Aqui cabe o registro que a presente pesquisa, ao tratar do tema superexploração da força de trabalho e racismo na realidade brasileira, teve íntima inspiração no projeto de Tese de Doutorado do Daniel Vitor de Castro, que foi debatido em encontro realizado junto aos orientandos do Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado.

Como bem demonstra Cristiane Luíza Sabino de Souza<sup>62</sup>, o racismo é elemento que determina e movimenta a dialética e a transferência de valor, na medida em que as populações negra e indígena, que foram dizimadas e escravizadas durante o processo de colonização, são, ainda hoje, as mais exploradas e expropriadas, ocupando a base da pirâmide social. Produzem mais valor do que efetivamente recebem em troca e, estão, sempre à míngua da sociedade ocupando as condições mais precárias de trabalho<sup>63</sup>. Portanto, o racismo é elemento indissociável da superexploração do trabalho no caso brasileiro.

### **1.3.2 O Primeiro Ciclo da Borracha: o sistema de aviamento e a superexploração da força de trabalho**

Simultaneamente à incorporação do Acre ao território brasileiro, a extração do látex das seringueiras amazônicas vai se tornando uma das matérias-primas de maior importância para a exportação de gêneros brasileiros. A necessidade pela matéria-prima e para expandir os mercados, fez com que o capital estrangeiro interferisse, financiasse e controlasse de certa forma a produção da borracha acreana. Ao mesmo tempo em que havia a necessidade cada vez maior de trabalhadores para suprir a necessidade da produção, havia também um mercado em ascensão, que passou a ser suprido pela importação de produtos realizados pelos países centrais (principalmente Estados Unidos, Inglaterra e Portugal). Além disso, o governo brasileiro passou a financiar empresas estrangeiras na construção de infraestrutura para possibilitar o

---

<sup>62</sup> DE SOUZA, Cristiane Luíza Sabino Terra. *Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico Estrutural no Brasil* / Cristiane Luíza Sabino de Souza; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. – SC, 2018. p. 228-232.

<sup>63</sup> Tomar o racismo como uma categoria explicativa da superexploração da força de trabalho é fundamental para apreendermos os processos concretos da lei geral da acumulação capitalista neste território. Trata-se de entender que na particularidade dos países colonizados, onde o escravismo e a servidão foram fundantes das relações contraditórias que antecederam a transição ao capitalismo, as cisões geradas pela alienação colonial são continuadas, exatamente porque a estrutura produtiva desses países, frente ao imperialismo e a dependência, perpetua as condições de reprodução daquela alienação. Desse modo, os critérios do racismo, que rebaixa o negro e o indígena - e sua força de trabalho - moral, econômica, social e culturalmente, incidem na distribuição da população no mercado de trabalho. E sendo este mercado de trabalho comprimido frente o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o sub-emprego e as condições mais precárias de trabalho também se apresentarão aos sujeitos a partir da sua origem racial. *Ibidem*, p. 231.

escoamento da produção, criando-se uma verdadeira indústria da borracha, com personagens bem definidos.

Essa chamada indústria da borracha, que vai tomar toda a região amazônica-acreana, vai passar a determinar não só as relações de trabalho, mas também a forma pela qual esses trabalhadores vão lidar com os recursos da floresta, além de determinar todas as relações sociais, políticas e econômicas da região nos anos seguintes. Como já mencionado, a borracha se tornou o produto de maior importância na exportação da região amazônica e a exclusividade dessa produção vai representar um ganho exponencial para o capitalismo estrangeiro, acumulando e aumentando capital, bem como agudizando ainda mais a desigualdade e o abismo que já existia entre os países centrais e o Brasil<sup>64</sup>.

O capital estrangeiro vai ganhar por diversas formas: vai ganhar na superexploração do trabalho seringueiro, na intensa exploração dos recursos naturais (látex), na expansão do mercado na região amazônica e com o financiamento de obras de infraestrutura financiadas pelo governo brasileiro<sup>65</sup>.

O Acre, portanto, vai se constituir a partir e com objetivo de se tornar um grande fornecedor de mercadorias para o capital. O seringal se tornou uma grande unidade de produção do extrativismo da borracha, constituída por inúmeros e enormes latifúndios, localizando-se principalmente nas margens dos rios, o que facilitava o escoamento da produção e a entrada de mercadorias que seriam comercializadas pelos seringalistas.

O que se deu no Acre foi uma ampla relação de dependência e dominação, cujo objetivo principal era atender e fomentar o capital internacional. Vê-se, assim, uma profunda superexploração da força de trabalho e uma intensa exploração dos recursos naturais amazônicos, que eram vendidos em grande quantidade, a preços baixos e, em contrapartida, a sociedade que vai se

---

<sup>64</sup> Com um mercado externo em constante expansão a exigir maior volume de produção gomífera, dilataram-se os negócios, ampliaram-se as áreas de extração, aumentaram os riscos do empreendimento, e as relações comerciais tornaram-se mais diversificadas, colocando na ordem do dia a necessidade de parceiros e, mais efetivamente, uma divisão social do trabalho compatível com o complexo produtivo. O exportador aliviara a si a tarefa também de importador paulatinamente especializando-se. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 25.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 23-26.

constituindo em torno da indústria da borracha também será alvo de comercialização de produtos importados.

Na realidade acreana, a unidade de produção de monoextrativismo de borracha era formada por extensas áreas de terras que ficavam concentradas nas mãos dos seringalistas, que não eram efetivamente proprietários das terras, mas dos seringais. Na época o que era valorizado não era a terra em si, mas a quantidade de seringueiras que um determinado território possuía, a sua capacidade de produção. É somente a partir das décadas de 1960 e 1970 que a demarcação das terras passou a se intensificar no Acre<sup>66</sup>.

O seringal era composto principalmente pelo barracão, pelas colocações e pelas estradas de seringa<sup>67</sup>. O barracão era o local que armazenava e concentrava toda a produção da borracha de um determinado seringal; as colocações eram constituídas pelas moradias e postos de trabalho dos seringueiros e as estradas de seringa eram efetivamente onde ficavam as seringueiras.

Durante o Primeiro Ciclo da Borracha as relações de produção gomífera se deram a partir de um modo de produção específico: o aviamento<sup>68</sup>. Nesse momento, dois personagens foram os principais sujeitos dessa relação: seringueiro-freguês (trabalhador) e o patrão-seringalista (dono do seringal). O aviamento<sup>69</sup> era uma espécie de servidão que vinculava o seringueiro ao

---

<sup>66</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.25-26.

<sup>67</sup> A colocação, pequena clareira aberta no interior da floresta, compreendia o tapiri para moradia, o defumador e a estrada de seringa em permanente exploração, por extrator. Cada estrada tinha entre 100 e 200 madeiras, árvores de seringueiras. A estrada tinha uma forma diversa de acordo com a disposição das madeiras; no entanto, o seu percurso foi sempre circular. Iniciando numa entrada que usualmente se denomina de “boca da estrada”, daí seguia o varadouro ao encontro das árvores, que distam em média 50 metros uma da outra, dando a volta com o retorno próximo ao ponto de partida. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 27.

<sup>68</sup> Este sistema consistia na manutenção da dependência do produtor direto, no caso o seringueiro, através do fornecimento de crédito, de bens de consumo e instrumentos de trabalho. O seringueiro ficava obrigado a vender sua produção ao barracão do seringalista (dono do seringal) que lhe aviava (fornecia) as mercadorias de que necessitava. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.19.

<sup>69</sup> O sistema de aviamento funcionava sob a forma de cadeia vertical, instaurando entre as partes envolvidas laços múltiplos de dependência e dominação. No topo dessa cadeia situavam-se as casas exportadoras e o grande comércio aviador, localizados nas praças de Belém e Manaus. Como intermediários, os aviadores de menor porte que se ligavam aos seringalistas. Na base, o produtor direto, o seringueiro. Esse esquema não pode ser tomado de modo rígido, pois muitos seringalistas negociavam diretamente com as casas aviadoras das praças de Belém

barracão do seringalista. O barracão além de armazenar a produção também era responsável por fornecer aos seringueiros mercadorias que eram necessárias para sua sobrevivência, já que os trabalhadores se dedicavam exclusivamente à extração de látex.

Importante registrar, contudo, que os seringalistas também estavam vinculados às casas exportadoras. Portanto, os seringalistas também eram monopolizados pelo comércio centralizado em Manaus e Belém. Assim como havia uma relação de dominação e dependência entre seringalistas e seringueiros, o mesmo ocorria entre casas exportadoras e seringalistas. Além disso, os seringalistas não eram de fato os proprietários das terras, eles eram donos dos seringais, mas à época praticamente não havia formalização dos títulos de propriedade, o que deixa ainda mais complexa a situação de demarcação e distribuição de terras no Acre.

O foco dessa pesquisa é analisar a situação do seringueiro e, para tanto, merece destaque a relação patrão-seringalista/freguês-seringueiro. Configurou-se, assim, uma relação de dependência absoluta e permanente entre seringueiros e seringalistas, na qual os primeiros eram obrigados a fornecer toda a sua produção (extração de látex) para o seringalista, cujo preço atribuído era muito inferior ao seu valor e, em troca, eram-lhe fornecidas mercadorias (alimentos, pólvora, instrumentos de trabalho, etc.) a preços absurdos, o que fazia com que o seringueiro ficasse vinculado permanentemente ao barracão.

O seringueiro, na maior parte dos casos imigrante, já chegava no seringal endividado, pois quando levado a trabalhar nas estradas de seringa já tinha contraído uma dívida compulsória em razão do transporte e adiantamento de alimentos e instrumentos para o trabalho. E, em regra, essa dívida com o seringalista só ia aumentando com o passar do tempo. Isso porque os preços das mercadorias nos barracões eram superfaturados, enquanto que o preço atribuído ao látex extraído era muito mais baixo do que realmente correspondia ao seu valor<sup>70</sup>.

---

e Manaus. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 27.

<sup>70</sup> O seringueiro, portanto, mesmo não sendo um assalariado, era despossuído dos meios de produção (exceto das ferramentas de trabalho que comprava a crédito do seringalista) e trabalhava para valorizar o capital. O pagamento de sua produção raramente era feito em dinheiro, pois quando fazia o acerto de contas no barracão quase sempre continuava devedor.

Essa relação de exploração era pautada em regras que incorporaram o chamado regulamento do seringueiro, documento que vinculava o seringueiro ao seringalista, que estipulava multas e proibições e, sobretudo, que o trabalhador era obrigado a realizar as suas compras no barracão ao qual estava vinculado, sob pena de ser cobrada multa de 50% sobre o que havia sido comprado em outro local. Além disso, o seringueiro somente poderia romper com sua vinculação ao barracão se saldasse todas as suas dívidas com o seu patrão, o que era praticamente impossível, tendo em vista o baixo valor pago pela produção da borracha, os altos preços praticados no barracão e o monopólio da comercialização de mercadorias pelos seringalistas<sup>71</sup>.

Além de proibições formais, os patrões utilizam também da violência física e psicológica para que os seringueiros continuassem vinculados ao barracão. Os seringalistas mantinham homens armados para fiscalizar o trabalho dos seringueiros e para garantir que não iriam deixar o seringal. Os seringueiros sentiam-se profundamente ameaçados, o que fazia com que permanecessem muitas vezes nos seringais mesmo contra sua vontade. Além dos mais, alguns trabalhadores insatisfeitos fugiam dos seringais, mesmo sem quitar os seus débitos. Muitos eram capturados pelos capangas dos seringalistas e eram torturados.

Na prática, o seringueiro despendia esforços físicos para extrair o látex que era comercializado no mercado internacional e, em contrapartida, recebia, quando muito, o necessário para sua subsistência, permanecendo vinculado à dominação do seringalista. Em regra, o seringueiro trabalhava exaustivamente nos seringais todos os dias da semana e continuava devendo o barracão.

Essa estrutura de produção se tornou viável, pois os migrantes nordestinos que se deslocavam para Amazônia tinham condições de vida e de trabalho também muito precárias, ademais mirando no enriquecimento e na possibilidade de romper com a condição de miserabilidade a que eram

---

Quando obtinha algum saldo era induzido a gastá-lo com supérfluos. O dinheiro funcionava apenas como um símbolo na mediação das relações entre patrões e seringueiros, servindo para o registro contábil da produção e das compras feitas no barracão pelo seringueiro. O perpétuo endividamento e a quase total ausência de dinheiro vivo fazia com que o seringueiro estivesse sempre vinculado ao patrão seringalista. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.19.-20.

<sup>71</sup> IANNI, Otávio. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p.47.

submetidos nas terras de origem. A maior parte deles não tinha nenhum estudo ou teria frequentado escola e a inserção da força de trabalho nos seringais tinha início ainda quando criança.

Dessa forma, ainda que no seringal as condições de vida e trabalho fossem degradantes e altamente abusivas, a primeira leva de seringueiros acreanos não tinha qualquer consciência acerca dos direitos que poderia ter, o que, de certa forma, contribuiu com a dominação pelos patrões seringalistas.

Aqui merece o registro de que o sistema de aviamento mesmo se assemelhando a uma servidão, que não é uma modalidade de produção tipicamente capitalista, no caso amazônico se porta sim como se fosse, na medida em que tem por objetivo de valorizar o capital<sup>72</sup>. Nesse sentido, a expansão do capitalismo não só vai redefinir antigas relações, subordinando-a à reprodução do capital, assim como vai engendrar relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias para essa reprodução<sup>73</sup>.

Otávio Ianni vai enfatizar que a indústria de artefatos na Inglaterra e Estados Unidos é que vai gerar o ciclo da borracha. A necessidade imanente ao capitalismo de expansão exponencial dos mercados determinou as relações de produção de borracha na Amazônia, de modo que a acumulação de capital monopolista central somente foi possível com o rearranjo de relações de produção que não eram tipicamente capitalistas, como foi o caso do aviamento. O lucro vem da superexploração da força de trabalho dos seringueiros, do monopólio dos barracões e da intensa exploração dos recursos naturais amazônicos. Nesse sentido, nas palavras do sociólogo o sistema de aviamento vinculou as seringueiras à produção de pneu, o tapiri às fábricas estrangeiras e o seringueiro como elo fundamental para a reprodução e acumulação de capital europeu e norte-americano:

---

<sup>72</sup> A rigor, o seringueiro estava duplamente atado ao capitalismo industrial, à reprodução capitalista centrada principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Por um lado, o seringueiro produzia uma mercadoria destinada a ser retrabalhada nas fábricas estrangeiras de artefatos de borracha. E essa era a principal articulação entre o capital industrial e a materialização da força de trabalho do seringueiro solitário na mata. Por outro lado, o seringueiro era obrigado a consumir vários e diferentes produtos industriais para poder desenvolver a sua atividade na produção da borracha. *Ibidem*, p.53.

<sup>73</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 21.

“Foi a indústria de artefatos de borracha, da Europa e dos Estados Unidos, que gerou o ciclo da borracha amazônica. A teia de relações móveis incidentais, dos homens com a natureza, estava articulada com a teia de relações bastante elaboradas, consistentes e estruturadas dos homens entre si. A árvore gomífera estava articulada com o pneu, da mesma forma que o tapiri, pequena choça do seringueiro, estava articulada à fábrica de artefatos de borracha. A natureza estava socializada, imersa nas relações de produção configuradas no sistema de aviamento, socialização essa comandada pela acumulação de capital que se efetiva na esfera da produção industrial de artefatos de borracha. A mais-valia absoluta produzida pelo seringueiro era apropriada, em última instância, pelos proprietários das fábricas. O seringalista, o aviador e o exportador representavam elos intermediários entre o seringueiro e o capitalista. Inserido nessas relações de produção, o seringueiro constituía um elo fundamental na reprodução e acumulação do capital industrial europeu e norte-americano. E o paradoxo estava no fato de que este era um trabalhador livre, ao passo que o outro era semiescravo. O seringueiro não passava de prisioneiro do sistema de aviamento, do comércio de crédito, da violência privada do patrão. Mas esse paradoxo se explica, ao menos em parte, quando lembramos que na Amazônia a terra era farta e livre, ao mesmo tempo que escasseava a mão-de-obra. Nesse ambiente, o seringueiro não podia ser um trabalhador livre, um assalariado. Se fosse um trabalhador livre, de posse do seu salário, logo estaria em condições de seguir adiante, apossar-se de alguma terra, constituir uma unidade de economia de subsistência. A fartura de terras livres e a relativa escassez de mão-de-obra resolveram-se no aviamento, no sistema de relações de produção em que o endividamento permanentemente reproduzido atava o seringueiro ao seringalista, este ao aviador e este, por sua vez, ao exportador, que dependia do industrial. O sistema funcionava de tal forma que impedia que o trabalhador acumulasse reservas, fizesse economias e se tornasse independente, seguisse adiante. Assim se garantia a vinculação estável do seringueiro no circuito de produção da borracha, circuito esse que ia da árvore gomífera ao pneu, do tapiri à fábrica.”<sup>74</sup>

Para que o látex fosse extraído com vias a atender à demanda externa, o seringueiro cumpria uma longa jornada de trabalho. O seringueiro se dedicava essencialmente a três atividades: o corte da seringueira, a coleta do látex e a sua defumação<sup>75</sup>. A atividade de coleta tinha início antes do nascer do sol e a defumação terminava ao anoitecer.

---

<sup>74</sup> IANNI, Otávio. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p.54-55.

<sup>75</sup> O início do processo se dava no corte do tronco das árvores que se encontravam dispostas na estrada em exploração, e em cada uma das madeiras era colocada uma ou mais tigelinhas para receber o leite. Vencido o percurso da estrada, com o corte de todas as árvores, o extrator retornava ao ponto de partida e, depois de um breve descanso, começava o segundo momento da jornada, dando uma volta na estrada para recolher o leite depositado nas tigelinhas pela sangria das árvores. O leite recolhido era colocado num balde; posteriormente, para facilitar o transporte, era posto em um saco de tecido impermeabilizado com o próprio látex. Completada a volta, com o retorno ao ponto de partida, o extrator derramava o leite numa bacia e daí por

Segundo Pedro Vicente Costa Sobrinho, a jornada de trabalho diária do seringueiro para realizar as mencionadas três atividades durava entre 14 e 16 horas, iniciando-se pela madrugada com o corte, cuja tarefa terminava por volta das onze horas e, após um rápido intervalo, começava a coleta, que durava toda a tarde, e a defumação que era feita ao anoitecer<sup>76</sup>.

As jornadas de trabalho dos seringueiros eram longas e intensas e o trabalho realizado era extenuante<sup>77</sup>. Além de ter que lidar diariamente com os perigos da floresta, as três atividades essenciais para extração do látex desgastavam a força física dos trabalhadores, daí porque a maioria dos seringueiros era realmente composta por homens. Ademais, para que conseguissem adquirir mais produtos junto ao barracão, tinham que produzir mais<sup>78</sup>. Isso fazia com que os seringueiros desgastassem rapidamente a sua força física. Muitos não suportavam a intensidade da exploração e tentavam voltar para suas terras de origem, o que não era facilitado pelos seringalistas, que contavam com a força de seus capangas para não os deixar partir.

Os seringueiros eram também proibidos de se dedicar a atividades secundárias, como agricultura, caça, pesca e pecuária de subsistência, pois poderiam romper com o monopólio do barracão. Era uma forma de imobilizar os trabalhadores e manter o seu vínculo permanente com o barracão. Além do que

---

diante começava o terceiro momento do processo do trabalho, a defumação. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 31.

<sup>76</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 31.

<sup>77</sup> José Maria dos Santos, seringueiro, afirma que “Quando se cortava seringa de madrugada era pior a situação. Eu casado com uma menina de 14 anos... mulher bem novinha... duas horas da madrugada o despertador tocava (PRRRRRRRIMMMM... e eu tinha que sair da costela ir pro meio do mato. – Puta merda! Já deu duas horas da madrugada. Era ruim mas era o costume da gente né... porque dava duas voltas na estrada... uma para cortar e outra para colher leite.... chegar e ainda defumar...”. SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura*. São Paulo: USP/FFLCH, 2002, p. 249.

<sup>78</sup> O período de corte ou fabrico, ou jornada anual de trabalho, ficava entre 120 e 180 dias, indo geralmente de maio a outubro, dependendo do ciclo das chuvas, da fertilidade das madeiras e dos trabalhos preparatórios. O resultado de um fabrico, produção anual envolvendo os três momentos do processo de trabalho (corte, coleta e defumação), por extrator era muito diverso, ficando na dependência das condições de trabalho, adestramento e capacidade física do indivíduo. (...) Nas diversas entrevistas que fiz, coletei informações que me levaram a concluir que a produção média por homem deveria ficar entre 700e 1.000 quilos de borracha. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 32.

havia dificuldades para contratação de novos trabalhadores, tendo em vista a escassez de força de trabalho, o que fazia com que os seringalistas fossem bastante rígidos e utilizassem, inclusive, a violência física para manter a relação de exploração. Há relatos de que os seringueiros que tentaram fugir dos seringais foram mortos e quando capturados eram amarrados em troncos, como no tempo da escravidão<sup>79</sup>.

Assim, o seringueiro tinha o seu trabalho apropriado pela indústria da borracha por diversas formas: pela intensa e longa jornada de trabalho a que era submetido; pela diferença entre o preço da borracha que o patrão pagava ao seringueiro e o preço que vendia ao aviador<sup>80</sup>; pela venda dos instrumentos de trabalho em valores muito superiores aos praticados no mercado; pela venda de mercadorias ao seringueiro, acrescida de lucros e juros excessivos e em razão de regras outras que iam sendo criadas durante a prestação de serviço que mantinham o seringueiro em condição de miserabilidade.

As condições de vida e de trabalho dos seringueiros eram precárias e eram ainda mais agudizadas em razão da péssima qualidade dos alimentos que eram fornecidos pelos barracões, gerando adoecimento e sendo responsável por mais de 20% da mortalidade entre os trabalhadores<sup>81</sup>.

Vê-se assim uma superexploração da força de trabalho ainda mais intensa na realidade dos seringueiros acreanos, na medida em que sequer recebiam contraprestação em dinheiro para realizar o seu trabalho. Trocavam sua produção por mercadorias que eram vendidas a preços altos nos barracões, fazendo com que permanecessem imobilizados nessa condição expropriatória.

Em 1912, o Brasil chega ao ápice da economia extrativista gomífera e produz 43.000 toneladas<sup>82</sup>, o Acre era o principal exportador e até então, não havia concorrência para a borracha brasileira. Vale ressaltar que o volume da produção e os preços de cotação eram determinados pelo capital estrangeiro

---

<sup>79</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 43.

<sup>80</sup> No seringal de Octávio Reis, tido como patrão modelar, pagava-se pela borracha do seringueiro 70% dos preços vigentes em Manaus. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 43-44.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>82</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.17.

(Europa e Estados Unidos)<sup>83</sup>. Fato é que mesmo com o contínuo incremento da produção pelos países estrangeiros, o elevado custo da produção<sup>84</sup> aos olhos do capital internacional passou a ser um imbróglio, que foi resolvido com a plantação racional e não mais natural da seringueira nas colônias asiáticas da Inglaterra (Birmânia, Malásia e Índias Neerlandesas)<sup>85</sup>.

Segundo Mary Helena Allegretti, em 1874, em episódio que ficou conhecido como “migração das héveas”, 70.000 mil sementes de seringueiras foram levadas clandestinamente do porto de Belém à Inglaterra. Em 1914 a produção das colônias asiáticas já era de 71.400 toneladas<sup>86</sup>.

Em pouco tempo, a borracha amazônica perde o protagonismo no cenário internacional, já que não conseguia mais concorrer com a produção da borracha sintética racionalizada nas colônias inglesas na Ásia, que passam a dominar o mercado mundial<sup>87</sup>. É a primeira crise da produção da borracha amazônica, que põe fim ao primeiro ciclo da borracha<sup>88</sup>.

---

<sup>83</sup> Num período de menos de 25 anos, a produção gomífera havia quase decuplicado. Por outro lado, o reflexo de tal incremento na oferta foi uma considerável queda nas cotações internacionais do produto. (...) Neste sentido, foi decisiva a revolução dos meios de transporte antes referida. A crescente difusão do transporte rodoviário transformou a indústria de veículos automotores no principal consumidor de artefatos de borracha. E, foi exatamente, o intenso dinamismo deste setor, que possibilitou o rápido ritmo de crescimento observado na produção gomífera, durante o primeiro quartel do século XX. Na verdade, a correlação entre a expansão da borracha vegetal e a de veículos automotores foi quase absoluta. Isto fica nítido a partir dos dados relativos à indústria norte-americana, principal consumidora mundial de borracha. PINTO, Nelson Prado Alves. *Evolução e consequência da política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. 1980. 198 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p.36.

<sup>84</sup> Nas condições em que a borracha amazônica era produzida, tornou-se impossível concorrer com a produção organizada pelos ingleses nas colônias da Ásia. A dispersão das seringueiras pelas florestas, a ausência de técnicas de produção e cultivo, a falta de apoio oficial, o alto custo da mão-de-obra, a falta de capital, as dificuldades de transportes, tudo isso contribuía para a manutenção do alto custo de produção da borracha amazônica. (...) Enquanto o custo de produção de borracha da Amazônia é mais que o dobro, o preço de mercado é quase igual: 6,60 e 6,38 francos por kg na Amazônia e na Ásia respectivamente. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.17.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>86</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 102.

<sup>87</sup> Segundo Élio Garcia Duarte: Em 1913, a produção brasileira caiu para 39.560 t, enquanto que a produção da Ásia subiu para 47.618 t. No final da década, em 1919, nossa produção de borracha era de 34.285 toneladas contra 381.860 produzidas pela Ásia. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.17.

<sup>88</sup> As condições extraordinárias do mercado estimularam a expansão do crédito para toda a indústria da borracha mas uma mudança certamente viria em função da inflação dos preços. Esta crise veio com a introdução no mercado da borracha cultivada, levando a uma abrupta

O Acre é uma das regiões mais atingidas por esse declínio da produção, vez que a sua economia era pautada quase exclusivamente no monoextrativismo gomífero<sup>89</sup>.

Aqui é importante lembrar mais uma vez a lição de Caio Prado Júnior sobre a característica que julga ser a mais grave: a economia pautada em ciclos<sup>90</sup>. Essa realidade, como não poderia deixar de ser, também é parte integrante da história do Acre. Em meio a falta de demanda pela borracha, os centros de produção, armazenamento e transporte da produção foram amplamente esvaziados – muitos seringueiros retornaram para o nordeste<sup>91</sup>, outros migraram para os centros urbanos e os seringueiros que permaneceram na região tiveram que à duras penas tentar a sobrevivência, agora dedicando-se, também, a agricultura.

Eis que para uma parte dos seringueiros que permanecem nos seringais acreanos há o rompimento com o monopólio do barracão<sup>92</sup>, que por um lado ficam livres e independente dos seringalistas, mas por outro também ficam à mercê em relação aos produtos de consumo que eram importados de Manaus e Belém. Com o abandono dos seringais pelos seringalistas, muitos seringueiros

---

queda nos preços que resultou na ruína das mais importantes casas aviadoras de Manaus e Belém assim como dos diferentes produtores que haviam expandido seus créditos na crença de que o exagerado preço da borracha iria continuar indefinidamente. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 102.

<sup>89</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.17.

<sup>90</sup> As estatísticas sobre expansão e queda da produção de borracha na Amazônia, dos últimos anos do século dezanove aos primeiros anos do século vinte, aparentemente evidenciam o padrão clássico de economias cíclicas baseadas em um único produto e dependentes da demanda externa, que entram em decadência quando um novo produto apresenta melhores condições de suprir o mercado. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 101.

<sup>91</sup> A população do Acre, que no início do século, segundo Craveiro Costa, era calculada em aproximadamente 100.000 habitantes, no Censo de 1920 apresentava 92.379 habitantes, enquanto que em 1940, esta população baixara para 79.768. Somente no Censo de 1950, é que apresentou um aumento populacional: 114.755 habitantes. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.17.

<sup>92</sup> O rompimento com o monopólio do barracão nem sempre foi total, uma boa parte dos seringueiros adquiriu certa liberdade para trabalhar em alguns dias da semana em atividades de subsistência.

permaneceram nas terras, na condição de posseiros, tendo que se organizar para produzir os gêneros de subsistência<sup>93</sup>.

Em outros casos, os seringalistas detentores de terras<sup>94</sup> afetados pela sensível redução da demanda pelo mercado externo, passaram a explorar a força de trabalho seringueira também na plantação de lavouras, sendo que os seringueiros, em alguns dias da semana, passaram também a ter tempo para se dedicarem ao trabalho nas lavouras para si próprios, iniciando-se o desenvolvimento de uma economia regional de produtos alimentícios.

Vale ressaltar, contudo, que a extração da borracha não foi abandonada definitivamente, havia ainda uma demanda externa, mas nem se comparava aos tempos áureos. Além disso, o preço pago pela matéria-prima passou a ser bastante inferior ao anteriormente praticado<sup>95</sup>. Portanto, a economia do Acre, que até então era pautada no monoextrativismo de borracha, vai passar a se diversificar e gêneros outros, sobretudo, voltados para a subsistência e mercado interno, vão passar a ser produzidos.

O governo brasileiro de maneira tímida tentou criar políticas que tinham por objetivo enfrentar a crise gerada pela queda dos preços da borracha, tal como o Plano de Defesa da Borracha, que sequer chegou a ser implementado<sup>96</sup>, o que de fato levou à falência de uma quantidade significativa da indústria extrativa.

Os Estados Unidos também tentaram viabilizar a continuidade da produção da borracha Amazônica, vez que considerada a de melhor qualidade

---

<sup>93</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.18.

<sup>94</sup> Diga-se, de passagem, que os donos dos seringais, os seringalistas com os quais os migrantes haveriam de se relacionar na Amazônia no final do século XIX e início do XX, não eram sequer donos das terras, pois as recebiam como concessão para extrair látex, sendo que eles mesmos não tinham interesse em ser donos da terra pois faziam uma exploração predatória, o que os impelia a buscar outra área mais adiante. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região* », Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015, colocado online no dia 04 setembro 2015, criado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6018>.

<sup>95</sup> Em alguns dos maiores seringais do Acre é possível reconstituir toda cadeia de proprietários desde o início do século, indicando que, apesar da crise, os seringais continuaram em atividade. Este é o caso, por exemplo, do Seringal Canadá, localizado rio Envira, município de Feijó, onde foi possível encontrar no barracão, documentação contábil que remontava ao ano de 1915. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 108.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 107-108.

e poderia fazer frente à ascensão da borracha sintética produzida pelas colônias inglesas. Em 1928 a Companhia Ford Industrial do Brasil se instalou no Vale dos Tapajós, na Amazônia, com o objetivo de formar uma plantação de borracha apta a concorrer com as plantações inglesas no oriente. No entanto, as plantações foram atacadas por fungos, o que fez com que a empresa norte-americana desistisse de fabricar pneus e peças acessórias para se dedicar apenas à montagem de veículos<sup>97</sup>.

Essa é uma parte importante da história dos seringueiros, pois o rompimento com a dependência que existia junto aos seringalistas e, por consequência com o monopólio do barracão, ainda que parcial, fora sempre a pauta principal das demandas dos trabalhadores, mesmo quando agiam individualmente. Essa questão ainda ficará melhor explicada no decorrer do trabalho.

E, esse momento, de enfraquecimento da economia da borracha, foi determinante para que os seringueiros deixassem de se dedicar exclusivamente à atividade nos seringais, dedicando-se também à coleta de castanhas, caça, pesca, agricultura e pecuária de subsistência e para suprir o mercado local, o que fez com que os seringais continuassem existindo mesmo em momento de baixa dos preços<sup>98</sup>.

E, assim, durante aproximadamente 30 anos uma boa parte dos seringueiros que permaneceram no território acreano na condição de posseiros passaram a desenvolver nos seringais atividades outras que não apenas a extração do látex, condição que vai passar a ser questionada com a eclosão da 2ª Guerra Mundial. O seringal não deixou de existir, mas passou a diversificar a sua produção.

---

<sup>97</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 104-105.

<sup>98</sup> Assim, o que permitiu ao seringal sobreviver foi uma certa retração ou independência frente ao mercado, com a transformação do seringueiro especializado em camponês da floresta, numa economia permeada por regatões, padrões locais enfraquecidos e novos mercados, para pele, madeira, ou produtos agrícolas. E as propriedades verticalmente integradas do período anterior, se transformaram em empresas voltadas tanto para a produção da subsistência quanto para atividades de mercado. *Ibidem*, p. 110.

### 1.3.3 O segundo Ciclo da Borracha: A chegada do “arigó”

Até o início da década de 1940, o Acre experimentava uma crise econômica sem precedentes, o preço da borracha natural decaiu bastante e a inserção da borracha amazônica no cenário internacional ocupava uma posição complementar. No ano de 1937, a produção da borracha amazônica representava 1,4% da produção mundial (15.860 toneladas), em 1940, a produção fora de 11.713 toneladas<sup>99</sup>.

Além disso, a queda da produção da borracha também interferiu na quantidade de população acreana. Em 1920, o Acre tinha uma população de aproximadamente 92.379 habitantes. Em 1940 essa população caiu para aproximadamente 79.768 pessoas. Uma perda estimada de 13.000 pessoas, queda populacional que teve reflexo direto na quantidade de trabalhadores nos seringais<sup>100</sup>.

Os seringais também foram abandonados pelos seringalistas. Em 1920, estavam cadastrados 1.170 estabelecimentos, enquanto que no ano de 1940 esse número caiu significativamente. A quantidade de proprietários dirigindo os seus estabelecimentos agrícolas caiu de 864 para 294; o número de estabelecimentos sob a responsabilidade de arrendatários passou de 185, em 1920, para 479 em 1940; aumentando também a quantidade de ocupantes sem declaração de condição<sup>101</sup>. Há, portanto, um movimento de abandono, transferência e venda de seringais.

O declínio da produção da borracha, conforme já mencionado, vai apresentar reflexos profundos para o regime de trabalho nos seringais. Os seringalistas vão perder o monopólio do barracão e as relações de exploração da força de trabalho, antes muito rígidas, passaram a ser mais flexíveis. O barracão já não tinha mais condições de atender a demanda dos seringueiros, que passaram a se dedicar, assim, a atividades outras, como o plantio do roçado, a caça, a pesca, a criação de animais, exploração de madeira e a coleta de castanha. Muitos seringueiros se tornaram posseiros, ocupando áreas dos

---

<sup>99</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 56-57.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 59.

seringais, dedicando-se a sua atividade de subsistência, trabalhando nos seus tempos. É consolidada, então, uma nova forma de interação entre seringueiros e a terra e o retorno ao status anterior, não seria mais bem vindo<sup>102</sup>.

Durante a 2ª Guerra Mundial, em meio a escassez de borracha, tendo em vista a ocupação pelos japoneses das áreas fornecedoras de borracha localizadas no sudeste asiático, a Amazônia se tornou mais uma vez o foco da dinâmica de expansão do capitalismo e, os seus recursos naturais humanos e não-humanos serão novamente utilizados como ferramenta dessa expansão. A exploração da borracha se intensifica e ganha novos arranjos para suprir a necessidade externa.

No entanto, àquela altura as condições de produção de borracha amazônica eram bastante desfavoráveis: a distância entre as árvores dos seringais em comparação com o Oriente prejudicava em muito a extração do látex<sup>103</sup>; a desativação dos seringais em razão do declínio da produção da borracha desde que se iniciou o cultivo nas colônias asiáticas<sup>104</sup>; a ausência de força de trabalho disponível<sup>105</sup>; e a dificuldade em escoar a matéria-prima de forma rápida e em grande quantidade.

Segundo Martinello, a Amazônia (incluindo os territórios de Brasil, Peru, Bolívia e Colômbia) teria um potencial de produção de borracha natural estimado em 800 mil toneladas, levando-se em conta a quantidade de 300 milhões de árvores espalhadas pela floresta, o que de certo modo supriria a ausência de borracha vinda do Oriente<sup>106</sup>. E, os Estados Unidos, naquele momento necessitavam de fornecimento de borracha para abastecer a indústria bélica e automobilística.

---

<sup>102</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992, p. 59-61.

<sup>103</sup> (...) enquanto na Amazônia se contavam em média 1,5 pés por hectare em exploração, na heveicultura oriental a densidade era de 200 pés em média. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 62.

<sup>104</sup> Segundo Pedro Vicente Costa Sobrinho, em 1932, a produção brasileira de borracha representou pouco mais de 6.000 toneladas, resultando 0,2% da produção mundial, sendo vendida ao preço de 1,20 cruzeiro o quilo. *Ibidem*, p. 62.

<sup>105</sup> Para se obter 50.000 toneladas de borracha nativa, pelos processos habituais, seriam necessários então 100.000 seringueiros. Na época, calculava-se em apenas 35.000 os extratores remanescentes, em toda a área extrativa.

<sup>106</sup> MARTINELLO, Pedro. *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco (AC), UFAC, 1988. p. 84.

Os Estados Unidos maiores interessados na produção de borracha amazônica assinaram com o Brasil os acordos de Washington<sup>107</sup>, com a finalidade de recuperar e melhorar a produção de borracha natural na Amazônia. Os Estados Unidos vão injetar recursos estimados em 5 milhões de dólares, bem como vão financiar programas de saúde e melhoria das condições sanitárias da região<sup>108</sup>.

Com a celebração dos acordos Washington, o Brasil passou a ser pressionado a sistematizar e melhorar as condições de produção de borracha com vias de atender à necessidade internacional.

Pedro Vicente Costa Sobrinho chama atenção para algumas cláusulas que interferiram incisivamente nas relações entre o patrão-seringalista e o freguês-seringueiro. Segundo o autor uma das cláusulas determinava que o Brasil receberia prêmios por incentivo à produção, que deveriam ser utilizados na melhoria do desenvolvimento dessa produção, como também na melhoria da qualidade das condições gerais da região e do trabalhador, reconhecendo-se assim que as condições de vida e de trabalho nos seringais eram precárias. Além do mais, outras duas cláusulas estabeleciam o monopólio estatal sobre as operações de compra e a venda da borracha, através da criação do Banco de Crédito da Borracha, marcando uma nova fase do modelo de produção, rompendo com o antigo e arcaico sistema de aviamento<sup>109</sup>.

Toda a produção a partir de então deveria necessariamente passar por uma única agência de compra e venda que iria armazenar toda a produção de borracha coletada no interior, também sendo responsável por sua exportação. Era uma forma de garantir que a produção não fosse desviada e, que, o

---

<sup>107</sup> (...) os Estados Unidos realizaram acordos de cooperação com diferentes países, entre eles o Brasil, englobando diversos produtos escassos. Destes, quatorze referem-se à borracha, conhecidos como os Acordos de Washington, assinados em 1943, concretizando os rumos da política externa brasileira ao determinar a venda de matérias-primas aos Estados Unidos em troca de apoio técnico norte-americano em diversas áreas, principalmente militar. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 111.

<sup>108</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 63.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 63-65.

investimento realizado pelos Estados Unidos, teria uma única finalidade: o mercado externo.

Vale ressaltar que durante o primeiro ciclo, ainda que o sistema de aviamento proibisse a comercialização da borracha com terceiros que não faziam parte da relação patrão-seringalista e freguês-seringueiro, na prática, em razão da dificuldade de fiscalização, era muito comum que parte da produção seguisse rumos outros que não o barracão. Era, inclusive, com a quebra do monopólio do barracão que o seringueiro poderia se tornar minimamente independente, juntando dinheiro para conseguir saldar a sua dívida, se ver livre do patrão-seringalista e voltar para a sua terra de origem.

A partir da leitura do Decreto-Lei n.º 4.841, de 1942, que ampliou o intervencionismo estatal sobre a atividade extrativista, é possível verificar alguns direitos que passaram a ser concedidos aos seringueiros. O art. 4º determina que o valor líquido da borracha, após a sua venda, seria distribuído na proporção de 60% para o seringueiro, 33% para o seringalista e 7% para o proprietário. O Banco da Borracha S.A. seria responsável pela fiscalização e distribuição dos percentuais estabelecidos. O art. 5º estabeleceu que o Banco da Borracha S.A. deveria regulamentar a produção da borracha, expedindo avisos e instruções aos seringueiros e seringalistas, podendo sempre que julgar necessário, contar com a cooperação dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Agricultura. Todas as relações entre os proprietários de seringal, seringalistas e seringueiros passaram a ser reguladas pelo contrato-padrão aprovado pelo Banco da Borracha S.A. O art. 6º estabelecia que o seringalista era obrigado a facultar ao seringueiro, independentemente de qualquer indenização, o cultivo da terra até um hectare nas proximidades de sua residência para consumo pessoal e de sua família. E, por fim, ao seringueiro passou a ser assegurada a meação das castanhas que colher e a propriedade exclusiva das peles dos animais que abatessem.

O período da Segunda Guerra Mundial e os acordos celebrados entre Brasil e Estados Unidos também vão coincidir com uma nova grande seca que se deu nos estados do Nordeste em 1941-1942. Uma convergência de interesses que fez com que aproximadamente 50 mil trabalhadores se deslocassem para os seringais amazônicos, no período que ficou conhecido como a Segundo Ciclo da Borracha ou como Batalha da Borracha, uma vez que

o governo brasileiro financiado pelo capital estadunidense montou uma verdadeira operação de guerra para levar força de trabalho à Amazônia<sup>110</sup>.

Assim, um grande contingente de força de trabalho foi mobilizado para atender à demanda nos seringais. Nesse momento, já era de conhecimento oficial, inclusive dos Estados Unidos, que as condições de trabalho dos seringueiros eram extremamente precárias e, para que fosse possível atender à demanda externa, o governo brasileiro formalizou contratos de trabalho com os trabalhadores, contratos-padrão, garantindo formalmente mínimas condições de trabalho – um típico termo de adesão -, ainda que muitas cláusulas do contrato fossem consideradas verdadeiros abusos<sup>111</sup>.

É certo que o deslocamento de trabalhadores não foi uma tarefa fácil, a dificuldade de transporte no interior da Amazônia, a má fama das condições precárias de vida e de trabalho nos seringais e o abuso de poder dos patrões-seringueiros já era noticiado por todo o país. Dessa forma, o governo brasileiro realizou um trabalho intenso de publicidade e propaganda veiculada em jornais da época que instigavam os seringueiros a migrarem para região, mencionando o contrato-padrão e colocando no imaginário do trabalhador que iriam prestar serviços à nação brasileira em momento de guerra. Não por acaso, os trabalhadores que se deslocaram aos seringais nesse contexto ficaram conhecidos como soldados da borracha<sup>112</sup>.

O Nordeste, mais uma vez, foi o responsável pela maior parte da força de trabalho que se instalou nas seringueiras amazônicas, num primeiro fluxo migratório do segundo ciclo. O Departamento Nacional de Imigração (D.N.I.) foi o órgão oficial responsável pela tarefa de conduzir a força de trabalho, o que foi facilitado por uma intensa seca que assolou o sertão nordestino nos anos de 1941 e 1942, destruindo os cultivos de milhares de trabalhadores, que migraram

---

<sup>110</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Para a chuva não beber o leite*. Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiça na Amazônia, 1940-1945/Francisco Pereira Costa; orientador Shozo Motoyama. – São Paulo, 2014, p. 45-47.

<sup>111</sup> Em março de 1942, os Acordos de Washington foram assinados, quando ainda não havia sido promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, mas os EUA já pleiteavam junto ao Governo brasileiro, assistência, garantias, segurança, direitos sociais e trabalhistas no mesmo patamar dos já distribuídos aos trabalhadores urbanos brasileiros, através de leis sociais e trabalhistas existentes. *Ibidem*, p. 182.

<sup>112</sup> Francisco Pereira Costa mostra alguns exemplos de propaganda veiculada na mídia à época. *Ibidem*, p. 58-71.

para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho, agonizados e esfomeados.

Estima-se que 30 mil pessoas migraram do sertão para a capital do Ceará. Havia, portanto, uma quantidade de trabalhadores disponível para atender à necessidade de força de trabalho nos seringais. A migração para a Amazônia era também incentivada pelos governos locais, que não conseguiam absorver essa quantidade de pessoas famintas e em estado de miserabilidade, causando certo desconforto nos grandes centros com a possibilidade de ameaça da ordem pública<sup>113</sup>.

Se por um lado a seca colocava uma imensa quantidade de trabalhadores em condições precárias de vida no agreste e sertão nordestino, a disponibilidade de trabalho na Amazônia, a publicidade sobre a melhora das condições de trabalho e remuneração e até a possibilidade de obterem um pedaço de terra, serviram como atrativo para que muitos se interessassem pelo trabalho extrativo.

Contudo, muito embora as condições de disponibilidade de força de trabalho tenham sido favoráveis, o que aconteceu de fato foi uma dificuldade muito grande de transporte desses trabalhadores para o interior da floresta, a precariedade das embarcações foi um entrave para que chegassem às estradas de seringa. Não por acaso no ano de 1942 foi criado o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA)<sup>114</sup>, cuja principal tarefa era organizar o sistema de recrutamento de trabalhadores, melhorar as condições de transporte, a comunicação entre trabalhadores e suas famílias, bem como as condições de vida dentro dos seringais.

---

<sup>113</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 69-70.

<sup>114</sup> O SEMTA tinha as seguintes atribuições: a) Proceder imediatamente ao estudo necessário para transportar, por vias interiores, os trabalhadores nordestinos para Amazônia; b) Organizar um sistema de recrutamento de tal forma que merecesse a confiança dos trabalhadores, protegendo-os e assistindo-os convenientemente durante a viagem e dado as suas famílias assistência médica e econômica; c) Articular-se com D.N.I. no sentido de assegurar uma colaboração harmoniosa nos respectivos setores da atividade; d) Organizar, ao longo de todo o trajeto a ser percorrido, postos de pouso com recursos adequados para atender as necessidades dos trabalhadores; e) Organizar um sistema de comunicação rápido e eficiente entre as autoridades encarregadas de proceder à mobilização e ao transporte, de tal forma que pudessem ficar funcionando perfeitamente os imprescindíveis serviços de subsistência, assistência médica e a ligação entre os trabalhadores e suas famílias. MARTINELLO, Pedro. *A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco (AC), UFAC, 1988. p. 219-221.

Assim, ao contrário do que aconteceu no primeiro movimento migratório, nesse segundo momento<sup>115</sup> (1943), os trabalhadores convocados não eram mais oriundos do sertão e agreste nordestino e, sim, das mais diversas regiões do país, inclusive, dos centros urbanos<sup>116</sup>, que já estavam acostumados com relações de trabalho em que direitos mínimos eram observados e não se submeteram passivamente aos abusos cometidos pela indústria da borracha<sup>117</sup>.

Essa nova leva de trabalhadores que tinha certa consciência sobre os seus direitos ficou conhecida como “arigó” (ave migrante)<sup>118</sup>, que era o trabalhador que não agradava à elite amazônica, acostumada com a falta de consciência dos nordestinos que migravam para a Amazônia com uma última tentativa de sobrevivência e, que por anos foram aceitando os abusos de poder dos patrões, muito porque não tinham qualquer conhecimento sobre direitos.

O “Arigó”, em razão da experiência de trabalho nos centros urbanos, tinha o mínimo conhecimento sobre os seus direitos e que não aceitaram as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos nos seringais e, em alguns casos antes mesmo de chegarem ao local de trabalho, as condições de maus-tratos

---

<sup>115</sup> O movimento migratório, que havia sido organizado de início à maneira tradicional, com caboclos e sertanejos do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ampliou-se e enriqueceu-se agora com outros elementos regionais desconhecidos e quase estranhos ao nosso meio e à nossa história econômica e demográfica. Cariocas do morro e da cidade, fluminenses de Niterói e do interior do Rio, capixabas de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e Salvador, pernambucanos de Recife, mineiros da capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates, diz à notícia do jornal que transcrevemos. BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Ilust. De Jorge Palheta e Moacir Andrade, Ed. Umberto Calderaro, 1977. p. 375-377.

<sup>116</sup> (...) a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Vinham à Amazônia pelo simples labor de aventura, muitos estimulados pela passagem de graça nos navios do Lóide, pelas promessas do governo, dos boatos e anúncios nos centros de imigração e recrutamento, ou como alternativa para fugirem da convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália. *Ibidem*, p. 359.

<sup>117</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 71-72

<sup>118</sup> Segundo Benchimol “arigó” foi uma denominação pejorativa empregada aos trabalhadores da nova leva de migração (1943-1945), em razão da forma pela qual não aceitavam passivamente as condições de transporte, de acomodação e de trabalho a que eram submetidos nos seringais. Segundo o autor muitos deles desistiam antes mesmo de chegar aos seringais. Por não aceitarem as condições nos seringais, ficavam à margem da sociedade, tinham dificuldades de encontrar acomodação, trabalho e, por terem uma aparência mais descuidada em relação aos padrões da época eram taxados como marginais, muitos eram levados presos por motivo de “desordem na via pública”, “ofensas à moral” e “embriaguez”. A expressão era difundida entre as pessoas da região e a má fama também era veiculada em jornais da época. BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Ilust. De Jorge Palheta e Moacir Andrade, Ed. Umberto Calderaro, 1977. p. 359-367.

aconteciam durante o transporte dos trabalhadores<sup>119</sup>. Assim, não davam crédito algum ao discurso das agências oficiais, vez que sequer era cumprido o que era estipulado no contrato de deslocamento. Imaginavam que a situação certamente pioraria quando chegassem aos seringais. E tinham razão, pois as condições de vida e trabalho nos seringais eram das mais precárias.

Portanto, o “arigó” foi um tipo de criação urbana para designar o trabalhador que vivia na cidade, independentemente do local de origem. Poderia ser paulista, mineiro, capixaba e até nordestino<sup>120</sup>. O que o diferenciava da primeira leva de trabalhadores era justamente o fato de terem certa consciência de seus direitos, o que os tornava subversivos à ordem da indústria extrativista, já que não aceitavam os abusos cometidos pelas agências de migração e patrões-seringalistas<sup>121</sup>.

E, assim, o que se viu foi que a mínima consciência sobre direitos trabalhistas se tornou um entrave para a economia extrativista gomífera que retirava boa parte de seu lucro da intensa superexploração do trabalho dos seringueiros e do alto preço das mercadorias que lhe eram vendidas. Até então, a força de trabalho que migrava para a região ia por falta de alternativa, em regra

---

<sup>119</sup> Não por acaso Benchimol vai chamar atenção para a função histórica dos “arigós”: Poucos, no entanto, entenderam a função histórica que estavam representando, anonimamente, no drama amazônico da Batalha da Borracha. Foram eles, os “arigós”, os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no “front” seringueiro, entregues à sua própria sorte, na solidão da floresta. E por aqui ficaram, ou de lá regressaram, ainda em tempo, como testemunhas vivas do processo desumano de imigração e ocupação amazônica. Para contar as suas estórias, os seus feitos, as suas desditas. Na rua volta, ou na sua revolta, passaram a introduzir um elemento cômico, jocoso e caricato no drama regional da época. *Ibidem*, p. 362.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 386.

<sup>121</sup> Deve o registro aqui que os nordestinos migrantes nem sempre eram de origem sertaneja. Muitos se tornaram seringueiros após trabalhar em indústrias e fábricas, conforme o relato trazido por Pedro Vicente Costa Sobrinho. Evródio Irineu de Farias, era cearense de Fortaleza, começou a trabalhar aos 15 anos em uma fábrica de cigarros e, posteriormente, trabalhou em uma fábrica de tecidos. Em 1943 virou soldado da borracha motivado pela intensa propaganda veiculada à época e pela ambição de ganhar um salário nunca imaginado. “Sua estadia no seringal, desde o início foi conflituosa. Produzia relativamente pouco, pois não se acostumava a uma jornada de trabalho de 14 a 16 horas. Na tecelagem Baturité sua jornada de trabalho era de 10 horas diárias, oito por exigência de lei e duas horas extraordinárias. Sabia ler e escrever, tinha feito um bom curso primário, e anotava e conferia tudo. Os preços das mercadorias aviadas eram absurdos. O que produzia e o que comprava só aparecia no ajuste de contas no final do ano. Tinha em mãos cópia do contrato-padrão que havia assinado, e verificou que não estava sendo cumprido. Fez uma carta para as autoridades denunciando os abusos e nunca teve resposta. Decidiu sair e abandonou o posto de trabalho sem remorso por estar endividado no barracão, pois se considerava o único roubado. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 78-79.

não sabia ler e nem escrever e nunca antes teve mínimos direitos trabalhistas observados. Situação que muda completamente com a chegada dos “arigós”.

A introdução dos “arigós” à economia extrativa vai mudar a forma pela qual os seringueiros vão se portar nas relações patrão-seringalista e freguês-seringueiro. É o início de uma relação conflituosa, que além da luta por direitos mínimos de condições de vida e de trabalho também vai encontrar nos antigos seringueiros o fato de que entre os ciclos houve um vazio demográfico que proporcionou a eles uma possibilidade de interação com a terra e com os costumes originários ainda não experimentados.

A chegada dos “arigós” e a implementação do contrato-padrão pelo Banco da Borracha S.A., ainda que o contrato fosse mais benéfico para o patrão-seringalista, o mínimo de direitos que eram atribuídos aos seringueiros, sequer eram cumpridos. O clima entre patrões e seringueiros era bastante hostil, sendo que os seringalistas utilizavam de violência física e estatal para que os seringueiros continuassem sendo tratados de maneira precária. É a partir de então que a luta, ainda não articulada dos seringueiros, passa a ser pelo cumprimento das obrigações e direitos contidos no contrato-padrão.

Vê-se, portanto, que mesmo o contrato-padrão garantindo mais obrigações que direitos aos seringueiros, ele vai ser utilizado como instrumento para implementação de direitos mínimos, tanto é que a implementação do contrato não é bem vista pelos patrões, pois vão ter que seguir uma regulamentação que até então era imposta de forma discricionária por eles. O contrato-padrão foi um instrumento oficial que mesmo prejudicial aos seringueiros, foi importante para o início da tomada de consciência de classe desses trabalhadores.

Com a queda do Estado Novo, os partidos políticos começaram a se organizar no Acre. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), foi criado em 1945 em Rio Branco sem muita repercussão no Estado. O fato é que a representação política no Acre começou então a dar os seus primeiros passos. Simultaneamente, ao final da Segunda Guerra, a borracha perde a sua importância no mercado externo e os seringalistas, muitos endividados, começam um processo de venda e especulação das terras dos seringais.

Nos limites de fronteira entre Brasil e Bolívia, especialmente na área de Departamento de Pando, durante a Batalha da Borracha estima-se que mais de

2.000 seringueiros brasileiros tenham migrado para os seringais bolivianos, que mesmo com o desinteresse dos Estados Unidos pela borracha, permaneceram no país vizinho<sup>122</sup>.

Em 1952, na Bolívia, aconteceu uma revolução que alterou significativamente a sua estrutura agrária, nacionalizando a terra e revertendo o domínio público de todas as árvores seringueiras e castanheiras, através da Lei da Reforma Agrária. A partir de então as árvores gomíferas e castanheiras eram cedidas aos trabalhadores extratores, em regime de concessão. Além disso, a lei também garantiu ao posseiro o direito de exploração da terra, o qual teria preferência em relação a outros que tivessem interesse em explorar. Os mesmos direitos foram assegurados aos brasileiros que se localizavam na região boliviana<sup>123</sup>.

Contudo, a implementação da reforma agrária boliviana não foi pacífica, foi um movimento conflituoso, cujos seringueiros armados mobilizaram-se e percorreram os seringais dando conhecimento aos trabalhadores das conquistas e direitos resultantes da revolução. A notícia sobre os acontecimentos na Bolívia chegou ao Acre. No município de Brasiléia, houve um início de movimento para difundir as ideias para o interior dos seringais e locais mais distantes do território acreano, assim como instigar os trabalhadores a não realizar o pagamento da renda estipulada pelo patrão no seringal. O objetivo do movimento era se tornar um sindicato com o auxílio dos companheiros bolivianos. Todavia, o movimento foi logo contido pelos próprios seringueiros, patrões e polícia.

Ainda que o movimento não tenha obtido êxito, os seringueiros acreanos começaram a dar sinais de mobilização coletiva para romper com os abusos praticados pelos patrões-seringalistas. Essa situação conflituosa vai ganhar novos contornos com o passar dos anos, com o desenvolvimento de consciência de classe dos seringueiros e com os novos interesses do capital, que vai tentar expandir ainda mais os seus limites, no período da ditadura empresarial-militar.

---

<sup>122</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 91-92.

<sup>123</sup> *Ibidem*. p. 93-94.

## **2. “INTEGRAÇÃO”, “COLONIZAÇÃO” E “OCUPAÇÃO” AMAZÔNICA: O DESENVOLVIMENTO EXTENSIVO E INTENSIVO DO CAPITALISMO E A CONCENTRAÇÃO/ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR**

O objetivo deste capítulo é analisar as políticas de “integração”, “colonização” e “ocupação” da Amazônia-acreana, após o golpe militar de 1964. Após o Segundo Ciclo da Borracha, houve mais uma vez um esvaziamento da região, causando o endividamento dos seringueiros e novos arranjos de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humana foram implementados. Em razão de suas potencialidades, a região amazônica passou, novamente, a ser o centro das atenções do capitalismo nacional e internacional. Os ditos “locais de fronteira”, “terras-do-sem-fim”, “desocupados”, “vazios demográficos”, e “não produtivos” passam a ser a tônica do novo modo de exploração. Desocupar para ocupar. Alinhado às perspectivas do capitalismo monopolista, o governo ditatorial sistematiza a forma de exploração, expropriação e expansão do capitalismo na região amazônica, utilizando-se fundamentos pautados na “segurança nacional” e “desenvolvimento econômico”, a ditadura empresarial-militar dá ênfase à colonização da região amazônica em prol da expansão extensiva e intensiva do capitalismo. Antes, contudo, importante apresentar as bases pelas quais foram implementadas as políticas sistêmicas no período ditatorial, sobretudo, a partir da obra de Octávio Ianni.

### **2.1. O DESENVOLVIMENTO EXTENSIVO E INTENSIVO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: POR UMA QUESTÃO DE “SEGURANÇA NACIONAL” E “DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”**

Concentrar o poder no Estado, com vistas a proporcionar condições econômicas e políticas para que o Brasil retomasse o seu “desenvolvimento econômico<sup>124</sup>”, foi um dos traços mais presentes e importantes durante a

---

<sup>124</sup> O sentido da expressão “desenvolvimento econômico” está relacionado a criação de condições para permitir a acumulação de capitais por parte da elite nacional e estrangeira. Um desenvolvimento no sentido de avanço e aumento das condições materiais de reprodução capitalista. Esse “desenvolvimento econômico” como já dito é destinado aos capitalistas nacionais e internacionais. É um desenvolvimento que resulta em um verdadeiro retrocesso e

ditadura empresarial-militar<sup>125</sup>. Portanto, para que houvesse a retomada do “desenvolvimento econômico” empresarial foi necessário criar condições práticas de ideológicas funcionais para que as “forças do mercado” conseguissem desenvolver-se ampla e livremente<sup>126</sup>. Dessa forma, os processos de industrialização e modernização das atividades agrárias se intensificaram e muito após o golpe de 1964.

A fragilidade dos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964), que viveram sob intensa crise econômica e política contribuíram para a formação do cenário do golpe, uma vez que militares e civis contrários a essas forças políticas vislumbraram a possibilidade de assumir o poder, decidindo por movimentar-se, realizando o golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Ainda há de se acrescentar um outro importante personagem, sem o qual muito provavelmente o golpe não teria se efetivado. Durante 1961-1964 a crise econômica e política, as exigências do capital monopolista imperialista e a possibilidade de surtos revolucionários de operários e camponeses fizeram com que a burguesia nacional, até então de base populista e democrática, rompesse as bases democráticas e apoiasse o golpe. Portanto, a burguesia nacional se alinhou com as forças mais reacionárias do país, em conjunto com as bases imperialistas, organizaram e efetivaram o golpe<sup>127</sup>.

---

precarização das condições de vida e de trabalho da grande massa populacional brasileira que tem a sua força de trabalho como a única forma de alcançar meios para sobrevivência.

<sup>125</sup> Este trabalho entende que a expressão ditadura empresarial-militar é o termo mais adequado para representar a Ditadura que teve início em 1964 no Brasil. Seferian faz um trabalho analítico sobre a terminologia, em que cita-se abaixo um trecho de sua análise que representa essa conformação entre o governo golpista e o empresariado: Fundamentalmente voltando-se à regulamentação das relações individuais e coletivas de trabalho, bem como a alguns aspectos da seguridade social, buscaremos nestas últimas notas sinalizar o acerto da defesa da caracterização da ditadura enquanto empresarial-militar, apontando ter o regime de exceção empreendido uma política neoliberal – voltada ao empresariado individual por excelência, muito mais do que à estabilização da ordem burguesa – antes de seu tempo, considerando o redesenho da vida social que nas décadas subsequentes ao do golpe brasileiro passaram países do sul – a exemplo do Chile, pós-golpe capitaneado por Augusto Pinochet contra o governo Salvador Allende – e norte – vide o caso da Inglaterra sob Margaret Thatcher, para ficarmos em um único caso – globais. SEFERIAN, Gustavo. *Brasil, 1º de abril de 1964: notas para a caracterização do golpe como empresarial-militar*. In: Nayara Rodrigues Medrado, Leonardo Evaristo Teixeira, Marco Alexandre de Souza Serra, Carla Benitez Martins (org.) *Economia Política da Pena e capitalismo dependente brasileiro*. São Paulo: Editora Dialética, 2021. p. 465.

<sup>126</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 69.

<sup>127</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 69.

No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra<sup>128</sup>.

Endireitado aos discursos de “desenvolvimento econômico” e “segurança nacional”, o governo golpista se instalou no Brasil e reorganizou e concentrou o poder no Estado, que passou a utilizar ferramentas ostensivas e repressivas, para favorecer e impulsionar a acumulação monopolista. Essa concentração de poder foi colocada com vias a construir uma política para superar a “estagnação econômica” e a “inflação explosiva”. A violência readquiriu, de maneira ainda mais profunda e ampla, o caráter de potência econômica (força produtiva). Desse modo, o capital monopolista penetrou intensiva e extensivamente no aparelho estatal passando a influenciar decisivamente em setores diversos como o sistema de ensino (público e privado), a indústria cultural, as forças de repressão, o pensamento e a prática de governos tecnocratas, concretizando-se assim uma ditadura burguesa e um Estado fascista<sup>129</sup>.

São essas, em forma breve, algumas das características básicas do modelo de “economia aberta” adotado pela ditadura. Conforme sugerem os termos dessa descrição, os governos militares desses anos foram levados a bloquear drasticamente, em termos econômicos e políticos, as tendências de formação e desenvolvimento de um capitalismo nacional no Brasil; e induzidos a adotar e implantar, de forma agressiva e repressiva, o modelo de “economia aberta”, ou de desenvolvimento capitalista dependente. As “reformas institucionais” exigidas e postas em prática, para conferir sucesso ao modelo não se restringiram a questões “técnicas”, financeiras, creditícias, tarifárias fiscais ou econômicas, em geral. Não, as “reformas” implantadas foram políticas e econômicas, a começar pelo Golpe de Estado de 1964, e passando pelos Atos Institucionais promulgados desde então, dentre os quais se destaca o AI-5 de 13 de dezembro de 1968. Foi a ditadura da burguesia que se instalou no Brasil em 1964. Com a ditadura, grande parte das “reformas institucionais” serviu para propiciar a implantação do modelo de “economia aberta” ou capitalismo dependente. Isso é, a ditadura, refez, “modernizou” ou “aprimorou” as “instituições” e as “estruturas” econômicas e políticas no Brasil, de modo a garantir altos índices de acumulação de capital; ao mesmo tempo que se desenvolvia a concentração e a centralização do capital, sob o controle imperialista. A econômica do Brasil, se refez, sob a

---

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 186, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022. p. 186.

<sup>129</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 70-71.

ditadura, como um vasto enclave do imperialismo. O que já era uma tendência predominante nas décadas anteriores, adquiriu maior força, amplitude e intensidade quando o capital monopolista capturou quase que totalmente o aparelho estatal. À medida que se implantou e desenvolveu a política de “economia aberta”, aprofundou-se e diversificou-se a dependência do subsistema econômico brasileiro, em face do imperialismo norte-americano, alemão e japonês<sup>130</sup>.

Assim, a ditadura organizou e concentrou a violência estatal em conformidade com a violência da acumulação monopolística, resultando em aumento da concentração e da centralização do capital, demonstrando que o poder do capital monopolista estava articulado com o poder estatal e, em conjunto com as determinações imperialistas. Não por acaso, formaram-se e desenvolveram-se associações e fusões de empresas: estrangeiras entre si, estrangeiras e nacionais, nacionais e estatais, e estrangeiras, nacionais e estatais<sup>131</sup>.

Dessa forma, as forças produtivas, tanto na indústria como na agricultura, na cidade e no campo, foram desenvolvidas sob as bases de grandes monopólios<sup>132</sup>. Ao mesmo tempo que o Estado concentrava o monopólio de direitos, os monopólios econômicos se desenvolveram no país, favorecidos pelo Estado, em razão de políticas fiscais, creditícias e tarifárias<sup>133</sup>.

O documento emitido pelo Ministério que traçava as Diretrizes de Governo, de 1967, apresentava os princípios mais importantes que definiam a filosofia do governo, menciona-se o seguinte:

I - O desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer distinção em relação à empresa estrangeira; ao empresário nacional serão dadas condições de maior eficiência e poder de competição, através de instrumentos fiscais,

---

<sup>130</sup> IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 24-25.

<sup>131</sup> *Idem*, *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 72.

<sup>132</sup> Depois da estagnação havida em 1963-1967, a economia brasileira passou a crescer de forma acentuada. Em 1968-1974, além da ampla ocupação das forças produtivas então disponíveis, ocorreu também o desenvolvimento dessas forças. Ao mesmo tempo que passaram a desenvolver-se, de modo intenso e extenso, as relações capitalistas de produção, também se desenvolveram bastante as forças produtivas. A força de trabalho, a tecnologia, a divisão do trabalho, o planejamento econômico governamental, a violência estatal, o capital público e privado, nacional e estrangeiro, foram essas as principais forças produtivas reativadas e desenvolvidas, intensa e extensivamente, nos anos de ascenso econômico da ditadura. *Ibidem*, p. 74-75.

<sup>133</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 72.

monetários, e creditícios; do fortalecimento do mercado de capitais; da maior disponibilidade e menor custo de insumos básicos; do maior acesso a fontes internacionais de crédito. Ao setor privado será assegurada a possibilidade de obter ou de gerar os recursos de que precisa para operar e expandir-se<sup>134</sup>.

Octávio Ianni vai afirmar que a ditadura militar se desenvolveu sob a base de três importantes pilares da economia: o imperialista, o nacional e o estatal, o que o autor vai chamar de tripé da economia ditatorial:

“Vale a pena observar que o setor imperialista aparece nos documentos governamentais como “empresa estrangeira”, “empresa multinacional”, “firma subsidiária” de empresa multinacional ou “capital internacional”. Todas essas denominações, por intenção ou implicação, visam apagar, ou minimizar, a especificidade do capital imperialista, que é um dos problemas principais na explicação do caráter do capitalismo monopolista que se desenvolve no Brasil. O setor nacional aparece como “capital nacional” ou “empresa privada nacional”. E o setor estatal é mencionado como “empresa governamental”, “empresa do governo”, “Estado” ou “setor produtivo estatal”. Não é fácil especificar quando uma empresa, conglomerado, holding, grupo, etc. é simplesmente estatal, nacional ou imperialista. Além do mais, na prática, os três setores da economia, ou o tripé, sempre se acham articulados, reciprocamente determinados, em uma totalidade que também possui suas especificidades”<sup>135</sup>.

Mas quem de fato lucrava mais era a empresa imperialista, vez que as empresas estatais e nacionais estavam subordinadas às condições e exigências da reprodução do capital externo<sup>136</sup>. O capital internacional, em melhores condições de competitividade e com o domínio da tecnologia e do mercado internacional, apoderou-se dos segmentos mais lucrativos, culminando na

---

<sup>134</sup> Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento, Brasília, junho, 1967. p. 8.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>136</sup> Note-se que o capital estrangeiro está presente tanto na indústria e agricultura, como no setor financeiro e comercial. Às vezes, como no caso de vários produtos agrícolas, tais como o fumo, a soja, o vinho, por exemplo, ele se localiza preferencialmente na esfera da industrialização desses produtos. Em geral, na indústria de transformação, inclusive de produtos de origem agrícola, o capital estrangeiro não só está presente como controla fatias substanciais dos negócios e lucros. Além disso, devido à sua posição estratégica na estrutura de economia dependente do País, o capital monopolista estrangeiro com frequência extrai da economia os maiores benefícios econômicos. Assim, em 1973, por exemplo, se é verdade que o capital estrangeiro, controla 32 por cento da mineração e indústria de transformação, também é verdade que ele desfruta da posição monopolista privilegiada, que lhe permite apropriar-se da maior parte da mais-valia produzida pelo conjunto da economia. *Idem, Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 32.

concentração, centralização e desnacionalização do capital. As tendências nacionalistas e populistas dos governos militares ficaram apenas no discurso, já que houve uma opção inequívoca por uma prática sistêmica de um desenvolvimento capitalista dependente<sup>137</sup>.

As estatais ficavam por conta quase exclusivamente de executar atividades de infraestrutura que viabilizavam a realização de agendas destinadas efetivamente à acumulação. Em contrapartida, empresas nacionais, em menor força, e empresas estrangeiras aglutinadas em grandes grupos com matrizes em países centrais, ficavam à frente dos setores de metais não ferrosos, mecânica, material elétrico e de comunicação, transporte, borracha, têxteis, fumo, alimentos dentre outros<sup>138</sup>.

O Estado passou então a servir intensiva e extensivamente aos interesses do capital monopolista. O que se viu no Brasil durante a ditadura empresarial-militar foi um verdadeiro aparelhamento do Estado com o objetivo de acumulação e expansão do capital, mormente o estrangeiro dominante. O que se viu na prática foi um entrelaçamento das políticas que se utilizavam dos argumentos em torno do “desenvolvimento econômico” e da “segurança nacional” que, em verdade, entregaram aos países centrais o controle da produção do país.

O argumento da “segurança nacional” foi inúmeras vezes utilizado para justificar a reserva de determinadas atividades, ora em benefício do Estado, ora em prol da empresa privada nacional e internacional, mas priorizando, sempre, a acumulação de capital da grande empresa estrangeira. O Estado tornou-se um mero instrumento por meio do qual o capital monopolista se expandiu. Viu-se, então, que em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico” o Estado controlou, repreendeu e dinamizou atividades com vias de garantir uma estabilidade política e social propícia ao desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional.

Octávio Ianni vai mencionar ainda três traços marcantes da economia política do período ditatorial-burguês: a) o planejamento econômico estatal foi transformado em poderosa força produtiva: as condições de “segurança”

---

<sup>137</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.33.

<sup>138</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 76-79.

proporcionadas pelo Estado com o controle e repressão da sociedade fizeram com fosse viabilizada a reprodução do capital. Além disso, as políticas de isenções e incentivos fiscais e creditícios também foram responsáveis por uma considerável transferência de recursos do estado, sociedade, para as classes dominantes, o que fez com que uma taxa ainda maior de mais-valia fosse capturada da classe operária; b) a violência estatal como técnica política e econômica foi transformada em poderosa força produtiva: a violência estatal foi posta a serviço do capital para controlar a classe operária, a partir do aparelho repressivo estatal, mas também com mecanismos de organização e funcionamento nos setores públicos e privados, a partir dos princípios de hierarquia, disciplina e desempenho, cujo descumprimento vinha acompanhado pelas mais diversas formas de punição<sup>139</sup>. A violência estatal foi também a violência da classe burguesa, com a finalidade de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. c) o capital financeiro, sob condições monopolísticas, passou a determinar profundamente a fisionomia e os movimentos do Estado: viu-se uma expansão e concentração de empresas estatais em razão da facilidade de recursos disponíveis pelo poder público, assim como de grandes empresas privadas, sobretudo estrangeiras, predominando o capital e os interesses imperialistas<sup>140</sup>.

Viu-se um Estado, que aparentemente matinha um discurso não intervencionista estar ampla e profundamente subordinado ao capital imperialista, o que resultou em um abismo ainda maior entre as classes trabalhadores e a burguesia.

### **2.1.1 A “questão amazônica”**

O Brasil ditatorial vinha passando por transformações que obviamente também iriam interferir nas políticas de “integração”, “colonização” e “ocupação” da região amazônica. Se o interesse do capitalismo era expandir cada vez mais,

---

<sup>139</sup> Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar aparece também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório. No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 85.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 83-86.

nada mais interessante que expandir por uma “área vazia”, “improdutiva” e “desocupada”. Era assim que a burguesia golpista e o Estado ditatorial interpretavam a Amazônia. É certo que antes mesmo do golpe de 1964 já existiam políticas que visavam integrar a Amazônia ao eixo Centro-Sul brasileiro, mas como no período o Estado estava aparelhado e alinhado diretamente aos interesses imperialistas, essas políticas ganharam novos arranjos e se intensificaram.

O que ocorreu na Amazônia, nos anos 1964-78, foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. No extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças produtivas. Esse foi o quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular. A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região<sup>141</sup>.

A “integração”, “colonização” e “ocupação” da Amazônia era tratada pelos militares como “questão amazônica” ou como “problema amazônico”<sup>142</sup>. E de fato era uma questão e um problema a serem enfrentados, pois mesmo tratando a região como se fosse uma extensão de terra improdutivo e desocupada, à essa altura, os militares e a classe burguesa já sabiam que não era bem assim. Mesmo existindo muitas terras ainda sem ocupação, verdade é que muitas delas encontravam-se ocupadas por diversas sociedades indígenas, por posseiros, seringueiros, castanheiros e camponeses.

Na história recente da Amazônia há indícios de que a utilização da terra se deu como reserva de valor e/ou para fins especulativos, sendo que as políticas regionais dos governantes transformaram a Amazônia em uma espécie de pasto universal do capitalismo. Ianni vai enfatizar que, desde 1964, as interpretações sobre a problemática amazônica passaram por três questões:

---

<sup>141</sup> IANNI, Octávio, *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 55.

<sup>142</sup> Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento*, Brasília, junho, 1967. p. 138.

geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo; acumulação primitiva e luta pela terra, ditadura e fronteira<sup>143</sup>.

Com o golpe, os governos militares intensificaram e rearranjaram políticas destinadas a explorar economicamente a Amazônia. Durante os anos de ditadura foram criados inúmeros órgãos federais (SUDAM, BRASA, PIN, SUFRAMA, RADAM, PROTERRA, POLAMAZÔNIA, INCRA, FUNAI, dentre outros) que em conjunto com os governos locais dinamizaram e orientaram as atividades públicas e privadas na região priorizando principalmente as atividades de extrativismo, mineração, pecuária, agricultura, indústria e agroindústria<sup>144</sup>.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no final do governo Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de 25 empresas, lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da criação e atuação do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM) (3), citada em estudos publicados, tinha superfície superior a quatro milhões de hectares. Em decorrência desse processo, tornou-se possível identificar dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país<sup>145</sup>.

Em síntese, foram adotadas duas políticas: a primeira relacionada a geopolítica com o intuito integrar a região amazônica ao restante do país, especificamente à região Centro-Sul e, a segunda, puramente econômica que tinha por finalidade promover o desenvolvimento extensivo do capitalismo na

---

<sup>143</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 211.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 211-212.

<sup>145</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 186, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022. p. 186.

região. Ambas as políticas foram implementadas em conjunto, não por acaso as grandes rodovias construídas na Amazônia foram realizadas por razões de “segurança nacional” para favorecer o “desenvolvimento econômico”. Esse foi um traço fundamental sob o qual a ditadura desempenhou suas políticas desenvolvimentistas<sup>146</sup>.

Não por acaso, no documento que traçava as Diretrizes de Governo, de 1967 determinava que o objetivo básico do governo seria o desenvolvimento:

O desenvolvimento há de ser, portanto, o nosso objetivo básico, que condicionará toda a política nacional, no campo interno como nas relações com o exterior. E há de estar a serviço do progresso social, isto é, da valorização do homem brasileiro. Esta tem sido a mensagem fundamental do Presidente Costa e Silva, proclamada desde a primeira hora, ainda quando candidato<sup>147</sup>.

Há de se enfatizar que o discurso de expansão econômica levava em conta também a exploração para além da Amazônia brasileira. Os militares manifestavam ainda o interesse em expandir atividades econômicas para fora das fronteiras nacionais, transformando outros espaços sul-americanos em espaços amazônicos.

No governo do presidente Médici um novo e alentado impulso foi dado à articulação da área amazônica com o Planalto Central, assim como à própria articulação da bacia do “grande rio”. Surgiram os seguintes projetos rodoviários, extremamente arrojados: Transamazônica; Porto Velho-Manaus; Manaus-Boa Vista (Roraima), na região fronteira com a República da Guiana e Venezuela. Rio Branco (Acre)-Cruzeiro do Sul, na região fronteira com o Peru; Perimetral Norte, ligando no sentido Este-Oeste as áreas fronteiriças da fronteira Norte, com a Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela e Colômbia (...).

É um novo Brasil que desperta e se incorpora ao patrimônio econômico da nação. Mas, também, imensas áreas dos países vizinhos, olvidadas como as nossas na solidão da floresta, começam a acordar ao toque de chegada da tecnologia a essas longínquas paragens fronteiriças. Também ali, as capacidades são reavaliadas, as potencialidades despertadas, os interesses revistos, e o que é mais importante, nasce a possibilidade de vertebrar-se, não apenas a Amazônia brasileira, mas uma Amazônia sul-americana, através de um sistema misto estrada-

---

<sup>146</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 212.

<sup>147</sup> Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento, Brasília, junho, 1967. p. 6-7.

rio. A ideia de articular e acrescentar ao patrimônio econômico dos respectivos países as áreas fronteiriças interiores – do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – adquire força de viabilidade<sup>148</sup>.

Essa chamada “vocação continental” do Brasil, com o crescimento extensivo do capitalismo para além das áreas de fronteira amazônicas foram determinantes para justificar os grandes empreendimentos e as rodovias fara nicas que foram fomentadas em nome do “desenvolvimento econômico” e da “segurança nacional”<sup>149</sup>.

O problema amazônico   nitidamente diverso no nordestino; objetiva-se a ocupa o efetiva da área estrategicamente orientada, com vistas   preserva o das fronteiras internacionais e incorpora o definitiva de sua economia ao todo nacional. Para a consecui o desses objetivos que, em última análise, acabarão por criar condi oes para o desenvolvimento autossustentado da área, realizou-se a ‘opera o Amazônia’, alterando fundamentalmente a forma de atua o federal na região. A Sudam será o agente de elabora o, controle de execu o e coordena o do Plano de Valoriza o da Amazônia. A execu o dos investimentos públicos será feita, sob coordena o da Sudam, pelos organismos especializados. O Banco da Amazônia executar , na região, a política do governo federal relativa ao crédito. Os instrumentos a serem mobilizados vão desde os investimentos diretos através Sudam e outros órgãos federais e constitui o de fundo de financiamentos, até os estímulos   iniciativa privada, através de incentivos fiscais, favores creditícios e outras vantagens.

A estratégia de integra o nacional considera o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste dentro da política global, que v  em conjunto essas três regiões, no fluxo dos fatores de produ o entre si (para melhor combina o de mão de obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos, atendendo certos segmentos da indústria do Nordeste e áreas próximas das outras regiões (para amplia o de mercado).<sup>150</sup>

<sup>148</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1  ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 213-214 *apud* General Carlos de Meira Mattos, *A geopolítica e as proje oes do poder*, Livraria José Olympio. Editora, Rio de Janeiro, 1977. p. 109-110.

<sup>149</sup> Os governos militares no Brasil consolidaram este processo de produzir valor com extrema violência e o encarnaram nos ideais de integrar, ocupar e desenvolver o território da Amazônia, incorporando a ele a doutrina de segurança nacional. Como síntese, a chamada “Opera o Amazônica”, um conjunto de leis federais, decretos, isen oes fiscais e grandes obras de infraestrutura, consolidou de vez uma dinâmica de expansão da fronteira com práticas de violência efetivadas e/ou legitimadas pelo Estado. MICHELOTTI, Fernando e MALHEIRO, Bruno. *Questão agrária e acumula o por espolia o na Amazônia*. Revista da ANPEGE. v. 16. n . 29, ANO 2020. p. 640-641.

<sup>150</sup> Ministério do Planejamento e Coordena o Geral, Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento, Brasília, junho, 1967. p. 138.

Vê-se, portanto, nitidamente que as razões de geopolítica militar eram em verdade as razões do desenvolvimento capitalista nacional e estrangeiro, que se confundiam e levaram ao desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo na região. E assim, a “integração”, “colonização” e “ocupação” da região amazônica tinham uma única faceta: a expansão do capital<sup>151</sup>.

A integração do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste ao eixo Centro-Sul utilizou-se de um arranjo combinado de elementos de produção que interessavam e muito a acumulação de capital: a força de trabalho nordestina, superexplorada; as terras e os recursos naturais superexplorados provenientes da Amazônia e Centro-Oeste.

E, assim, se desenvolveu o processo de acumulação primitiva de capital na Amazônia, que se intensificou desde 1964. Fora um processo estrutural que incorporou intensamente a força de trabalho dos trabalhadores migrantes e os da própria região e as terras ocupadas ou não às forças produtivas e relações capitalistas de produção. Inicialmente agudizou-se o processo de monopolização das terras por grandes negociantes ou proprietários, que se tornaram latifúndios, o que resultou, em regra, na expropriação de sociedades indígenas e posseiros de suas terras, que foram imediatamente proletarizados e integrados ao processo de produção. Esses processos foram realizados em meio a violência privada e estatal<sup>152</sup> e com a legitimação política, jurídica, burocrática e econômica do Estado<sup>153</sup>.

Assim, ao longo dos anos 1964-78 a política econômica estatal para a Amazônia transformou essa região em um vasto enclave de exportação e importação. Apesar das suas oscilações, superposições e contradições, as decisões e atuações do poder público na região permitiram uma dupla integração, ou reintegração, da Amazônia no modelo de “economia aberta” adotado pelos governos militares desde 1964. Por um lado, a política estatal para a região

---

<sup>151</sup> De repente, o “milagre amazônico”, a “articulação da bacia do grande rio”, ao “patrimônio econômico da nação”, o despertar da “vocação continental” do Brasil são, ao mesmo tempo, formulações da ideologia da prática da ditadura e do capital. IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 215.

<sup>152</sup> Os negociantes, ou os seus funcionários, lançam mão de grande número de técnicas e artifícios para expulsar índios e posseiros das suas terras. Desde a ameaça de fogo na roça até o assassinato, desde a ameaça do jagunço até   do policial; desde a acusao de falsificao de provas até   de “subversivo”. São muitas e reiteradas as técnicas de que lançam mão os negociantes de terras para expulsar posseiros e índios do lugar. IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 225.

<sup>153</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 224-225.

permitiu dinamizar e diferenciar as suas exportações. Com isso cresceu a sua capacidade de produzir divisas para pagar dívidas, para que o “modelo de economia aberta” pudesse ter continuidade, e o capital monopolista (nacional e estrangeiro) pudesse prosseguir a acumulação agressiva e repressiva em que se achava lançado. Por outro lado, a Amazônia se transformou numa região importadora, cada vez mais importante, de produtos, industriais ou insumos para fins industriais. Nesse duplo sentido, a Amazônia representou e representa uma dupla fronteira para o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo monopolista que capturou amplamente o Estado brasileiro em 1964<sup>154</sup>.

A Amazônia foi tratada como uma verdadeira ilha solta no espaço, uma fronteira, que deveria servir aos interesses do capital nacional (eixo Centro-Sul) e, principalmente, internacional. A região deveria funcionar ao mesmo tempo como produtora de produtos para exportação e consumidora de mercadorias importadas.

A fronteira amazônica se tornou um espaço no qual os governantes poderiam, quase que livremente, inserir da força de trabalho excedente no Nordeste, Centro-Sul em de outras localidades. A combinação de geopolítica e desenvolvimento econômico fez com que se intensificasse o deslocamento para a região amazônica de populações rurais em situação de subemprego ou desemprego, ou excedentes vindos de outros locais, favorecendo a manutenção das estruturas de poder oligárquicas, fundiárias e econômicas, mormente no Sul e Nordeste do país<sup>155</sup>.

Em primeiro lugar, criou-se um estoque de trabalhadores por ocasião dos empreendimentos estatais e privados levados para a região (rodovias, hidrelétricas e projetos agropecuários), precarizando as condições de trabalho. Em segundo lugar, essa reserva de trabalhadores que migrou para a Amazônia foi fruto do deslocamento de excedentes de regiões em que as estruturas de poder se sentiam ameaçadas pelas classes subalternas, sobretudo das regiões Nordeste e Sul do país. E, por fim, esses dois fatores combinados permitiram reduzir o impacto social e político da migração proveniente principalmente do

---

<sup>154</sup> IANNI, Octávio. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 72-73.

<sup>155</sup> IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 226-227.

Nordeste para áreas de grande concentração urbano-industrial em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte<sup>156</sup>.

Sobre a precarização das condições de trabalho em razão da criação de uma reserva de trabalhadores, Nildo Viana, a partir dos ensinamentos de Marx, vai pontuar que o processo de acumulação de capital está diretamente ligado à dinâmica populacional, de modo que o crescimento do capital resulta em um crescimento da demanda por força de trabalho. Esse processo de acumulação capitalista tem como consequência a ampliação do mercado e dos investimentos. Segundo o autor, as necessidades da acumulação capitalista podem se sobrepor ao crescimento da quantidade de trabalhadores e, mantidas, as mesmas condições desse processo, cria-se uma tendência de elevação dos salários, diminuindo a taxa de exploração da força de trabalho e decrescendo a acumulação. Entretanto, o decréscimo da acumulação faz com que haja uma minoração da procura por força de trabalho<sup>157</sup>.

Marx coloca que a dinâmica populacional reside basicamente aí, ou seja, na taxa de exploração que altera a demanda pela força de trabalho. No entanto, com o desenvolvimento capitalista, há um crescimento de produtividade e este tem com uma de suas condições de possibilidade o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de um *quantum* maior de meios de produção no processo de trabalho. Marx chama isto de “composição técnica do capital”, que se caracteriza pelo aumento de capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (massa de força de trabalho). Isto provoca, evidentemente, uma diminuição na demanda pela força de trabalho<sup>158</sup>.

Marx vai enfatizar que esse processo de acumulação vai criar uma população trabalhadora excessiva para as necessidades médias de valorização do capital, supérflua<sup>159</sup>.

---

<sup>156</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 227-228.

<sup>157</sup> VIANA, Nildo. *A teoria da população em Marx*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 2. p. 93.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

<sup>159</sup> (...) essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 705.

(...) se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta<sup>160</sup>.

Essa reserva de trabalhadores, portanto, cumpre um papel fundamental para a acumulação capitalista, uma vez que resulta diretamente em uma pressão para a redução de salário<sup>161</sup>.

Portanto, no caso específico ora trabalhado vê-se que além de a criação de estoque de trabalhadores ter sido essencial para a manutenção da classe dominante, foi também responsável por gerar acumulação capitalista no Nordeste, na medida em que esse afluxo de trabalhadores foram submetidos a condições de trabalho mais precárias, bem como foram utilizados na região Norte, também em condições precárias de trabalho, uma vez que sem melhores possibilidades tiveram que se submeter aos abusos cometidos.

Uma das primeiras medidas específicas dos governos militares para a Amazônia, em 1966, foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia, antigo Banco de Crédito da Borracha, em Banco da Amazônia S/A – BASA. Como visto, durante os ciclos da borracha o objetivo desta instituição financeira era conceder apoio à produção de borracha, mormente no que tange às operações de compra e venda do produto. O BASA passou a exercer funções mais amplas, pois se tornou o suporte financeiro do Governo Federal para apoiar os empreendimentos capitalistas na Amazônia<sup>162</sup>. O art. 11 da Lei 5122, de 28/09/1966, Lei da Criação do BASA, assim determinava:

---

<sup>160</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 705.

<sup>161</sup> VIANA, Nildo. *A teoria da população em Marx*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 2. p. 95.

<sup>162</sup> Conforme art. 4<sup>a</sup> da Lei de sua criação, o BASA passou a contar com dotações anuais do orçamento da União, para aplicação em créditos especializados à iniciativa privada na Região Amazônica. Para captar mais recursos, através da subscrição de ações, pelo Art. 5<sup>o</sup>, foi facultado às pessoas físicas e jurídicas deduzir do imposto de renda até 50% do valor pago na compra de ações do Banco. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 45.

O Banco da Amazônia S.A. poderá fazer empréstimos para pré-investimentos ou investimentos infra-estruturais, decorrentes de acordo com a SPVEA ou quaisquer outras entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, para aplicação na Região, obedecidas as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Fica assim evidenciado que o objetivo do BASA era fomentar atividades econômicas que fossem interessantes para as grandes empresas capitalistas, que poderiam ser nacionais ou estrangeiras.

Uma outra importante medida destinada especificamente à Amazônia foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que seria responsável, dentre outras funções, pela elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que seria elaborado pela, instituído pela Lei 5173 de 27/10/1966, que tinha por objetivo central realizar programas para o levantamento do potencial econômico da região, a partir da definição de espaços econômicos suscetíveis para o desenvolvimento planejado e da adoção de políticas imigratórias para a região com o aproveitamento dos excedentes populacionais, com vias de aumentar a exploração econômica na região<sup>163</sup>.

---

<sup>163</sup> O art. 4º da Lei 5173/66 definiu qual seria a orientação básica do Plano de Valorização Econômica:

Art. 4º O Plano será desenvolvido com apoio na seguinte orientação básica:

- a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada à longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- e) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de auto-sustentação;
- e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;
- j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:
  - I - assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;
  - II - atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.
- m) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região;
- n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos

Entre as principais atribuições da SUDAM estavam a concessão de incentivos fiscais a empresas capitalistas e contrair empréstimos nacionais ou estrangeiros para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. E, assim, a iniciativa privada é profundamente privilegiada com os recursos e incrementos fiscais concedidos pelo governo.

Segundo Élio Garcia Duarte, os projetos agropecuários, sobretudo pecuários, foram os que mais se beneficiaram de incentivos fiscais. Até 1980, dos 582 projetos aprovados pela SUDAM, 62,5% ou 364 projetos, estavam relacionados à pecuária. Ressaltando, ainda que esses projetos beneficiaram praticamente apenas grandes empresas. Durante a CPI da Amazônia (1980) o presidente do BASA à época declarou o seguinte:

Na Amazônia existem poucas grandes empresas. No setor rural, as propriedades de até 100 ha., correspondem a 85% do total. Contudo, a SUDAM, praticamente não aprova projetos para empresas com menos de 1.000 ha. (existe, apenas, um projeto de lavoura diretamente alimentar-horticultura com 20 ha., no Distrito Agropecuário da SUFRAMA, além de dois outros que exploram lavouras comerciais, com 150 e 600 ha., respectivamente. Ora, os estabelecimentos com mais 1.000 ha., corresponde a apenas 0,8% do total da Região Norte<sup>164</sup>.

O autor ainda transcreve a conclusão da CPI da Amazônia em relação aos incentivos fiscais concedidos:

- a) – a atual sistemática de incentivos fiscais não conseguiu reduzir a disparidade existente entre a Amazônia e o restante do País, como era de sua finalidade;
- b) – a ineficácia da política de incentivos fiscais acabou redundando em vazamentos, para os centros mais dinâmicos, de renda gerada pelos projetos incentivados, por serem estes, em grande

---

rentáveis. BRASIL, Lei n.º 5173/66 - Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

<sup>164</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p. 49 *apud* CARNEIRO, Oziel Rodrigues, Depoimento à CPI da Amazônia, in Diário do Congresso, Suplemento ao n.º 156, de 05/12/80, Capital Federal, p. 491-492.

número, controlados por residentes fora da área onde se localizavam os centros de suas decisões;

c) – concentração dos benefícios da política de incentivos fiscais em reduzido número de grandes empresas, em sua maior parte vinda de fora da região, com acentuada marginalização da pequena e média empresa regional;

d) – aprovação da maioria dos projetos de uso intensivo de capital, não geradores do número de empregos esperados, e geralmente não preocupados com a produção de bens para consumo das populações da região;

e) – na área do setor primário, predominância quase absoluta dos projetos para pecuária, ocasionando maior liberação de mão-de-obra, ao invés da criação de novos empregos na área rural, além de fomentar a luta pela posse de terra;

f) – ausência de fiscalização mais adequada, pela SUDAM, na aplicação dos incentivos por parte das empresas, além da falta de mecanismos legais para coibir o mau emprego dos incentivos<sup>165</sup>.

Ainda sobre medidas específicas implementadas pelo governo militar para a Amazônia, o Programa de Integração Nacional – PIN, instituído por meio de alteração do Decreto-Lei n.º 1106/70, que teve como objetivo a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O Programa recebia importâncias deduzidas do imposto de renda devido pelas grandes empresas, para aplicação em incentivos fiscais.

Simultaneamente foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA, que tinha como objetivo promover o acesso do homem à terra (ilusório), criar empregos e fomentar a agroindústria. Em 1972, o Programa destinou 65% dos recursos para o fortalecimento da infraestrutura agrícola e ao financiamento de projetos de expansão e modernização da agricultura, pecuária e agroindústria. Para fiscalização da posse e uso da terra, extensão rural e assistência ao cooperativismo foram destinados menos de 10%. Em 1972, apenas 25% dos recursos do PROTERRA foram utilizados para a distribuição de terras. Esse percentual caiu para 18% no ano seguinte. Já em 1975 não houve destinação de qualquer quantia para a desapropriação de terras e empréstimos aos pequenos e médios produtores rurais. Em contrapartida, 70% dos recursos

---

<sup>165</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p. 50.

foram concedidos para os projetos de infraestrutura e expansão e modernização das atividades de agropecuária e agroindústria <sup>166</sup>.

Durante os anos de 1974 a 1977 o PROTERRA repassou parte dos recursos para o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMANZÔNIA, criado pelo Decreto n.º 74.607/74, que no final das contas capitalizou ainda mais o campo e a floresta, ajudou a fomentar a mentalidade empresarial, apoiando empresas agropecuárias em detrimento de posseiros e trabalhadores rurais. Nesse sentido. Élio Garcia menciona o seguinte trecho do Relatório da CPI da Amazônia, o POLAMAZÔNIA,

(...) acabou sendo transformado em simples linha de crédito auxiliar e de apoio a grandes empreendimentos pecuários, já aquinhoados com incentivos fiscais da SUDAM, sob a alegação de respaldo aos cronogramas físico-financeiros. É que somente alguns pequenos e médios proprietários tiveram oportunidade de ser beneficiados, porém nunca em faixa além de 20% dos recursos do POLAMAZÔNIA destinados ao crédito rural<sup>167</sup>.

Vê-se, assim, que tais medidas gerais e específicas contribuíram para o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo na Amazônia, concentrando ainda mais renda e propriedade, valorizando as terras amazônicas, atraindo especuladores, grileiros, colonos e posseiros e intensificando os conflitos pela posse de terra.

## 2.2. A EXPROPRIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, A REFORMA AGRÁRIA ESPONTÂNEA E A POLÍTICA DE CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Ainda que o país já estivesse passando por um processo de industrialização, desde a década de 1950, certo é que pós 1964 houve uma intensificação do afluxo de capital externo no Estado brasileiro. Segundo Élio Garcia Duarte a expansão industrial nesse período foi baseada na importação robusta de excedentes de capital dos países centrais, o que, por conseguinte,

---

<sup>166</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p. 50-51.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

gerou um crescente endividamento externo<sup>168</sup>, um aumento das importações de bens de produção e tecnologia, a concentração de capitais e o aprofundamento da subordinação e dependência econômica em relação a esses países<sup>169</sup>.

O mencionado “desenvolvimento econômico” interferiu intensivamente no processo de industrialização do Brasil, assim como na forma pela qual a produção agropecuária brasileira passou a ser orientada. As políticas destinadas à produção agropecuária priorizavam os segmentos que interessavam ao mercado internacional e ao abastecimento de matéria-prima para as indústrias. Nesse sentido, os créditos agrícolas estavam destinados à aquisição de máquinas, tratores e insumos outros de origem industrial; o controle da comercialização fora centralizado nas mãos das empresas multinacionais; e as facilidades de investimento eram voltadas para a produção exportadora, com objetivo de modernização da atividade<sup>170</sup>.

Portanto, atrelado ao processo de industrialização, a mecanização e modernização da atividade agropecuária também serviu para beneficiar as grandes empresas com a manutenção do fluxo de capital, com a expansão dos mercados com a venda de maquinários e insumos agrícolas industrializados (defensivos químicos), que prometiam uma maior produtividade, beneficiando-se ainda com a liberação da força de trabalho excedente e com as matérias-primas que seriam produzidas e utilizadas no processo de industrialização<sup>171</sup>.

Mais uma vez priorizou-se o cultivo em monocultura voltado para a exportação, agora utilizando-se de tecnologias que se mostraram danosas aos trabalhadores e à própria natureza, vez que se utilizava de defensivos químicos prejudicando o andamento e a interação entre a vida da natureza humana e não-humana. Ademais, a utilização de maquinário nas atividades agropecuárias fez com que muitos trabalhadores perdessem as suas pequenas produções e o seus postos de trabalho na região em que se encontravam, resultando em migrações para a região amazônica<sup>172</sup>.

---

<sup>168</sup> A dívida externa no país, que em 1964 estava calculada em 3 bilhões de dólares, saltou no ano seguinte para 12 bilhões e em 1977 para 30 bilhões. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987. p.33.

<sup>169</sup> *Ibidem*.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> Isso porque após a expropriação dos pequenos produtores no Sul e Sudeste, estes se dirigiram para o Centro-Oeste e Norte, em busca de terras livres. Mas, atrás dos posseiros vieram

Esse tipo de política foi implementado principalmente nas regiões Sul, Sudeste e, posteriormente na região Centro-Oeste e interferiu diretamente nas relações de ocupação das terras e de trabalho que foram introduzidas na Amazônia pelos governos militares. Essa produção de monocultura resultou na super valorização das terras nessas regiões<sup>173</sup> e na expropriação de uma infinidade de meeiros, arrendatários, posseiros que tiveram que se transformar em trabalhadores volantes (que eram utilizados nos períodos de pico da produção agrícola); na migração de inúmeras pessoas que tiveram que se proletarizar nas cidades, engrossando o exército industrial de reserva; ou na migração para as áreas de fronteira agrícola, refazendo a sua pequena produção<sup>174</sup>.

No campo e na floresta, esse processo vai resultar na modernização e mecanização do segmento agropecuário, com a exploração e expropriação do pequeno produtor e dos trabalhadores, promovendo concentração de terra, migração de trabalhadores para áreas de fronteira e conflitos<sup>175</sup>.

Atualizou-se, nesse contexto, o pacto de poder em torno uma dinâmica capitalista de cercamento da natureza, dos meios de existência, dos ambientes nos quais se realizam as diferenças e dos espaços onde ocorrem distintos processos de produção da vida social, o que produz territorializações voltadas à exploração de recursos e ao controle privado de terras e fluxos. Os novos cercamentos, como definiriam Dardot e Laval, surgem como uma progressiva e violenta expropriação do que ainda é comum, ou ainda, como um processo de disputas territoriais em torno do uso, acesso e controle dos bens da natureza e dos fluxos de matéria e energia<sup>176</sup>.

---

os grileiros e a grande propriedade. Principalmente após a política de incentivos fiscais que estimulou o grande capital a adquirir terras na Amazônia Legal, seja para desenvolver projetos de mineração, madeireiros, agropecuários ou simplesmente com a finalidade de especulação. Com os favorecimentos da política governamental, a Amazônia se transformou em um novo foco de conflitos pela terra, promovido pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, nos últimos 20 anos no Brasil. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.40.

<sup>173</sup> Em resumo, a valorização das terras no Estado de São Paulo, especialmente as de pior qualidade e as de regiões “mais novas”, foi uma das condições necessárias para se efetivar a separação do produtor direto do seu “laboratório natural” de trabalho. Assim, mesmo sendo esse produtor direto um pequeno proprietário, com a valorização criou-se um atrativo para que ele vendesse aqui para tentar melhor sorte adiante, numa região onde a terra fosse mais barata. GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1980. (Estudos rurais). p. 80.

<sup>174</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p.35.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p.34.

<sup>176</sup> MICHELOTTI, Fernando e MALHEIRO, Bruno. *Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia*. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, ANO 2020. p. 650.

Desde as políticas adotadas pelo regime militar, que expropriaram os trabalhadores de suas terras no Sul, Sudeste e, posteriormente, no Centro-Oeste, houve um deslocamento desses trabalhadores para a região amazônica, fluxo que se intensificou bastante a partir de 1970<sup>177</sup>.

Ela já ocorria em escala notável antes dessa data, se tomarmos por exemplo o que vinha ocorrendo no sul do Pará, desde a construção da rodovia Belém-Brasília nos anos 1956-60. Ao construir-se essa rodovia e estabelecer uma ligação, por terra, entre Guaraí, que se acha sobre essa rodovia, e Couto de Magalhães, à margem do Rio Araguaia, começou a crescer o afluxo de populações de origem rural para as terras indígenas e devolutas do sul do Pará. Foi assim que em 1960-70 já estava crescendo bastante a chegada de migrantes nas terras situadas em torno de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Marabá e algumas outras. Entre 1950 e 1960, a população do Município de Conceição do Araguaia passara de 6.322 a 11.238 habitantes. De 1960 a 1970, passou a 38.038 (...).

Entretanto, em escala mais ampla, tomando-se por base a região amazônica, foi a partir de 1970 que se intensificou e generalizou a migração para o sul do Pará, o norte de Goiás, o norte de Mato Grosso, para o Amapá, Acre, Roraima, além de outras áreas. Estava em curso uma espécie de reforma agrária espontânea, com o crescente afluxo de trabalhadores rurais para as terras indígenas e devolutas dessas áreas<sup>178</sup>.

Segundo Ianni o processo de ocupação de terras na Amazônia, a partir principalmente de 1970<sup>179</sup>, aconteceu simultaneamente pelos negociantes, grileiros<sup>180</sup>, latifundiários, fazendeiros e por trabalhadores rurais

<sup>177</sup> A partir de 1970 os militares vão intensificar a execução de programas para construir rodovias na Amazônia: Transamazônica (2.300 quilômetros de extensão); Perimetral Norte (2.450 quilômetros); Cuiabá-Santarém (1.320 quilômetros); Manaus-Fronteira da Venezuela (800 quilômetros).

<sup>178</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 11-12.

<sup>179</sup> Assim, se tomarmos alguns estados como exemplo, em 1970 as taxas de ocupação efetiva (pelos estabelecimentos rurais recenseados pelo IBGE) apresentavam os seguintes níveis: Amazonas, 3 por cento; Pará, 9; Rondônia, 7; São Paulo, 83; Rio Grande do Sul, 89. Ao lado das taxas de ocupação já realizadas nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, era baixíssimo o nível de ocupação alcançado em 1970 nos estados e territórios da região Norte. No Acre, onde é mais elevada essa taxa, ela alcançava então o nível de 27 por cento. Esses poucos dados já dão uma ideia das extensas porções de terras virgens ou devolutas. É verdade que algumas dessas terras estavam ocupadas por indígenas e posseiros, sem qualquer documentação sobre elas. *Ibidem*, p. 14.

<sup>180</sup> Segundo Ianni, grileiro é aquele que: Negocia a terra de forma fraudulenta; alega propriedade que não tem; falsifica documentos sobre terra que não é sua; vende várias vezes a mesma terra; pressiona, ameaça ou usa a violência privada contra posseiros; contrata jagunços contra eles. IANNI, Otávio. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p.180.

desempregados, subempregados ou superexplorados, vindos de todos os lugares do país, mormente Sul, Sudeste e Nordeste. Com a expropriação dos trabalhadores de suas terras no Sul e Sudeste e a valorização das terras nessas regiões, muitos trabalhadores rurais foram em busca de terras mais baratas na região amazônica. O povoamento se deu inicialmente à margem das grandes rodovias que passaram a ser construídas e, posteriormente, avançou para áreas outras. O autor vai chamar atenção ainda para o processo de reforma agrária espontânea realizada pelos trabalhadores que migraram para a região amazônica, ocupando terras devolutas e tribais.

As terras indígenas ou devolutas estão sendo ocupadas, griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários. Em geral, estes empreendimentos privados, que afastam, expulsam ou destroem núcleos indígenas e de posseiros (colonização espontânea) estão apoiados pela sua própria força econômica e política e protegidos pelos órgãos do poder estatal.

Sob vários aspectos, a colonização espontânea, ou as migrações espontâneas de trabalhadores rurais para a Amazônia, configura uma espécie de reforma agrária de fato. Desde o término da construção de Belém-Brasília, em 1960, a criação da SUDAM e do BASA, em 1966, a criação do INCRA, em 1970, e a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras, em 1970-78, acelerou-se e estendeu-se a expansão do capitalismo na Amazônia. Ao mesmo tempo, acentuou-se e generalizou-se a migração espontânea de trabalhadores rurais, e seus familiares, para as áreas de terras devolutas e indígenas. Desenvolveu-se uma corrida à terra, tanto por parte de grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, como por parte de camponeses e operários do campo. Estes, os camponeses e operários do campo, em muitos lugares estavam na prática realizando uma reforma agrária espontânea, de fato<sup>181</sup>.

Expropriados e expulsos dos seus pedaços de terras no Sul, Sudeste e, em alguns casos no Centro-Oeste, os pequenos produtores rurais migraram para a Amazônia ocupando pedaços de terra a fim de conseguir sobreviver em meio à situação de penúria a que foram submetidos. Fato é que muito mais que espontânea essa espécie de reforma agrária realizada pelos trabalhadores rurais foi uma ocupação legítima e ocasionada pelas próprias políticas de expropriação. A reforma agrária de fato teve uma motivação real: a expropriação do trabalhador do seu espaço de produção. Assim, o que parecia ser

---

<sup>181</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 21.

interessante para os proprietários naquele momento, iria se tornar um problema futuro com a ocupação das terras amazônicas por esses trabalhadores.

Dessa forma, uma verdadeira corrida pela ocupação de terras que terá os seus desdobramentos marcados por inúmeros e intensos conflitos entre posseiros e fazendeiros, latifundiários e empresários que vão disputar os mesmos espaços, que em alguns casos estavam realmente desocupados e, em outros, encontravam-se ocupados por posseiros e sociedades indígenas.

Como visto, no primeiro quartel da década de 1970, os planos de ocupação do governo federal levavam em conta o recrutamento de pessoas para trabalharem nos empreendimentos relacionados às construções das grandes rodovias, procurando, também, resolver o problema de excedente populacional no Nordeste. Todavia, o fluxo de trabalhadores foi muito superior ao esperado pelo governo, que não tinha capacidade para assentar esses migrantes, o que gerou disputas de terras entre esses trabalhadores e pretensos ou virtuais proprietários. Já no segundo quartel da década, privilegiou-se a ocupação privada das terras com a implantação de empresas capitalistas fomentadas por vantagens fiscais e creditícias<sup>182</sup>.

Tornou-se comum, por exemplo, a Sudam aprovar projetos que iriam implantar-se em terras onde muitas famílias já exploravam a terra e tinham adquirido, portanto, o direito de possuí-la. Quando esses problemas surgiram (dos quais o da fazenda Paraporã, em São Domingos do Capim, foi o mais divulgado), os proprietários dos projetos agropecuários, sempre insensíveis à dimensão humana do processo econômico, procuraram a solução mais simples: expulsar os 'posseiros'. Já então considerados como tal todos os que não dispunham de um papel para legitimar sua ocupação produtiva do solo.

(...)

Seria insensato admitir que não há mais áreas desocupadas na Amazônia: um simples sobrevoo, mais do que consulta e estatística, alimentaria crença contrária. Contudo, a multiplicação de conflitos pela posse de terra e a repetição, em diferentes pontos da região, por pessoas ligadas ao setor, da notícia de que quase todas as terras das áreas pioneiras já têm dono, demonstraram que a maioria das terras está sendo ocupada para fins especulativos. E se a especulação é o

---

<sup>182</sup> IANNI, Otávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 220-221 *apud* José Alberto Magno de Carvalho e outros, "Migrações internas na Amazônia", publicado por José Marcelino Monteiro da Costa (org.), *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, citado, p. 193-243; citação das p. 242-243.

fim almejado, meios lícitos sempre são empregados. Sobretudo a grilagem<sup>183</sup>.

Nesse sentido, Gustavo Prieto vai chamar atenção ao processo de internacionalização da Amazônia, visando incorporar à região ao processo de capital nacional e internacional resultando em uma legítima grilagem legalizada.

A proposta de internacionalização da Amazônia se associava ao oferecimento de um conjunto de vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. Buscava-se a incorporação da Amazônia Legal ao processo de produção do capital em escala nacional e internacional, incorporando economicamente a região a partir do desenvolvimento da agricultura capitalista empresarial. Tal integração se realizou por intermédio de uma vultosa política de deduções dos impostos, incentivos fiscais e empréstimos subsidiados produzidos pela ditadura civil-militar a industriais e empresários que adquirissem terras na Amazônia<sup>184</sup>.

Esses incentivos de para a ocupação privada de terras, especialmente a partir de 1966 com a criação da SUDAM e do BASA, fizeram com que terras antes inacessíveis ficassem à disposição para a exploração econômica, o que resultou em um aumento da quantidade de terra apossada. Em 1972, 15,9% das terras existentes no Brasil encontravam-se apossadas. Na região Norte, as terras de posse compreendiam 40,9%, sendo que apenas 9,5% dessas terras apossadas eram ocupadas por pequenos posseiros<sup>185</sup>. Vê-se, portanto, que muito embora houvesse uma aguda migração de trabalhadores para a região, a posse das terras concentrou-se nas mãos dos detentores do capital.

### **2.2.1 As políticas de contrarreforma agrária: distribuir alguma terra para não distribuir terras**

---

<sup>183</sup> Lúcio, Flávio Pinto, *Amazônia (O anteato da destruição)*, 2ª edição, Grafisa, Belém, 1977. p. 19 e 23.

<sup>184</sup> PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A aliança entre a terra e o capital na ditadura brasileira*. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 16, n. 1, 2017. p. 9.

<sup>185</sup> IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 221.

Já em 1964, foi decretada a Lei n.º 4.504, mas conhecida como Estatuto da Terra<sup>186</sup>, logo em seu primeiro artigo mencionava que o seu objetivo era regulamentar os direitos e obrigações relativas aos bens imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Segundo a legislação a reforma agrária tinha por objetivo “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”. E, Política Agrícola seria o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, garantindo-lhes o pleno emprego e harmonizando-lhes ao processo de industrialização do país<sup>187</sup>.

Além disso, segundo o art. 17 da mencionada lei, o acesso à propriedade rural seria promovido mediante a distribuição ou redistribuição de terras, pela execução das medidas de a) desapropriação por interesse social; b) doação; c) compra e venda; d) arrecadação dos bens vagos; e) reversão à posse (Vetado) do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros e; f) herança ou legado. O artigo seguinte trazia as finalidades da desapropriação por interesse social, o que de certa forma trazia algum mínimo de esperança de distribuição justa e adequada da terra<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> Na mensagem presidencial que encaminhou o projeto de lei ao Congresso, o Governo destaca a prioridade à solução do problema agrária. Nesta mensagem critica as medidas tomadas pelo Governo anterior e faz uma série de considerações onde fica bem clara a intensão de favorecer o capital. Em seus fundamentos econômicos, após fazer uma breve referência às distorções da estrutura agrária do país, acrescenta a este problema a crescente industrialização e urbanização, que exigem, por um lado, uma produção mais sistematizada para atender a demanda de alimentos e, por outro lado, a expansão do mercado consumidor de produtos industriais. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 40-41.

<sup>187</sup> O Estatuto da Terra fora uma legislação criada para regular situações em todo o país. Políticas outras serão criadas para a realidade amazônica, no entanto, ainda sim o Estatuto da Terra, pós 1970 determinou inúmeros embates pela terra na região Norte.

<sup>188</sup> Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões; e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais; g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural; h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias. BRASIL, Lei n.º 4.504/69 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

Aparentemente a lei apresentava um certo comprometimento com a distribuição e redistribuição de terras, o que poderia ser feito, especialmente, a partir da desapropriação por interesse social. No entanto, esse aparente comprometimento com a justiça social ficou apenas nos primeiros artigos da lei, já que nos artigos seguintes, fica muito evidente que o objetivo era em verdade privilegiar os grandes proprietários e latifundiários rurais.

A referida lei faz menção sobre a “extinção gradual do latifúndio”, o que se daria, supostamente, com a desapropriação por interesse social, com vias a distribuir e redistribuir as terras. No entanto, ao conceituar o que seria “latifúndio” e “empresa rural” a lei privilegiou a manutenção das terras nas mãos dos grandes proprietários e latifundiários rurais, uma vez que tais espaços de terras, mesmo que improdutivos, não poderiam ser desapropriados<sup>189</sup>.

Logo, o Estatuto da Terra representou mais um documento oficial, que aparentemente tinha por objetivo distribuir terras e proporcionar justiça social, mas que efetivamente estava preocupado em manter os interesses das classes dominantes. A suposta distribuição de terras culminou em uma maior concentração e centralização das terras e, por conseguinte, agudizou ainda mais o abismo havido entre trabalhadores e proprietários.

---

<sup>189</sup> Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

- a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;
- b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias; (...)

Art. 46. (...)

§ 1º Nas áreas prioritárias de reforma agrária serão complementadas as fichas cadastrais elaboradas para atender às finalidades fiscais, com dados relativos ao relevo, às pendentes, à drenagem, aos solos e a outras características ecológicas que permitam avaliar a capacidade do uso atual e potencial, e fixar uma classificação das terras para os fins de realização de estudos micro-econômicos, visando, essencialmente, à determinação por amostragem para cada zona e forma de exploração:

(...)

- b) dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona; BRASIL, Lei n.º 4.504/69 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

## Gustavo Prieto, sobre o Estatuto da Terra:

Nota-se que foi fundamental no início da ditadura civil-militar a aparência de que a forma de elaboração e produção das leis seguia o mesmo percurso do período democrático, todavia mais eficiente, ágil e com mais qualidade, visto que estava afastado o perigo de “bolchevização” da política brasileira e se estava apartado o “radicalismo demagógico” da produção dos marcos jurídico-políticos da modernização (capitalista) brasileira. Nesse sentido, (...) compreende-se que o Estatuto da Terra explicita a contradição entre o projeto de reforma agrária e a sua não-realização. Porta consigo, assim, o caráter de farsa histórica baseada na reificação da propriedade privada capitalista da terra, de retórica institucionalizada da reforma agrária que se fundamentou na intencionalidade de desmobilização e repressão do campesinato e na ampla defesa da agricultura empresarial na forma do latifúndio. O Estatuto da Terra funcionou então como o marco jurídico da reprodução do poder de classe dos grandes proprietários de terra e como referência para a compreensão do pacto territorial de manutenção da escorchante concentração fundiária brasileira<sup>190</sup>.

O Estatuto veio acompanhado de outros decretos regulamentares e se tornou um principal instrumento do governo Marechal Castelo Branco (1964-67) para indicar aos latifundiários e proprietários rurais a direção conservadora da política agrária que fora utilizada. Para complementar o Estatuto, o governo golpista adotou políticas repressivas: interviu em sindicatos rurais, fechou as ligas camponesas e prendeu líderes sociais cujas organizações e mobilizações sociais estavam bastante avançadas. Portanto, o Estatuto da Terra se instrumentalizou como mais um meio de repressão das mobilizações e politização dos camponeses e operários, e, substancialmente, privilegiava a expansão capitalista no campo<sup>191</sup>.

Para Élio Garcia Duarte, o Estatuto da Terra apresentou uma direção conservadora se comparada com a crescente politização e reivindicação dos trabalhadores rurais, pré-golpe e, também, no sentido de reafirmar a propriedade privada da terra. O autor entende ainda que a legislação poderia se tornar um instrumento importante de distribuição e redistribuição de terras a partir das

---

<sup>190</sup> PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A aliança entre a terra e o capital na ditadura brasileira*. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 16, n. 1, 2017. p. 6.

<sup>191</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 38.

desapropriações, apesar de suas contradições, caso tivesse sido aplicado integralmente<sup>192</sup>.

Contudo, deve-se observar que, na realidade, nem o que de fato estava previsto na lei era aplicado. O art. 97 do mencionado Estatuto, garantia a todo trabalhador agrícola que tivesse ocupado, por um ano, terras devolutas, teria a preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural. Da mesma forma, o artigo seguinte garantia o domínio de propriedade rural, todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupasse por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra suficiente para o seu cultivo e de sua família, condição, por exemplo de muitos seringueiros que após os ciclos da borracha se tornaram posseiros, muitos deles ocupando as terras por anos e sem qualquer oposição. Todavia, além de muitos desses trabalhadores e pequenos produtores rurais não conhecerem a legislação, o governo e os proprietários utilizavam-se de instrumentos jurídicos, políticos e econômicos que estavam atrelados aos interesses capitalistas, de forma que seja por meio de violência pública ou privada, esses sujeitos, em regra, não conseguiram o título de propriedade que lhes era legítimo<sup>193</sup>.

Assim, ao conceituar latifúndio, definir empresa rural, propor a colonização e ao facilitar a criação e a expansão de empresas rurais que tinham por finalidade o desenvolvimento racional extrativo, pecuário ou agroindustrial o Estatuto vai chamar atenção para uma nova orientação de utilização das terras, principalmente, na Amazônia, que viria a ser tornar um dos grandes alvos da

---

<sup>192</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 42.

<sup>193</sup> Art. 97. Quanto aos legítimos possuidores de terras devolutas federais, observar-se-á o seguinte:

I - o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a discriminação das áreas ocupadas por posseiros, para a progressiva regularização de suas condições de uso e posse da terra, providenciando, nos casos e condições previstos nesta Lei, a emissão dos títulos de domínio;  
II - todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei.

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. BRASIL, Lei n.º 4.504/69 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

expansão agrícola, representando também a perspectiva de valorização da terra, resultando em especulação<sup>194</sup>.

Ademais, diversos órgãos institucionais foram criados pelo Estatuto da Terra, sendo que em 1970 foi criado o INCRA – Instituto Nacional da Reforma Agrária<sup>195</sup> que tinha como um de seus objetivos principais promover e executar a reforma agrária, visando a corrigir a estrutura agrária do país, adequando-a aos interesses do desenvolvimento econômico e social, pouco fez para que de fato houvesse alguma distribuição de terras. Muito pelo contrário, com a morosidade dos procedimentos administrativos para aquisição das terras por parte dos posseiros o INCRA se tornou um dos grandes responsáveis pelo desvio da finalidade de corrigir a estrutura agrária, incorporando terras e comercializando-as com grandes empresas a preços irrisórios.

Todavia, com o governo Geisel, houve mudanças de política do INCRA. Como já referido anteriormente, o INCRA apossou-se dessas terras (faixas marginais das rodovias federais da região - EGD) com o fim claro de colonização e Reforma Agrária, visando beneficiar os trabalhadores rurais sem terra, notadamente do Nordeste.

Todavia, agora, o INCRA passou a vender essas terras as grandes empresas, a preços baixíssimos.

Note-se, ainda, que lotes que custariam, se fossem vendidos por grileiros, até 15 mil, são vendidos pelo INCRA entre 20 a 47 cruzeiros. Constata-se, pois, que essa mudança na orientação do INCRA nada mais faz que compatibilizá-la com a linha que sempre orientou o governo na ocupação da Amazônia: o privilégio das grandes empresas<sup>196</sup>.

Octávio Ianni vai chamar atenção para o falso papel do INCRA. Num primeiro momento, em 1970, quando da criação do Estatuto da Terra, o INCRA parecia ter certo comprometimento com a ideia de uma ampla distribuição das terras na Amazônia, reduzindo-se as tensões sociais em decorrência das relações de produção e estrutura agrária, sobretudo no Nordeste. Contudo, com o passar dos anos logo se viu que o objetivo era *distribuir alguma terra para não*

---

<sup>194</sup> DUARTE, *Élio Garcia*. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 42.

<sup>195</sup> BRASIL, Decreto n.º 68.153/70 - Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>196</sup> CNBB-CEP, Pastoral da Terra – posse e conflitos, Estudos da CNBB-CEP, 2ª Edição São Paulo, Edições Paulinas, 1977, p. 165.

*distribuir terras*, tendo se tornado um órgão de controle dos movimentos espontâneos de migração e assentamento dos trabalhadores rurais que buscavam por terras na Amazônia, desempenhando assim um papel de colonização dirigida<sup>197</sup>.

O INCRA então instalou um escritório em cada capital do Estado e Território do Brasil que selecionava colonos de diversos locais do país, comprava futuras safras, cuidava do transporte, fixação e adaptação dos trabalhadores à terra. No critério de triagem levava em conta a tradição agrícola, a idade e a capacidade de produção familiar. O órgão estatal contava ainda com um arraial de adaptação, onde os trabalhadores permaneciam até que suas casas ficassem prontas ou seus lotes fossem desmatados<sup>198</sup>.

O objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção dos excedentes de população relativa do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e de subordinar a elevação do nível à expansão do emprego produtivo. (...) Essa corrente de migração espontânea, segundo técnicos da SUDAM, compõe-se de colonos, que, assim como os levados pelo INCRA, não têm nenhuma dotação de capital próprio, com baixo nível de conhecimentos gerais e por vezes viciados pela herança de rudimentarismo técnico notório. (...) De acordo com a SUDAM, o incentivo direto ou indireto à migração nordestina – oficialmente, os principais núcleos do INCRA na Transamazônica serão emancipados com 10 mil famílias – resulta apenas em deslocar geograficamente dentro do País um problema já instalado. Ou seja, impõe-se a Amazônia o ônus de recuperar o excedente populacional sem perspectivas no Nordeste<sup>199</sup>.

Conforme a conclusão da CPI da Terra, valendo-se de informações oficiais obtidas junto ao próprio INCRA, até 1976, houve o apossamento nas 18 unidades federativas da nação, do número ínfimo de 42 mil famílias. O Brasil em 1976 contava com uma população de 109,8 milhões de pessoas<sup>200</sup>.

Nesse sentido, é que de fato o que o governo promoveu foram políticas de contrarreforma agrária, nas palavras de Octávio Ianni *distribuir alguma terra*

---

<sup>197</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 77.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>199</sup> “SUDAM crítica a colonização da Transamazônica”, O Estado de São Paulo, São Paulo, 1974, p.30.

<sup>200</sup> CNBB-CEP, Pastoral da Terra – posse e conflitos, Estudos da CNBB-CEP, 2ª Edição São Paulo, Edições Paulinas, 1977, p. 90.

*para não distribuir terras.* O governo militar pôs em prática um plano de colonização dirigida, estimulando a formação de empresas ou cooperativas de colonização, de forma a ceder às pressões dos interesses do capital privado, que, como contrapartida, daria apoio político para que uma verdadeira contrarreforma agrária fosse implementada, já que no fim das contas o objetivo também era comum aos interesses do capital privado, nacional e internacional<sup>201</sup>.

Portanto, a política de colonização dirigida adotada pelo governo golpista nos anos de 1964-1978 resultou em uma contrarreforma agrária, na medida em que se orientou de modo a favorecer e/ou intensificar a migração de trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados no Nordeste para a Amazônia. Isso resultou na manutenção de estruturas de poder, dominação e concentração de terras na região nordeste. A colonização dirigida, sobretudo particular, após 1974, com estimulada amplamente pelo governo fez com que trabalhadores vendessem os seus pequenos pedaços de terras aos grandes fazendeiros e empresários, principalmente da região sul do país migrassem para a região amazônica, ampliando, mais uma vez a concentração de terras no Sul. Por fim, o Estado brasileiro adotando uma política de colonização dirigida impediu/reduziu a possibilidade de reforma agrária espontânea que vinha acontecendo pelos trabalhadores em suas regiões de origem ou que migravam para a Amazônia<sup>202</sup>.

### **2.2.2 A especulação de terras, a chegada dos *paulistas* no Acre e a intensificação dos conflitos**

Nos primeiros anos de 1970 houve uma mudança bastante intensa no em relação à forma pela qual o Acre seria reintroduzido à dinâmica do capital internacional. A produção da borracha, que já não mais possuía tanta importância no cenário externo, foi substituída abruptamente pela produção agropecuária, as seringueiras foram sendo substituídas por pastos e grandes plantações e os patrões-seringalistas, pelos grandes empresários e fazendeiros.

---

<sup>201</sup> IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 81.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 136-137.

Nesse contexto, é importante recordar que desde o declínio da produção da borracha muitos seringueiros também se tornaram posseiros e permaneceram nas terras, coletando látex, castanha e produzindo para a própria subsistência e de suas famílias. De outro modo, conforme bem relatou Octávio Ianni, muitos trabalhadores subempregados e superexplorados e pequenos produtores vindos de todas as regiões do Brasil migraram para a Amazônia em busca de um pedaço de terra, realizando uma verdadeira reforma agrária espontânea. Contudo, ao mesmo tempo grandes empresários e fazendeiros vindos especialmente da região Centro-Sul, estimulados pelo Governo Federal e Estadual, também visavam a reprodução e ascensão de seus negócios na região amazônica. A luta pela terra que possuía significados distintos para cada um dos personagens se intensifica, gerando inúmeros conflitos e mobilizações sociais potentes.

No que se refere à Amazônia em específico vale ponderar que as “amazônias” são muitas. Há realidades distintas e particulares que devem ser observadas, sobretudo no que tange à realidade acreana<sup>203</sup>. Em determinados territórios a chegada dos grandes empreendimentos e a desocupação e ocupação das terras por empresários se deu de maneira efetiva e logo nos primeiros anos do governo militar. No caso do Acre, a busca por terras por parte dos grandes empresários vindos da região Centro-Sul teve início, sobretudo, a partir da década de 1970, logo nos primeiros dois anos, com a chegada dos *paulistas* ou pioneiros.

---

<sup>203</sup> A expansão do capitalismo no Acre, ou a descoberta de suas terras pelos grupos oriundos do Centro-Sul, não seria corretamente explicada como uma extensão pura e simples do processo que se verificou nas demais áreas da Amazônia. Este posicionamento não nega a análise até aqui desenvolvida. Insistimos em que a expansão do capitalismo no Acre deve ser analisada e entendida como um prolongamento recente da expansão geral do capitalismo na Amazônia, já que o movimento representa o sentido geográfico da ocupação, muito embora apresente determinadas características que lhe são particulares, pois, embora suas origens possam ser encontradas nas transformações pelas quais tem passado a economia brasileira como um todo e nas políticas governamentais para a Amazônia, não se explica apenas pela existência dos incentivos financeiros e fiscais instituídos pelo Estado para atrair o investimento privado para a região – sem dúvida, fator decisivo e fundamental da expansão capitalista na maioria das áreas da região. No Acre, a “preferência” dos empresários do Centro-Sul requer uma análise mais criteriosa, pois envolve a existência de outros fatores que pouco, ou quase nada, tem a ver com os incentivos fiscais. É neste sentido que se pode afirmar que a penetração do grande capital ali, apresenta determinadas particularidades específicas que fogem ao quadro mais amplo do que ocorreu na região Amazônica em geral. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 39-40.

Eu acho que nós, a propósito, deveríamos quando discutimos a questão da chamada penetração do capitalismo na Amazônia – eu tenho muita dúvida sobre esse conceito – deveríamos ter em conta que não se trata apenas da penetração e da invasão de latifundiários, de “pioneiros” (eles se chamam de pioneiros) sulistas. Esses “pioneiros” têm aliados que são os tecnocratas do regime e, no fundo, os milicianos do regime, que estão aí para garantir a concepção de vida que se esconde por trás dessas ações de penetração. A problemática da Amazônia não é uma problemática estritamente econômica. Os militares desenvolveram uma “doutrina de ocupação de espaços vazios” e que eu pessoalmente chamo de doutrina do esvaziamento dos espaços ocupados, porque é uma doutrina de expulsão do homem para colocação do boi, ou seja, é preciso ocupar dessa forma, e não de outra, para defender. Eu diria que essa imensa boiada poderá alimentar imensos exércitos inimigos<sup>204</sup>.

Os compradores de terra vindos, sobretudo, da região Centro-Sul foram denominados no Acre como *paulistas*. A chegada dos *paulistas* ao Acre vai modificar substancialmente as relações sociais no Estado, o que será analisado com maior cuidado no capítulo seguinte. Nas palavras de Chico Mendes:

são os empresários que vêm de fora. No Acre se diz “paulista”. Mas geralmente essa palavra paulista foi assim uma forma que o povo usa em termo geral, mas que não é só os paulistas, são paranaenses, mato-grossenses, mineiros, goianos, todo esse povo, quer dizer, que tem capital, que chegou aqui, que encontrou espaço, as portas abertas<sup>205</sup>.

Segundo Adalberto Ferreira da Silva, na realidade acreana, os incentivos fiscais não teriam sido o principal motivo da ocupação dos seus territórios. O autor vai chamar atenção para outras particularidades que interferiram no novo rearranjo de incorporação da região à dinâmica social e econômica capitalista<sup>206</sup>,

<sup>204</sup> MARTINS, José de Souza. *Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia legal*, Plural m. 4, São Paulo, 1979. p. 48-49.

<sup>205</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 332.

<sup>206</sup> A partir de 1968 o Acre passou a ter participação nos incentivos fiscais liberados pela SUDAM. Contudo, a sua participação, a contar daquele ano e até novembro de 1981, representa apenas 1,52% do total liberado para toda a Amazônia Legal. Três Estados – Amazonas, Mato Grosso e Pará – absorvem 86,17% dos incentivos liberados, no mesmo período. Considerando-se apenas o período compreendido entre 1971 e 1975, quando o movimento de corrida pela terra foi mais intenso no Acre, tem-se que o valor liberado na forma de incentivos fiscais para aquele Estado é ainda mais inexpressivo, correspondendo a 0,78% do total liberado para a sua região. A distribuição setorial dos incentivos liberados pela SUDAM, até novembro de 1971, indica que a participação do Acre no total do setor agropecuário foi de apenas 1,58%, sendo que Mato Grosso (56,07%) e Pará (32,42%) juntos incorporaram 88,49% dos incentivos liberados para o referido

uma vez que antes de desocupar para ocupar, houve uma grande especulação econômica das terras. As terras, na maior parte das vezes sem qualquer título de propriedade, eram negociadas com compradores que iriam posteriormente vendê-las por preços melhores. Portanto, nem sempre o primeiro comprador se tornou o proprietário, pois ele comprava a preços baixos e vendia por um valor maior para outro ou outros compradores.

Já para Élio Garcia Duarte, apesar dos poucos incentivos fiscais e creditícios e projetos financiados pela SUDAM, eles serviram como um forte estímulo para que houvesse investimento do capital nas terras acreanas. Ainda segundo o autor, a dificuldade de aprovação de projetos pela SUDAM se deu em razão da confusa situação jurídica das terras acreanas<sup>207</sup>.

Mary Helena Allegretti vai afirmar que os conflitos ocorridos no Acre, na década de 1970, possuem relação com a política de incentivos fiscais para a implantação de atividades agropecuárias e com o estímulo do Governo do Acre para que empresários da região Sul adquirissem terras para que viabilizar esses projetos agropecuários. Ainda, segundo a autora, os primeiros anos de 1970 foram marcados pela política facilitadora do governo federal para a aquisição dos seringais pelas grandes empresas, a existência de irregularidades na titulação da propriedade das terras (ignorada pelo Governo do Acre) e a ausência de regulamentação para evitar os conflitos entre fazendeiros e seringueiros, que ficaram fragilizados em razão da mudança radical na forma de utilização dos recursos<sup>208</sup>.

Nesse sentido, historicamente as terras no Acre não possuíam título de propriedade, não havia formalização nesse sentido. Quando dos ciclos da borracha a terra em si não tinha valor econômico. Um pedaço de terra valia mais

---

setor. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 40.

<sup>207</sup> O autor vai mencionar como incentivos à ocupação das terras pelos pecuaristas vindos da região Centro-Sul o Decreto-Lei n.º 1243/72 que, entre outros projetos de infraestrutura, foi incluída a construção da Rodovia Perimetral Norte que atravessa boa parte do Acre e incentivos fiscais provenientes do PROTERRA, a partir da criação do POLAMAZÔNIA, cuja maior parte dos recursos em 1974 foi destinado ao Acre. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 55-56.

<sup>208</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 206-207.

ou menos a depender da sua capacidade produtiva, ou seja, da quantidade de árvores seringueiras possuía. Portanto, não havia tanta preocupação com a extensão da terra e, sim, com a capacidade que tinha de extrair ou não mais látex. Com o declínio da produção da borracha e o abandono de parte dos seringais pelos patrões-seringalistas, muitas terras foram ocupadas por seringueiros, castanheiros, colonos e camponeses, que se tornaram posseiros, sem título de propriedade. Antigos seringais desativados foram vendidos aos *paulistas* a preços muito baixos por proprietários dos seringais endividados em razão do declínio da borracha.

Élio Garcia Duarte vai dizer, contudo, que a insolvência dos seringalistas não estava apenas atrelada à redução de financiamento por parte do BASA, uma vez que estavam acostumados a explorar intensamente a força de trabalho dos seringueiros, com a facilidade dos financiamentos concedidos pelo Banco de Crédito da Amazônia e com a garantia de compra da produção pelo banco. O autor menciona que os seringalistas nunca se preocuparam em melhorar as condições da produção de borracha, preferindo, então, investir em imóveis de luxo ou gastar em vão o dinheiro fruto do sobretrabalho dos seringueiros<sup>209</sup>.

Certo é que a busca por territórios no Acre, tanto por empresários como por trabalhadores, não foi determinada por único fator e, sim, por um conjunto de condições que merecem ser aprofundadas. Para os empresários, além dos incentivos fiscais e creditícios destinados aos empresários e o baixo preço das terras<sup>210</sup>, nos anos em que o Acre foi governado por Wanderley Dantas (1971-1975) houve uma ampla campanha publicitária, mormente nas regiões Sul e Sudeste, que tinha por objetivo a divulgação das potencialidades das terras acreanas, as facilidades de aquisição e vantagens de se investir na região. Além

---

<sup>209</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 57.

<sup>210</sup> O baixo preço da terra resultou da própria incapacidade de sustentação da economia do seringal nativo, dada a fragilidade da estrutura retrógrada do extrativismo, cuja atividade não valoriza a terra. (...) Sua função era a de abrigar as árvores do látex, desde que o produto da economia não era extraído da terra, mas das árvores de seringa que ela comportava. Assim sendo, o seu preço era calculado com base nas “estradas” de seringa, pelas “colocações” que possuía e, consequentemente, pelo número de seringueiras existentes na área. Em outras palavras, pagavam-se, pelas árvores de seringa existentes e não pela quantidade de hectares da área. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 42.

disso, o governo do Estado concedia aos empresários apoio financeiro proveniente do Banco do Estado do Acre – BANACRE e dos órgãos oficiais para o desenvolvimento de projetos agropastoris<sup>211</sup>.

Em matéria veiculada no Jornal Estado de São Paulo observa-se a forma pela qual a publicidade do Governo do Acre foi efetiva na venda de terras para os *paulistas*:

Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico era o “slogan” da campanha, que teve resposta imediata. Ao encerrar o mandato, em 1975, Dantas, já havia propiciado a venda de pelo menos um terço das terras acreanas aos sulistas<sup>212</sup>.

Conforme apresentado pela matéria havia também projetos rodoviários para ligação do Acre ao Oceano Pacífico, o que, por certo também foi um incremento para a aquisição de terras acreanas, já as estradas facilitariam o escoamento da produção, cuja prioridade era para a exportação, para países como Peru e Bolívia.

Além disso, um outro elemento na aquisição das terras por parte dos paulistas se fez presente na realidade acreana: a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários. Em depoimento relatado pelo ex-Governador Geraldo Mesquita, junto à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, afirmou que entre 1970 e 1974 foram vendidos seringais que somavam 4.290.930ha (30% da área do Estado) a 284 proprietários de fora do Acre, sendo 32% dessa área vendida a apenas 4 proprietários<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 56.

<sup>212</sup> *Ibidem*, apud O Estado de São Paulo, Acre: 12 milhões de hectares inexplorados, São Paulo, 25/05/1980, p. 21.

<sup>213</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 57.

Um outro elemento da realidade da aquisição das terras pelos grandes empresários e fazendeiros sulistas foi a compra das terras para a especulação fundiária<sup>214</sup>, tendo em vista o baixo preço das terras acreanas naquela época<sup>215</sup>.

O objetivo de grande parte daqueles compradores de terras era basicamente a especulação fundiária, ou seja, comprar terras dos seringalistas falidos, a preços irrisórios, e depois então ficar com uma parte para eles e a maioria revender, com ganhos extraordinários. Informações dão conta de que alguns chegaram a comprar terras dando apenas uma entrada e, em seguida, revendiam para outro a um preço bem mais elevado, pagavam, a terra e “simplesmente nem botavam o pé na área”<sup>216</sup>.

Além da especulação fundiária, as terras acreanas foram também objeto de especulação financeira.

Só com o exemplo da transferência de um seringal em Xapuri, para *paulistas*, podemos mostrar dois casos. Francisco Vieira de Lima, residente em Belém, proprietário do Seringal Iracema, vendeu sua propriedade para Francisco Jacinto da Silveira, de Presidente Prudente-SP, em 1972, por Cr\$ 950.000,00 (com base no valor da ORTN de junho daquele ano, o preço atualizado em junho/86 seria Cz\$ 1.537.338,30). Não havia uma área definida no seringal. Constava, em seu registro, que possuía 200 estradas de seringa. Trinta por cento deste seringal foi transferido a outros fazendeiros, entre os quais Glauco Brunini Marcondes, também de Presidente Prudente, que ficou com 7.260 ha., em janeiro de 1974, no valor de Cr\$ 223.610,00 (Cz\$ 295.114,15 em junho de 86). Dos 70% restantes, 13.492 ha. Foram vendidos a Luis Carlos M. Arruda, em 1976, por Cr\$ 7.600.000,00 (Cz\$

<sup>214</sup> Intimamente relacionado com o preço irrisório da terra, pode-se identificar um outro fator que marcou profundamente a corrida pelas terras do Acre: a especulação fundiária. Esta foi a mola propulsora do interesse da maioria dos compradores do Centro-Sul pelas terras do Acre, onde a tônica era adquirir tudo o que fosse possível, revende-la com ganhos extraordinários. A terra transforma-se em reserva de valor, uma mercadoria capaz de proporcionar grandes lucros. Desencadeou-se uma corrida desenfreada e sem limites, escudada na política governamental de privilégios ao grande capital. A maioria desses compradores de terras nem conseguia disfarçar a compra de grandes glebas para simples especulação. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 45.

<sup>215</sup> (...) na atividade extrativa da borracha não era a terra que era valorizada, mas sim a seringueira, enquanto produtiva. Acontece que, no início de 1967, com as mudanças na orientação da ocupação econômica da Amazônia, caiu o monopólio da borracha exercido pelo BASA. O BASA (que inicialmente era o Banco de Crédito da Borracha) deixou de financiar os seringalistas e de exercer com exclusividade, as operações de compra e venda da borracha. Estes, por sua vez, se viram sem condições de continuar aviando os seringueiros. Portanto, os seringalistas não conseguiam mais juntar a quantidade de borracha necessária para pagar seu débito no Banco. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 57.

<sup>216</sup> SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 50.

5.384.830,40 em junho/86). Portanto, apenas uma parte do seringal foi vendida por 3,5 vezes o preço de compra do seringal inteiro. Glauco Brunini com a parte da propriedade que recebeu em 1974, fez, em junho do ano seguinte, um financiamento para pecuária, no BASA, no valor de Cr\$ 2.200.000,00 (Cz\$ 1.998.463,20 em junho/86). Portanto, quase 7 vezes maior que o preço da terra que ele adquiriu. Este financiamento foi com juros subsidiados, de 7% ao ano e com vencimento para 1982. Antes desde vencimento dois outros financiamentos foram feitos, no mesmo Banco, para pecuária na mesma propriedade. Mesmo com tantas facilidades, o BASA teve que mover contra ele uma Ação de Execução, por inadimplência (não pagamento)<sup>217</sup>.

Essa corrida pela terra no Acre que se dava de forma desigual, já que os grandes empresários e fazendeiros da região Centro-Sul tinham prioridade na compra e tinham incentivos dos mais diversos gêneros para adquirir, fez com que a concentração da estrutura fundiária do Estado se agudizasse ainda mais. Como visto as terras estavam em sua maioria sendo adquiridas por poucos grandes fazendeiros e comerciantes<sup>218</sup>. Segundo o relatório da Coordenadoria Regional do INCRA (CR-14), no ano de 1980, constatou-se que 80% da área do Acre era constituída por latifúndios, o que representava 12,2 milhões de hectares praticamente não explorados<sup>219</sup>.

Houve, portanto, uma mudança bastante profunda na economia e relações de trabalho na região acreana. Alguns seringais ainda se encontravam ativos, nos quais, em regra, o aviamento ainda era presente, mas de uma forma muito mais flexível, já que o seringueiro não mais estava submetido ao monopólio do barracão, podendo produzir gêneros para a sua própria subsistência e de sua família.

A chegada dos *paulistas* mudou completamente a dinâmica social e do trabalho prevalecente até então no Acre. Os fazendeiros que tinham como objetivo criar gado e fazer das estradas de seringa um grande pasto precisavam *limpar os seringais*. E, *limpar os seringais*, significava expulsar os seringueiros,

---

<sup>217</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 58.

<sup>218</sup> Élio Garcia Duarte vai apresentar uma lista de 15 proprietários que eram responsáveis pela propriedade de 4.102.893 hectares, ou seja, 26,9% da área total do Estado (15.258.900 hectares). *Ibidem*, p. 61.

<sup>219</sup> *Ibidem*, apud O Estado de São Paulo, Acre: 12 milhões de ha. Inexplorados, São Paulo, 25/05/80, p. 21.

castanheiros, colonos, camponeses e indígenas que viviam há muito nas terras adquiridas.

A compra dos seringais não levou em conta a existência de uma comunidade inteira de pessoas que estavam por anos apossadas nas terras-sem-fim. Quando levaram em consideração, pretenderam utilizar essas comunidades como força de trabalho para fomentar os seus negócios. O extrativismo da borracha foi sendo então substituído pela pecuária<sup>220</sup>, tendo as estradas de seringa se transformado em grandes pastos onde o rebanho bovino passou a ser o elemento principal.

O rebanho bovino no Acre evoluiu de 72.166 cabeças em 1970, passando para 120.143 em 1975 e chegando a 291.991 cabeças em 1980 (Anexo 11), representando um crescimento de 305% da década, o que poderia ser um forte argumento para descaracterizar o interesse especulativo. Entretanto, do total registrado para o Estado em 1980, a microrregião Alto Purus concentra 85,5% do rebanho, ficando o restante, isto é, 14,5% na microrregião do Alto Juruá, onde predominam as grandes áreas. Por outro lado, 76,6% do total da microrregião Alto Purus, estão nos municípios de Rio Branco (40,6%), Xapuri (20,8%) e Basiléia (15,2%), onde a grande concentração é de pequenas e médias propriedades<sup>221</sup>.

Em razão da venda das terras para os pecuaristas e especuladores, a produção de borracha foi reduzida, sendo que o Acre era ainda responsável, durante a década de 1970, por 33% da produção nacional. Essa redução se deu em razão principalmente do desmatamento dos seringais pelos novos proprietários que iam expulsando os seringueiros e demais posseiros, *limpando as áreas*.<sup>222</sup>

No afã de desimpedir suas terras da incômoda presença de seringueiros/posseiros, os compradores não hesitaram em utilizar os

---

<sup>220</sup> Para aqueles empresários que vieram com intenções de produzir, a opção básica foi a pecuária extensiva. Um tipo de atividade que requer a ocupação de grandes áreas e que, ao mesmo tempo, é poupadora de mão-de-obra, criando, assim, graves problemas de desemprego, tanto no meio rural como nas áreas urbanas. SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 51.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>222</sup> A produção de borracha em 1965 era de 29.290 toneladas, em 1970 caiu para 24.876 toneladas e, em 1975 fora para 19.348 mil quilos. DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 59.

mais variados expedientes para expulsá-los das terras. Os métodos mais utilizados foram a indenização, normalmente irrisória, obstrução de estradas e varadouros, proibição de plantar, não fornecimento de mercadorias e até ameaças. (...) Mais recentemente, o método utilizado está sendo o desmatamento, que consiste em desmatar até bem próximo da casa do posseiro, deixando-o sem espaço para plantar. Muitas práticas criminosas fora, e continuam sendo, postas em ação contra os direitos de posse no Acre<sup>223</sup>.

O relatório da CPI da Terra também apurou o clima de tensão no Acre, em razão da especulação fundiária:

Eis que apuramos: existe um clima de intranquilidade em todo o Acre, que resulta da forma como vem se processando a sua ocupação, com a venda dos seringais tradicionais a grupos do centro-sul do país, sem que seja levada em conta a figura do seringueiro, que os habita secularmente, apegado à atividade extrativista da borracha e da castanha. Esse clima evoluiu para um estado de tensão social no campo, tendo principiado em 1972, com a chegada da chamada “nova frente pioneira” em que é representada pelos pecuaristas, investidores, grileiros e especuladores, considerados os novos donos do Acre, pelo menos até que o INCRA aplique com rigor as leis de regularização fundiária, promovendo uma melhor distribuição de terras. Muitos documentos oficiais, elaborados por comissões especiais de nível federal, já expressaram o reconhecimento disso<sup>224</sup>.

Nesse momento, nos primeiros anos da década de 1970, muitos seringueiros/posseiros sem conhecimento dos seus direitos abandonaram os seringais, alguns migraram para a Bolívia<sup>225</sup>. Houve sim muitas reações por parte dos seringueiros/posseiros, contudo, eram pontuais, individuais, sem um nível de organização coletiva e, logo, eram superadas pelos pecuaristas, a partir dos

<sup>223</sup> SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 52.

<sup>224</sup> *Ibidem*, apud CARVALHO, Horácio Martins de. *A privatização das terras da Amazônia (Relendo a CPI da Terra)*. Rio de Janeiro, 1979, p. 52.

<sup>225</sup> Sem opção, os seringueiros/posseiros migravam para as cidades ou para os seringais da Bolívia. Na saída, segundo o *Jornal do Brasil* de 22 de agosto de 1976, um desabafo: “quem vive há décadas nessa região – observou um brasileiro que hoje mora na Bolívia – termina aprendendo uma lição simples e clara: seringueiro e colono não tem pátria. Somos joguete na mão de grupos poderosos. Quando quiseram anexar o Acre ao Brasil recorreram aos nossos pais e avós. Agora que não precisam mais da gente, incendiam nossos roçados, prendem a nós e a nossos filhos. Onde está a pátria nessa história toda? SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982. p. 53.

instrumentos políticos, jurídicos e violência física com a presença dos jagunços que realizavam a “limpeza” das terras<sup>226</sup>.

Segundo Dom Moacyr Grechi, Bispo da Prelazia do Acre e Purus, em depoimento à CPI do Sistema Fundiário, os principais métodos de expulsão foram: a) o não fornecimento de mercadorias para os seringueiros, obstrução de varadouros, proibição de desmatar e fazer roçados; b) destruição de plantações, invasão de posses, derrubadas até perto das casas dos posseiros, deixando-os sem ou quase sem terra para trabalhar; c) compra de posses e benfeitorias por preços irrisórios ou, quando muito, em troca de uma área muito inferior ao módulo, que não permitirá ao posseiro e família trabalhar e progredir; d) atuação de pistoleiros que amedrontam os posseiros numa guerra psicológica através de ameaças ou mesmo espancamentos e outras violências; e) ameaças feitas por policiais a serviço de proprietários, prisões de posseiros por questões de terra sem ordem judicial ou por ordem judicial sem que tenha sido movida ação competente<sup>227</sup>.

Os seringueiros que permaneceram nas terras na condição de posseiros, se tornou indesejável à especulação fundiária, na medida em que impossibilitaria a comercialização das terras com os novos proprietários, que não mais tinham interesse no extrativismo<sup>228</sup>.

Outra consequência da venda das terras acreanas aos paulistas foi a expulsão de um grande número de famílias de seringueiros que dependiam da floresta para sua subsistência. Com a progressiva desarticulação de seringais, devido à falta de apoio ao extrativismo, grande parte da população dos seringais começou a procurar os

<sup>226</sup> Segundo o jornal “Varadouro” a primeira leva de jagunços e pistoleiros foi trazida para o Acre pelo fazendeiro Benedito Tavares do Couto, proprietário da fazenda São José, na região do Riozinho, município de Rio Branco, capital do Estado. Preposto ou associado do seu irmão José Tavares do Couto, rico proprietário de terras do Mato Grosso do Sul, juntos eram possuidores de nada menos de 161 mil hectares no Acre. Essa primeira leva de bandidos foi trazida com a finalidade de confiar peões contratados para derrubada da floresta e formação de pastagens artificiais COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 149.

<sup>227</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 63.

<sup>228</sup> No processo de transferência da propriedade a presença da população constitui um obstáculo a partir do instante em que começou a se processar a regularização jurídica das terras, e mesmo antes disso se evidenciou que a população residente tinha direitos que os próprios órgãos públicos começaram a reconhecer. OLIVEIRA, Fernando Garcia de. *População de baixa renda da cidade de Rio Branco: Situação anterior, processo migratório, formas de inserção/retribuição no mercado de trabalho*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. (Dissertação de Mestrado).

centros urbanos, principalmente o Rio Branco. O seringueiro, perdendo o *aviamento* do patrão seringalista, que por sua vez havia perdido o financiamento do BASA, muitas vezes ficava sem condições de continuar produzindo borracha. Por isso, muitos seringueiros, condicionados pelo sistema de *aviamento*, quando não achavam outro patrão para lhes *aviar*, iam para a cidade em busca de um emprego para sobreviver. Alguns permaneceram na terra em situação de subsistência. Outros continuaram produzindo, mas agora sob a exploração dos marreteiros, que são os comerciantes ambulantes que compraram a borracha do seringueiro e lhe vendem outras mercadorias<sup>229</sup>.

Há, portanto, num primeiro momento, uma migração intensa de seringueiros/posseiros para os centros urbanos, especialmente Rio Branco<sup>230</sup>. Uma das regiões que mais gerou êxodo rural foi a microrregião do Alto Purus, área que foi preferida pela pecuária, não por acaso uma das regiões com maior número de conflitos entre seringueiros/posseiros e fazendeiros/proprietários.

Em regra, a força de trabalho dos seringueiros não era utilizada pelos pecuaristas, apenas em alguns casos de maneira esporádica e sem nenhuma garantia trabalhista. Havia um preconceito dos paulistas com os acreanos, que os consideravam preguiçosos. Além disso, os próprios seringueiros recusavam o trabalho nas fazendas<sup>231</sup>.

Com o passar dos anos, os seringueiros já conscientes de seus direitos vão passar a se organizar coletivamente e enfrentar as políticas de expropriação pública e privada, de maneira mais efetiva, passando a lutar pelas terras, pela manutenção do seu modo de vida e pela preservação da floresta.

### **3. O SINDICALISMO NO ACRE: AS LUTAS DOS SERINGUEIROS PARA “EMPATAR”**

"A luta dos seringueiros é para poder permanecer na Floresta. Para isso, estamos dispostos a dar as nossas vidas. A

<sup>229</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 63.

<sup>230</sup> Por um paradoxo, o Acre, apesar de ser uma das frentes de expansão da fronteira econômica, em vez de atrair contingentes populacionais de regiões mais povoadas, pelo contrário, através da pecuária e da especulação, tornou-se uma área de repulsão da população rural. Em 1960, sua população rural constituía 78,89% da população total. Em 1970, reduziu para 72,45% e em 1980, chegou a 56,18%. *Ibidem*, p. 66.

<sup>231</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 68.

Floresta Amazônica é nossa segunda mãe. Dela tiramos a nossa sobrevivência e também a sobrevivência de parte do Brasil e do mundo. Para nós, uma das coisas mais bonitas é quando acordamos de madrugada, nas noites de lua, deitados nas redes armadas nas salas de nossas casas, que são cobertas de palha, e a gente ouve o canto da coruja e o piado dos macacos que estão na floresta perto de nossa casa. Uma das maiores belezas é também os banhos que nós e nossos filhos tomamos nos rios da floresta. E como é gostosa a carne da caça preparada com o leite das castanhas<sup>232</sup>.

A chegada dos *paulistas* à Amazônia-acreana modificou profundamente a forma pela qual a terra passou a ser explorada pelo capital. A partir da década de 1970, a pecuária se tornou uma das principais atividades econômicas fomentadas na região, que até então era marcada pelo protagonismo do extrativismo. A atividade extrativa não foi imediatamente abandonada por completo, mas o interesse dos novos proprietários sulistas não era mais realizar a coleta do látex. As terras, antes representadas pelas longínquas estradas de seringa, foram sendo substituídas por grandes pastos que tinham o objetivo a execução da atividade agropecuária. Logo nos primeiros anos da década de 1970, inúmeros posseiros (seringueiros, castanheiros, colonos e indígenas) foram expulsos violentamente de suas terras. Em alguns casos sem a percepção de qualquer indenização e, em outros, percebendo valores irrisórios.

Contudo, se no início da década, ainda sem a compreensão real do movimento praticado pelos grandes proprietários, não houve efetiva mobilização coletiva por parte dos posseiros/seringueiros. Já nos anos que seguiram, os seringueiros, em alguns casos com a ajuda da Igreja, em outros a partir das experiências de seus antepassados nas lutas pela conquista do território

---

<sup>232</sup> Palestra pronunciada por Raimundo de Barros (seringueiro e vereador pelo Partido dos Trabalhadores em Xapuri), em 28.04.89. O Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção São Paulo e a Diretoria Executiva da AGB promoveram a vinda de Raimundo de Barros, que estava em São Paulo, a convite da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, para pronunciar uma palestra no dia 28.04.89, no Anfiteatro do Departamento de Geografia da USP. Publicada em Terra Livre, número 7, uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em coedição com a Editora Marco Zero, São Paulo, 1990. p. 23-42.

acreano, das vivências também de seus ancestrais nos embates da revolução boliviana, influenciados pelos movimentos e cartilhas veiculadas pelas Ligas Camponesas e tomando conhecimento de seus direitos, passaram a se organizar coletivamente e a lutar pela posse nas terras em que se encontravam e pela manutenção da atividade extrativa, pelo modo de vida que levavam e pela preservação da floresta.

Portanto, o objetivo do presente capítulo é analisar a organização coletiva e política dos seringueiros acreanos, a partir da década de 1970 até a criação oficial da primeira reserva extrativista (1990), logo após o assassinato de Chico Mendes. A partir de então, realizar-se-á uma crítica sobre a forma pela qual a história do Direito do Trabalho e do sindicalismo são contadas atualmente e far-se-á um diálogo com os ideais revolucionários ecossocialistas.

### 3.1. A INFLUÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS

As Ligas Camponesas, muito embora constituídas na década de 1940, pelo Partido Comunista do Brasil, tinham inicialmente um caráter de sindicalismo rural em defesa dos direitos trabalhistas, em que a questão eleitoral se sobrepunha à própria luta pela reforma agrária. Mas é a partir mesmo de 1955, no Nordeste brasileiro e desvinculadas do PCB é que as Ligas vão se constituir enquanto uma organização que lutava pela reforma agrária.

A primeira das Ligas surge como uma associação, denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Não tardará para que seus membros sofram as consequências por sua ousadia. Embora tenha sido criada com objetivo bem específico, o de garantir o direito dos mortos serem enterrados em seus próprios caixões, sofreram a pressão dos latifundiários para que acabassem com tal sociedade. O perigo visto pelo latifundiário não estava na reivindicação que faziam, mas no próprio fato de se organizar para reivindicar, se hoje é pelo caixão, amanhã poderá ser pela terra. Com a recusa dos camponeses em fechar a Associação, o latifundiário Oscar Beltrão, que até então apoiara sua criação, expulsa de sua fazenda, com o aparato judicial, todos os camponeses que faziam parte da Sociedade. A partir de então há um salto de qualidade na consciência dos camponeses, e, também, na Associação<sup>233</sup>.

---

<sup>233</sup> FREITAS, Luiz Carlos de. *As duas linhas de interpretação teórica da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos práticos na forma de luta pela terra*. In: Leomar Rippel; Sidemar Pressoto Nunes. (Org.). *Imperialismo e questão agrária: a luta de classes no campo brasileiro*. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2020, v. 1, p. 23.

Segundo Elide Rugai Bastos:

A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação de “Ligas Camponesas”, inicia-se no Engenho Galileia, em Pernambuco, no ano de 1954. O movimento expande-se rapidamente. Esse crescimento deve-se às condições políticas e sociais favoráveis e explica-se pelo fato de sua social – o foreiro – representar uma categoria social ameaçada de extinção<sup>234</sup>.

Assim como Elide Rugai, José de Souza Martins vai mencionar que é no contexto de expulsão dos foreiros pelos senhores de engenho é que vão surgir as Ligas Camponesas:

No Nordeste, a crise da cana levou os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas, vivendo nas cidades. Quando, porém, durante o período da Guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar os seus foreiros. Onde os foreiros não foram expulsos, em terras de usinas, as usinas permitiram que ficassem na terra sob condição de destruírem outras culturas para plantarem cana. Entre 1945 e 1955, “foi grande a área outrora ocupada por foreiros, que foi conquistada pela cana-de-açúcar e grande número de foreiros que teve de afastar-se da atividade a que se dedicava”. Foreiros que não foram expulsos ou despejados acabaram transformando-se em moradores de condição, sujeitos a dar um crescente número de dias ao canavial, sob pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores de fora da fazenda. Estes próprios foram sendo expulsos das usinas, convertendo-se em mão-de-obra temporária<sup>235</sup>.

A partir de então, inúmeras greves foram criadas por toda a região do Nordeste e depois por todo o Brasil, registrando-se mais de duzentas ligas durante a década de 1960. As ligas não tinham uma convergência homogênea de pensamento, uma vez que eram influenciadas por outras organizações que também disputavam ideologicamente o caminho da luta pela terra. Contudo, apesar das divergências predominava a defesa pela necessidade da revolução brasileira, que se consolidaria através da imposição de uma reforma agrária radical<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 18.

<sup>235</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 65-66.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 23-24.

Nesse sentido, Luiz Carlos de Freitas vai afirmar que as Ligas Camponesas é o movimento mais “desorganizado”, sob os aspectos da verticalização e burocratização, sendo, contudo, o mais radicalizado do ponto de vista da luta concreta pela reforma agrária no Brasil. O autor vai mencionar que no Primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte, as Ligas Camponesas vão conseguir fazer emergir a ideia da “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” em detrimento de posicionamentos outros mais mediados. Em trecho do documento aprovado no referido Congresso, nominado de “Declaração de Belo Horizonte” fica evidente a hegemonia do pensamento radical das Ligas Camponesas<sup>237</sup>.

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política, social e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade de realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo (...). A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país<sup>238</sup>.

Ademais, Elide Ruga vai trazer as medidas constantes do referido documento que deveriam ser tomadas para a efetivação da reforma agrária:

A alteração do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, que estabelece indenização em dinheiro em caso de desapropriação de terras por interesse social, encaminhando a reformulação para pagamento em títulos da dívida pública, cadastramento das propriedades com área superior a 500 hectares, desapropriação das áreas inaproveitadas nas propriedades de área superior a 500 hectares; cadastramento de terras devolutas; alteração do sistema de imposto territorial, que deverá incidir sobre a grande propriedade

---

<sup>237</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 24.

<sup>238</sup> FREITAS, Luiz Carlos de. *As duas linhas de interpretação teórica da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos práticos na forma de luta pela terra*. In: Leomar Rippel; Sidemar Pressoto Nunes. (Org.). *Imperialismo e questão agrária: a luta de classes no campo brasileiro*. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2020, v. 1, p. 25 *apud* AUED, Bernadete Wrubleski. *Nos caminhos da cisão*. In: STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

agrícola e inexistir para a pequena; organização de cooperativas; garantia de preços mínimos, transporte para os produtos, crédito para a aquisição de instrumentos, adubos e inseticidas<sup>239</sup>.

Portanto, com a sua expansão nacional as “ligas” passaram a ter como objetivo principal a luta por uma reforma agrária radical. Além disso, também passaram a reivindicar o direito de organização dos trabalhadores, extensão da legislação trabalhista ao campo e a ajuda à economia camponesa<sup>240</sup>.

No caso específico do Acre, Pedro Vicente da Costa Sobrinho vai enfatizar que não há registros nos jornais ou publicações locais sobre a presença das Ligas Camponesas no Estado. O autor, então, fez a reconstituição da presença das Ligas Camponesas por meio de entrevistas com pessoas que fizeram parte da organização e através das notícias publicadas no jornal semanal “LIGA”, de circulação nacional<sup>241</sup>.

No ano de 1961, Raimundo Moreira Ferreira, manteve contato com o líder nacional das Ligas Camponesas no Rio de Janeiro, onde participou de reuniões onde foram discutidos estatutos e objetivos da organização, se comprometendo a criar um núcleo das Ligas em Rio Branco, o que se deu no ano de 1962. Naquele momento, o Acre estava sendo governado por José Augusto, considerado político de esquerda, que se contrapunha ao poder das oligarquias locais, o que foi visto com bons olhos pelo jornal “LIGA”:

O atual governador se chama José Augusto de Araújo. Foi eleito no dia 7 de outubro, com o apoio dos setores mais progressistas do Estado do Acre, principalmente a massa camponesa. Antigo presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários, tem apenas 37 anos e tem merecido, até agora, a confiança dos seus conterrâneos. Toda sua campanha foi feita em sintonia com as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores das cidades e dos campos, principalmente dos últimos, que constituem 80% da população do Estado. (...) Está rodeado de gente nova e idealista. Tem planos de colonização, desapropriação de terras e instalação de cooperativas mistas de produção e consumo em todos os municípios do Estado. (...) Tem palavras de condenação dirigidas à vida de escravização e exploração do camponês acreano. (...) É favorável a qualquer movimento que lute contra a exploração do homem pelo homem. E não se assombra com

---

<sup>239</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 81.

<sup>240</sup> *Ibidem*. p. 80.

<sup>241</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 110-111.

a pecha de comunista, pois só uma minoria de pessoas não esclarecidas e determinados setores da imprensa é que encaram tais movimentos como comunistas. O jornal do fascismo nacional, o integralismo de Plínio Salgado, já o acusou de ter contratado “guerrilheiros chineses” para desencadear a subversão no país. (...) Está disposta também a tomar frente no trabalho de organização de operários e camponeses (...) <sup>242</sup>.

A frente das Ligas Camponesas instalada em Rio Branco, no ano de 1962, teve como presidente Raimundo Moreira Ferreira, mais conhecido como Raimundo Borborema. O jornal “LIGA” de janeiro de 1963 noticiou a criação da frente das Ligas Camponesas no Acre:

No mais novo Estado da Federação, o Acre, as Ligas Camponesas nasceram e ampliaram seus quadros com incrível rapidez, graças ao dinâmico trabalho de seu presidente Raimundo Borborema, que atualmente se encontra no Rio de Janeiro à frente de uma delegação de camponeses. Sobre estas Ligas, que se filiaram por iniciativa própria às Ligas Camponesas do Nordeste Brasileiro, chefiada pelo deputado Julião. (...) Por outro lado, como vemos o fac-símile n.º 2, já é bem profundo o nível dos camponeses acreanos. Ao escrever “nascido em Pernambuco desejo as Reformas de Base para todo o povo brasileiro”, o camponês Estanislau Siqueira Souza está demonstrando que em qualquer parte do Brasil os camponeses estão se arregimentando para levar adiante reivindicações por reformas profundas em todo o país.

Logo após sua instalação em Rio Branco, as Ligas tiveram boa aceitação no meio rural, sendo que no final do ano de 1962 já contavam com cerca de 3.000 aderentes. A sua pauta central: a reforma agrária teve bastante significado no Acre, uma vez que as terras pertenciam à União, de modo que os grandes proprietários que se diziam donos dos seringais, o faziam de maneira ilegal<sup>243</sup>.

Nesse contexto, as Ligas denunciavam, a aguda concentração de terras no Estado e disseminavam a legislação prevista no Decreto-Lei 3760, que limitava a quantidade de terras que uma pessoa poderia possuir, assim como

---

<sup>242</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 112-113 *apud* JULIÃO, Francisco, Ligas Camponesas (Outubro de 1962 – Abril de 1964). Organização e edição. Cuernavaca (México), CIDOC – Centro Cultural de Documentación, Cuadernos nº 27, 1969. p. 103-104.

<sup>243</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 113-114.

denunciavam as péssimas condições de vida e de trabalho nos seringais, o baixo preço pago pela borracha e os preços altíssimos cobrados pelas mercadorias vendidas pelo barracão; a vedação de plantio nos seringais; o roubo na balança; o pagamento da renda; a exclusividade de compra de mercadorias do patrão e a proibição de instalação de escolas nos seringais<sup>244</sup>.

O que de fato incentivava o movimento era a orientação aos seringueiros no que se refere ao não pagamento da renda e defesa da liberdade para vender borracha pelo melhor preço e comprar alimentos daquele que tivesse os preços mais baixos.

Apesar de ter durado pouco mais de um ano, as Ligas Camponesas acreanas foram bastante combativas e, ainda, que não tivessem conseguido reunir toda a coletividade, serviram como experiência para as primeiras lutas coletivas entre seringueiros/posseiros e patrões/fazendeiros. O único conflito coletivo de grande repercussão com a presença das Ligas foi com o latifundiário e grileiro Zé Português, noticiado na “LIGA”:

O latifundiário e seringalista Zé Português foi parar na cadeia por ordem do Governador José Augusto de Araújo, em consequência de sua ação de grilagem em prejuízo dos seringueiros pobres no núcleo Amapá. (...) Zé Português possui grande latifúndio nesse Estado, mas decidiu usar apenas as terras do Governo, inclusive aquelas que estão sendo beneficiadas por pequenos seringueiros e agricultores. Serviu-se de certos privilégios enquanto contava com amigos na administração do Território, mas a coisa mudou muito quando assumiu o Governador José Augusto. O seringalista já havia avançado muito e os seringueiros decidiram fazê-lo voltar para suas terras. Ante a ação organizada do núcleo das Ligas da Região, Zé Português começou a recuar até um ponto que preferiu armar pistoleiros a ceder as terras para quem tinha direito. Na altura dos 25 quilômetros em terras do Estado, Zé Português e seus capangas disse força nenhuma fazia recuar. Os seringueiros da Liga liderados por João Tavares não pensavam do mesmo jeito. Houve algumas escaramuças, trocou-se algumas balas até que o governador mandou intervir diretamente no conflito. Sua ordem foi clara: mandou prender o seringalista e latifundiário e determinou à polícia que dividisse as terras entre os que cultivassem desde há muito (...)<sup>245</sup>.

---

<sup>244</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 113-114.

<sup>245</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 116 *apud* JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas* (Outubro de 1962 –

Os militantes das Ligas conseguiram se aproximar bastante das lideranças dos seringais, tanto que apesar das dificuldades de comunicação Xapuri também foi influenciada pelo movimento, que era vista como uma região essencial tendo em vista a enorme quantidade de seringueiros e tensões lá existentes. Na metade do ano de 1963, as Ligas se expandiram para Assis Brasil e tiveram repercussão em todo o Estado. Os militantes da Liga de Assis Brasil tinham relações com as lideranças seringueiras de Brasiléia, que tinham participado das frentes camponesas para a implantação da reforma agrária na revolução de 1952 na Bolívia<sup>246</sup>.

Com o golpe de 1964 as Ligas Camponesas foram desmontadas, com a prisão e assassinatos das suas principais lideranças por todo o país<sup>247</sup>. Contudo, para o Acre, representou o início da possibilidade de organização coletiva dos seringueiros/posseiros, que vai se articular de maneira ampla e intensa com a contribuição da ala progressista da Igreja Católica.

### 3.2. O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO E O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA ARTICULAÇÃO NAS LUTAS

Como visto, a chegada dos *paulistas* vai modificar as relações sociais no Acre, sobretudo no que se refere à exploração da terra. No início os seringueiros/posseiros, desarticulados coletivamente e sem consciência dos seus mínimos direitos, foram expulsos de suas terras, situação que foi se transformando e mudou completamente a partir da metade da década de 1970. Um segmento mais progressista da Igreja Católica teve um papel fundamental na articulação das lutas dos seringueiros, tanto denunciando os abusos praticados pelos fazendeiros, como na articulação e fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores.

Antes, contudo, de partir da análise do importante papel da ala progressista da Igreja Católica no fortalecimento da organização coletiva dos

---

Abril de 1964). Organização e edição. Cuernavaca (México), CIDOC – Centro Cultural de Documentación, Cuadernos nº 27, 1969. p. 223.

<sup>246</sup> *Ibidem*. p. 117-118.

<sup>247</sup> Sobre a desarticulação das Ligas ver capítulo 4 de BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 81.

seringueiros, serão apresentados alguns apontamentos sobre o posicionamento da Igreja na América Latina.

No final da década de 1950, na América Latina, iniciou-se um novo período na história das relações entre religião e política<sup>248</sup>, que teve início a partir de dois eventos históricos que ocorreram praticamente ao mesmo tempo: a eleição do Papa João XXIII no Vaticano, em 1958 e a vitória da Revolução Cubana, em 1959<sup>249</sup>.

Michael Löwy vai tecer considerações sobre esse novo momento em que uma parte da Igreja Católica vai se alinhar às lutas dos trabalhadores e dos oprimidos e oprimidas na América Latina, chamando esse movimento de Cristianismo da Libertação<sup>250</sup>:

Na verdade, algo novo aconteceu no cenário religioso latino-americano nas últimas poucas décadas, e algo que tem grande relevância para a história mundial. Um setor significativo da Igreja – tanto fieis, como clero – na América Latina, mudou de posição na área de lutas sociais, passando, com seus recursos materiais e espirituais, para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova<sup>251</sup>.

Dessa forma, o Cristianismo da Libertação foi fundamental para a consolidação dos movimentos de trabalhadores no Brasil e o surgimento da

---

<sup>248</sup> (...) a emergência do cristianismo revolucionário e da teologia de libertação na América Latina (e em outras regiões) abre um novo capítulo histórico e levanta questões também novas que não podem ser respondidas sem uma renovação da análise marxista da religião. Inicialmente, quando se deparavam com um fenômeno semelhante, os marxistas utilizavam um modelo tradicional de interpretação, contrapondo à Igreja (o clero), um órgão totalmente reacionário, os trabalhadores e camponeses cristãos, que poderiam ser considerados defensores da revolução. Em 1966, ainda era possível considerar-se como excepcional a morte de um padre, padre Camilo Torres, que tinha se juntado à guerrilha colombiana e foi assassinado em um confronto com o exército, naquele mesmo ano. Mas o envolvimento cada vez maior de cristãos – inclusive muitas religiosas e padres – nas lutas populares e sem envolvimento maciço na Revolução Sandinista, obviamente demonstraram a necessidade de uma nova abordagem. LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*/Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016. p. 33-34.

<sup>249</sup> *Ibidem*. p. 27.

<sup>250</sup> Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como “Teologia da Libertação”, porém, como movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão “integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns. *Ibidem*. p. 74.

<sup>251</sup> *Ibidem*. p. 34.

revolução na América Central. E, assim, vários movimentos sociais surgiram no começo da década de 1960, os quais tiveram participação de setores significativos da Igreja, tais como padres, ordens religiosas e bispos, movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), outras várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses/trabalhadores, dentre outros<sup>252</sup>.

No Acre, a partir de 1963, a Igreja Católica vai esboçar suas primeiras preocupações com a organização dos movimentos sociais dos trabalhadores. Sob a orientação do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti, além da ação pastoral destinada à evangelização tradicional, eram também realizados encontros, nos quais dentre outras pautas, também eram discutidas as questões sociais<sup>253</sup>.

Contudo, é necessário que se faça uma distinção entre as prelaças que existiam no Acre, à época: a Prelazia do Alto Juruá e a Prelazia do Acre e Purus. A Prelazia do Alto Juruá, que tinha sede em Cruzeiro do Sul, era mais tradicional, não se importava e era silente em relação às lutas dos seringueiros e realizava um trabalho de cunho mais assistencial. Já a Prelazia do Acre e Purus, com sede em Rio Branco e abrangendo além de outros os municípios de Xapuri e Brasília é que de fato se envolveu com os problemas sociais da região. Quem de fato organizou mutirões/adjuntos para o trabalho em comum, fundou associações, organizou compras comunitárias e também descobriu formas de resistir e lutar contra os abusos dos *paulistas* foi a Prelazia do Acre e Purus, inicialmente com o Bispo Dom Giocondo e, em seguida, com o Bispo Dom Moacyr Grechi.<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*/Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016. p. 95.

<sup>253</sup> Segundo o autor: No ano de 1965, com o apoio e orientação de Dom Giocondo Maria Grotti, que inclusive redigiu os estatutos, foi criada a Associação Profissional dos Pedreiros e Auxiliar de Pedreiros, anos depois transformada em Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rio Branco. (...) Ainda com a iniciativa de Dom Giocondo, em 1968 foi criado o Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre (GESCA). O GESCA foi criado em um momento bastante hostil e violento, marcado por intensa repressão policial. Ainda assim, conseguiu promover cursos e palestras que discutiam música, poesia e literatura política. Com as ameaças por telefone sofridas pelo Bispo e a demissão de alguns dos associados o grupo encerrou suas atividades. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p.160.

<sup>254</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 71.

Em 1971, na periferia de Rio Branco e com a orientação do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma organização voltada para a organização dos trabalhadores por meio da reflexão sobre a doutrina cristã e da conscientização sobre os direitos definidos na legislação agrária. As reuniões baseavam-se nos relatos e análises sobre os problemas que eram vivenciados pelas pessoas presentes<sup>255</sup>.

Em setembro do referido ano foi realizado o primeiro treinamento para monitores e contou com 34 pessoas<sup>256</sup>. Em 1981, a Prelazia do Acre e Purus contavam com 1.000 grupos de evangelização, 1.200 monitores, 400 catequistas, 70 grupos de jovens, 130 centros comunitários e 200 coordenadores de comunidades<sup>257</sup>.

Antes de sua morte repentina, Dom Giocondo<sup>258</sup> havia escrito ao advogado Océlio Medeiros para que fosse ao Acre advogar em prol dos posseiros nas questões que envolviam a posse de terras nos seringais localizados no curso do Riozinho do Rolla, em que o fazendeiro José Tavares do Couto havia adquirido as terras e movia uma ação para tentativa de expulsão dos posseiros<sup>259</sup>.

A Igreja criou, em dezembro de 1971, o boletim “Nós Irmãos” que divulgava a ação religiosa e pastoral na Prelazia, orientava as CEBs e divulgava os conflitos de terra, denunciando a violência dos fazendeiros, além de informar e orientar os trabalhadores em relação aos seus direitos.

Reverendo os arquivos do boletim “Nós Irmãos” pode-se observar que os principais temas de conjuntura nacional e local foram noticiados; há um relativo balanceamento entre os temas sociais e os temas próprios

---

<sup>255</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 217.

<sup>256</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 160.

<sup>257</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 217.

<sup>258</sup> O Bispo Dom Giocondo Maria Grotti morreu de maneira repentina em um acidente de avião em setembro de 1971.

<sup>259</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 160.

das CEBs e da problemática religiosa. Seu conteúdo básico procura criar uma consciência crítica e transformadora da sociedade; os temas religiosos são tratados numa linha libertadora<sup>260</sup>.

O 10º boletim “Nós Irmãos”, divulgado em setembro de 1972, publicou uma notícia sobre a nova situação do seringueiro e os conflitos resultantes da ocupação da terra, cujo título era: “Seringueiro não tem vez”:

Pe. Paulino lembra a cada um de nós esta verdade sempre velha. As injustiças sociais continuam a ser o pão amassado para o pobre seringueiro comer ainda nos dias de hoje. O caso dos paulistas é apenas o sintoma dessa chaga idosa dos seringais acreanos<sup>261</sup>.

Segundo Padre Paolino Baldassari<sup>262</sup>, pároco da cidade de Sena Madureira, no Acre, durante aproximadamente 46 anos, em entrevista concedida à Pedro Vicente Costa Sobrinho, a primeira reação da Igreja em relação à questão fundiária foi a divulgação do documento “Catecismo da Terra”<sup>263</sup>, que tinha por objetivo orientar os trabalhadores sobre como reagir diante das ameaças de expulsão das terras, fazendo menção ao Estatuto da Terra. Abaixo transcreve-se o conteúdo integral do seu teor:

1º) O que é o INCRA?

- É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; sua principal missão é proteger os trabalhadores da terra (colonos, posseiros, seringueiros etc....). O principal interesse deste órgão é a fixação do homem à terra.

2º) Qual é a lei que garante a fixação do homem à terra?

---

<sup>260</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 161 *apud* MOURÃO, Nilson Moura Leite. *A prática educativa das CEBs: popular e transformadora ou clerical e conservadora?* São Paulo, PUCSP, Dissertação de Mestrado, mimeografado, 1988.

<sup>261</sup> *Ibidem*. p. 162.

<sup>262</sup> Segundo Pedro Vicente Costa Sobrinho, em entrevista o Padre Paolino Baldassari foi esclarecido que o “Catecismo da Terra” num primeiro momento não tinha ainda chancela oficial da Igreja: Após o primeiro encontro do Vicariato do Acre, realizado na cidade de Xapuri, em 1974, o catecismo foi assumido pela Igreja, isto é, pela Prelazia do Acre e Purus. *Ibidem*.

<sup>263</sup> O documento significou um punhado de areia nos olhos dos “paulistas”. A pretensa arrogância dos supostos donos da terra agora era contestada por uma instituição de verdade e prestígio no seio dos humildes. A profunda desconfiança das autoridades estaduais estava explícita no documento, ao orientar os trabalhadores a procurar instituições federais. *Ibidem*.

- A lei que garante a fixação do homem à terra, conforme o Estatuto da Terra, é a Lei 4504 de 1964, assinada pelo Presidente Castelo Branco.

3º) O que diz a Lei 4504 do Estatuto da Terra/

- A Lei 4504 do Estatuto da Terra garante o direito à posse da terra (o módulo), a quem nela morar habitualmente depois de 1 (um) ano e 1 (um) dia, dedicando-se à cultura efetiva da terra.

4º) O que significa o módulo de terra/

- O módulo da terra é a área que uma família pode utilizar convenientemente para o seu sustento.

Como base, o módulo parte de 50 hectares, aumentando conforme o tipo de utilização e capacidade braçal da família.

5º) O que fazer para garantir seu direito à posse da terra?

- A melhor garantia do direito à posse da terra é não sair da terra onde você trabalha mesmo se lhe oferecerem indenização.

6º) O que fazer em casos de conflitos em razão de vendas de terras?

- Em casos de conflitos sugerimos 3 atitudes:

a) conservar a calma e não brigar com os compradores;

b) não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora da sua terra enquanto você não quiser;

c) se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes; ao próprio INCRA, na sede, em Rio Branco; a um Juiz Federal; à Polícia Militar; à 4ª Cia. De Fronteira.

Assim, essa ala mais progressista e humana da Igreja sofria constantes acusações de promover agitações e criar conflitos na região. Em uma entrevista, o Bispo Dom Moacyr quando foi ao Acre acreditava que poderia manter um comportamento neutro em relação aos conflitos sociais, ideia que logo foi transformada:

Não tive tempo para uma escolha. Desde que vim para o Acre, em 1972, minha condição de bispo “forçava-me” a conviver e a sentir de bem perto os problemas da população, em sua grande maioria pobre, e, especificamente, conviver com o homem da mata (seringueiro) e também com camponeses. No meu íntimo, porém, por convicção, teria gostado da neutralidade que, naquele tempo, não só me parecia possível mas até, dada minha missão de pastor, necessária.

(...) Minha vinda para o Acre, o contato direto, especialmente nas nascentes comunidades eclesiais de base, com povo simples, pobre, injustiçado: a ajuda insubstituível de padres amigos e muitos sensíveis aos problemas do povo, homens lúcidos, corajosos e extremamente evangélicos; a confiança em mim depositada pelas vítimas dos problemas de terra que começaram em 1973, a se agudizar. Neste campo, fatos bem concretos levaram-me a tomar uma posição: ou

assumia a causa dos pobres ou negava minha missão e mesmo minha própria fé (...) <sup>264</sup>.

Com a presença do provincial Padre Francisco Carmimeo, em junho de 1974, realizou-se no município de Xapuri, o primeiro encontro do Vicariato do Acre, que reuniu padres da Ordem dos Servos de Maria, tendo sido elaborado um documento que descrevia os caminhos pastorais da Igreja do Acre e Purus sobre os conflitos fundiários na região, denunciando a violência contra os trabalhadores <sup>265</sup>. Abaixo, transcreve-se um trecho do documento:

Em face da grave situação criada pelo problema das terras no Estado do Acre e em particular no Território desta Prelazia, a Igreja acrepuruense, não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo, faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo o povo de Deus. A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias sobre quem pesa a ameaça de deixarem suas posses, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e mesmo violenta vêm sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às Leis vigentes. Igualmente esta problemática vem preocupar os investidores do Sul, em especial aqueles que com boa vontade vieram investir seus capitais num Estado onde os títulos de terras em geral não se encontram devidamente legalizados e daí o fato de inúmeras vendas de terras se processarem de forma irregular <sup>266</sup>.

Mary Allegretti apresentou em sua Tese o relato de Osmarino Amâncio, líder seringueiro do STR de Brasiléia, que mencionou que a primeira vez em que os seringueiros reagiram, a partir da orientação da Igreja, aconteceu em 1971, no Seringal Filipinas. Segundo o líder seringueiro, o Bispo fez uma primeira reunião com o pessoal e, em 1973, criaram as primeiras Comunidades Eclesiais de Base, onde discutiram os incêndios nas casas ocorridos no Filipinas e que já

---

<sup>264</sup> DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 72-73 apud SALEN, Helena (coord.). *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

<sup>265</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 164.

<sup>266</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 164. apud “Nós Irmão” boletim de junho de 1974.

vinha ocorrendo em inúmeros seringais<sup>267</sup>. O relato de um dos participantes mostra o início da organização das CEBs:

Nós começamos nossa comunidade através de umas voluntárias italianas que vieram trabalhar conosco. Nós rezávamos nas casas uma novena no mês de maio. E como nós já tínhamos o costume velho de rezar novena, quase ninguém ignorou. Mas depois que rezamos as novenas do mês de maio, elas começaram a falar prá nós de uma história de monitor. Eu fiquei admirado com a história do monitor, não sabia nem o que era monitor. Aí elas nos convidaram para a gente se ajuntar. Fazer aquele grupozinho e pegar a ler o evangelho. Então começamos aquele grupinho de pouca gente. Isto foi em 1971. Até que chegou o dia delas fazer o convite prá vir em Rio Branco. Convidaram 14 entre homem e mulher. E nós viemos fazer o treinamento. (Jornal Varadouro N. 23, agosto/setembro de 1981)<sup>268</sup>.

Com a posição adotada, essa vertente da Igreja passou a ser odiada pelos paulistas e passou a ser acompanhada sistematicamente pelos órgãos de segurança. As CEBs multiplicaram-se na zona rural, em 1972 havia 195 monitores, número que chegou a 800 em 1978. Sob o lema “a Igreja deve encarnar-se na realidade do povo, como Cristo mesmo encarnou-se na realidade do seu povo”, a mobilização da Igreja tomou os programas de rádio, os sermões das missas, as novenas e todos os meios disponíveis de comunicação com a comunidade<sup>269</sup>.

O trabalho da Igreja se fez ainda mais organizado para atuar no campo com a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir do Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações que aconteceu em Goiânia. A comissão teria atuação em nível nacional, passou a empenhar-se para que fosse efetivada a reforma agrária, divulgando o Estatuto da Terra e a legislação rural, fortalecendo, portanto, os movimentos sociais que já vinham se

---

<sup>267</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 218.

<sup>268</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 218 *apud* Jornal Varadouro N. 23, agosto/setembro de 1981)<sup>268</sup>.

<sup>269</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 166.

consolidando no Acre e Purus<sup>270</sup>. A Igreja, foi assim, preparando o caminho para a constituição dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Assim no limiar da década de 70, a região Norte transformou-se no principal foco de conflitos agrários. Diante do descaso do Estado, do atrelamento dos sindicatos de trabalhadores rurais aos latifundiários, da ineficiência da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, CONTAG, devido a constantes intervenções militares e frente às injustiças e grilagens que estavam ocorrendo, uma série de bispos, religiosos e leigos, organizados basicamente por D. Pedro Casaldáliga, desde 1971, começaram a reivindicar uma posição da Igreja diante do fato.

Por isso, durante uma assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, realizada em Goiânia no ano de 1975, decidiu-se criar uma Comissão Pastoral permanente, com autonomia diante da própria CNBB. O objetivo desta Comissão seria acompanhar os principais focos de tensão (Norte e Centro-Oeste), com o intuito de defender os posseiros ou os trabalhadores rurais contra os latifundiários, a exemplo do Conselho Indígena Missionário, CIMI, que vinha atuando na defesa dos índios frente à invasão dos latifundiários e mineradores<sup>271</sup>.

A Comissão Pastoral da Terra teve um importante papel na denúncia das violências praticadas contra os trabalhadores da floresta e do campo durante o período em estudo. Desde 1985, a Comissão passou a apresentar o seu Relatório de Conflitos ocorridos no campo. Em sua primeira edição o Relatório apresentava como objetivos centrais:

- a) A denúncia, em âmbito nacional e internacional, das graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais no Brasil e a violenta guerra interna, de amplos setores do Estado e do latifúndio aliados, contra o povo brasileiro em geral e especialmente contra os mais fracos e oprimidos;
- b) Noticiar aos trabalhadores rurais e a todas as pessoas de boa vontade o violento massacre cometido contra os nossos irmãos do campo, cobrando um posicionamento e a sua solidariedade efetiva para acabar com esta grave situação;
- c) Exigir do Estado e, em especial, da Justiça do Estado, o fim da guerra interna com o desarmamento das milícias particulares, dos jagunços, grileiros e fazendeiros, e o encaminhamento das forças militares regulares para a sua verdadeira função de proteger o povo e a punição dos assassinos e mandantes dos assassinatos, sempre

<sup>270</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 73.

<sup>271</sup> VILLALOBOS, J. U. G.; ROSSATO, G. *A Comissão Pastoral da Terra (CPT): Notas da sua atuação no Estado do Paraná*. Boletim de Geografia, v. 14, n. 1, p. 19-32, 25 mar. 2011.

impunes em todos os casos, e a realização da verdadeira justiça democrática;

d) Mobilizar as organizações e entidades de base para a consciência e para assumirem de fato a defesa dos trabalhadores do campo e a decisão definitiva de que a solução de todos estes problemas passa necessariamente pela constituição e fortalecimento do Poder Popular;

e) Conclamar o Povo Brasileiro, do campo e da cidade, para unir-se e mobilizar-se contra os opressores dos trabalhadores e encaminhar a implantação da verdadeira Paz, Justiça e Liberdade, com Pão e Terra, “de Deus e dos Irmãos”, para todos os Brasileiros<sup>272</sup>.

O Relatório do mencionado ano dava conta de 768 conflitos ligados à terra, o que resultaria em mais de 560 mil pessoas atingidas pela violência e pela morte. Foram contabilizados pela Comissão 216 assassinatos, 1.363 feridos e 557 presos<sup>273</sup>. Em 1986 o Relatório deu conta de 7 conflitos de terra ocorridos no Acre, que atingiu 221 famílias e 1.105 pessoas<sup>274</sup>. No entanto, a própria Comissão deixa claro em seus relatórios que os números são maiores do que são capazes de listar, tendo em vista a dificuldade de apuração real das denúncias e a subnotificação de casos.

Em 1988, ano do assassinato de Chico Mendes, o Relatório sobre os conflitos de terra no Brasil fez uma denúncia às formas predatórias do capitalismo na Amazônia:

Os acontecimentos do Acre levantam um assunto que precisa ter um tratamento novo. Chico Mendes não era só um ecologista, como a grande imprensa Nacional e Internacional vêm insistindo. Ele, com sabedoria, interligou a luta sindical pelas garantias trabalhistas e por terra, nunca deixando à margem a preservação, como dizia: “dá para extrair benefícios da mata sem destruí-la”. O capitalismo nas suas formas predatórias esmaga as particularidades da Amazônia, como fonte econômica e como patrimônio ecológico da humanidade.

É a raiz de toda essa violência que atinge em cheio o equilíbrio ecológico e, de forma mais direta ainda, aqueles que defendem a floresta enquanto ecologia e enquanto sustento da família. Isso é bem de acordo com o pensamento dos fazendeiros que têm como parâmetro de tudo o boi, afirmando ser o Acre o “filé mignon” da Amazônia.

Com a morte de Chico Mendes veio à tona toda a questão da convivência da Polícia Federal, na pessoa de Mário Spósito,

<sup>272</sup> Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1985.

<sup>273</sup> Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1985.

<sup>274</sup> Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1986.

superintendente pelo Acre e do próprio Diretor Geral Romeu Rima; do Governo do Estado através de sua Secretaria de Segurança Pública e do Governo Federal, todos avisados da situação.

A violência e as fontes geradoras dela, os latifundiários, merecem o repúdio geral da sociedade neste episódio. A UDR, diretamente envolvida no fato se viu numa situação de isolamento que ainda não havia experimentado desde a sua fundação em 1985.

Chamamos a atenção, ainda, para o quadro de ameaçados de morte no Acre, o próprio bispo Dom Moacir Grechi e vários sindicalistas, entre os quais, Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do STR de Brasília, tido como o substituto de Chico Mendes<sup>275</sup>.

E, assim, o Relatório sobre os conflitos de terra no Brasil se tornou um grande veículo de denúncia e aproximação às lutas dos trabalhadores do campo e da floresta, tornando públicos os conflitos e os abusos cometidos pelos detentores do capital até os dias de hoje.

### 3.3. A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SINDICATOS E O PAPEL DA CONTAG

Com o apoio oficial da Igreja, após o 1º Encontro do Vicariato em Xapuri, a luta dos seringueiros/posseiros estava mais fortalecida e foi se ampliando por todo o Estado. O INCRA foi transformado em Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental, com área de jurisdição no Acre e Rondônia, passando a ter uma postura mais efetiva no reconhecimento do direito à terra aos pequenos posseiros. Além disso, passou também a se opor à grilagem de terra<sup>276</sup>.

Logo no início de 1975, tomou posse o novo Governador do Acre, o professor Geraldo Mesquita, sucessor de Wanderley Dantas, que era aliado fervoroso dos *paulistas*. O novo Governador era sensível às questões sociais e tinha conhecimento mais profundo dos problemas fundiários do Estado. Temendo que os conflitos pudessem se tornar insustentáveis, reformulou as ações do governo a fim de controlar os abusos dos *paulistas*, que passaram a não contar mais com o apoio oficial da política local<sup>277</sup>.

<sup>275</sup> Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1988.

<sup>276</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 168.

<sup>277</sup> *Ibidem*. p. 169.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi criada em 1963 e tinha por objetivo congregar os sindicatos rurais existentes e organizá-los onde ainda não existiam. Coincidentemente no mesmo ano em que a legislação trabalhista foi estendida formalmente aos trabalhadores rurais.

A CONTAG embora tenha sido criada antes do período ditatorial, sofreu bastante com todas as restrições e violências cometidas pelo governo militar. No Acre teve importante papel na articulação dos seringueiros em sindicatos, tendo se aliado à ala da Igreja mais progressista.

Aqui cabe o registro de que, a legislação trabalhista muito embora tenha sido oficialmente estendida aos trabalhadores do campo e da floresta, na prática isso não aconteceu, Leonilde Servolo de Medeiros evidencia alguns dos motivos:

A extensão da legislação trabalhista ao campo era considerada um verdadeiro atentado à liberdade tanto de propriedade quanto contratual, além de trazer o risco de “estabelecer a desordem nas fazendas”. Nos momentos em que a regulamentação do trabalho rural parecia iminente, no entanto, o núcleo da discussão passou a ser a definição do próprio objeto das leis trabalhistas: o trabalhador rural, diferenciando contrato de trabalho e contrato de produção. Este último diria respeito a colonos, parceiros, empreiteiros, categorias que não eram consideradas como empregados, não sendo, pois, passíveis de serem recobertos pela legislação trabalhista. Além disso, procuravam enfatizar a ética do trabalho, afirmando que os mais dedicados e habilidosos conseguiam triunfar e que a miséria era resultante da falta de capacidade, tema que será recorrente nos anos posteriores<sup>278</sup>.

Nesse momento, os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho para que fossem oficialmente controlados pelo governo<sup>279</sup>. Logo quando do início da ditadura empresarial-militar vários líderes sindicais foram presos e torturados, foi promulgada a Lei n. 4330/1964 que restringia e praticamente inviabilizava o direito de greve <sup>280</sup> e o governo passou a intervir diretamente nos sindicatos.

<sup>278</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro*. Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores, 2 (mayo-octubre 2021), p. 192.

<sup>279</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 228-229.

<sup>280</sup> Não fosse bastante, é de se registrar que pouco mais de um mês após o golpe, foi promulgada a Lei n. 4330/1964, que “regulamentava” o exercício do Direito de Greve. A lei, em verdade, para mais do que “legalizar” a classe operária, impunha duras restrições às possibilidades de auto-

Após o golpe de 1964 muitos sindicatos ficaram sob intervenção estatal o que dificultou uma atuação mais combativa da CONTAG, que praticamente se restringiu à uma perspectiva mais assistencial e de intermediação de acordos trabalhistas com os patrões. Em 1975, a CONTAG se instalou no Acre, com o apoio de parte da Igreja Católica progressista. Àquela época os conflitos fundiários na região estavam em elevação e não havia nenhum sindicato rural organizado. No mesmo ano, começou a sua atuação em Brasiléia, momento em que realizou um curso de preparação para um grupo de aproximadamente 40 seringueiros, em local cedido pela Igreja.

Dois meses após a instalação da CONTAG no Acre, foi fundado o primeiro sindicato no Estado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, organizado sob a influência da Igreja e com a presença de 557 trabalhadores (em sua maioria seringueiros). Aos 21 de dezembro de 1975, com a presença oficial de 890 pessoas (maioria seringueiros), em reunião realizada no salão paroquial, com a coordenação do Governador Geraldo Mesquita, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. A primeira diretoria tinha em sua constituição Francisco Alves Mendes (Chico Mendes) como secretário do sindicato e Elias Rosendo de Oliveira como presidente<sup>281</sup>.

Sob a presidência de Wilson de Souza Pinheiro<sup>282</sup>, que fazia parte da primeira diretoria, como membro do conselho fiscal, o Sindicato dos Trabalhadores de Brasiléia se tornou o ponto de referência das lutas sindicais no Acre, donde várias formas de lutas foram sendo constituídas e, de onde, surgiu o “empate”.

---

organização e mobilização grevistas, constituindo-se tal direito apenas em forma, dada a abertura de possibilidades para que os mecanismos de controle – tanto do Executivo quanto do Judiciário – pudessem reconhecer tais lutas como “ilegais”, logo passíveis de dura repressão. SEFERIAN, Gustavo. *Brasil, 1º de abril de 1964: notas para a caracterização do golpe como empresarial-militar*. In: Nayara Rodrigues Medrado, Leonardo Evaristo Teixeira, Marco Alexandre de Souza Serra, Carla Benitez Martins (org.) *Economia Política da Pena e capitalismo dependente brasileiro*. São Paulo: Editora Dialética, 2021. p. 466.

<sup>281</sup> A criação do sindicato foi precedida de um curso de formação profissional, ministrado pelo delegado da CONTAG, economista João Maia, realizado no salão paroquial, envolvendo vários trabalhadores. Esse curso teve como participante Chico Mendes, que soube de sua realização em Xapuri e dirigiu-se para Brasiléia para inscrever-se. COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 172.

<sup>282</sup> Wilson tornou-se um líder natural de projeção nacional, vindo a ser morto em 1980, por um pistoleiro contratado por seringalistas e fazendeiros. *Ibidem*.

No dia 23 de maio de 1976, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco. Na assembleia de fundação realizada na Catedral Nossa Senhora de Nazaré, compareceram 1.352 trabalhadores, e contou com as presenças do então Governador Geraldo Mesquita e do Bispo Dom Moacir Grechi. O presidente eleito, à época, foi Maximiano de Souza, antigo militante das ligas camponesas<sup>283</sup>.

Fundados os três primeiros sindicatos nos vales dos rios Acres e Purus, a CONTAG passou a atuar para fundar sindicatos no vale do Juruá, nos municípios de Cruzeiro do Sul e Tarauacá<sup>284</sup>.

E, em 9 de abril de 1977, com a presença de 302 pessoas e do Governador Geraldo Mesquita, em reunião realizada em colégio mantido pelas freiras da Igreja, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STRX)<sup>285</sup>.

Na entrevista, já referida, que fiz com Chico Mendes, procurei indagar por que o sindicato de Xapuri, mesmo estando próximo, entre Brasília e Rio Branco, foi tardiamente organizado, inclusive ocorrendo depois dos sindicatos de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, situadas, numa área de relativo isolamento e com uma Igreja, se não hostil, um tanto insensível à questão fundiária e avessa ao movimento sindical.

A resposta de Chico Mendes veio confirmar o papel fundamental que a Igreja desempenhou no processo de sindicalização rural. Segundo Chico, a presença em Xapuri do Pe. José Carneiro de Lima, aliado a seringalistas e também aos novos “donos de terra”, criou inúmeros obstáculos para mobilização dos trabalhadores. Só após a vinda do Pe. Otávio Destro, na condição de vigário da paróquia de Xapuri, a situação mudou. Este fato permitiu que a missão preparatória de um dos assessores da CONTAG tivesse êxito<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 173.

<sup>284</sup> No dia 11 de setembro de 1976, na catedral Nossa Senhora da Glória, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul, com a presença na Assembleia de 797 trabalhadores. Logo depois foi criado o Sindicato dos Trabalhadores de Tarauacá, em 19 de dezembro de 1976. Um ano depois da fundação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais, no vale do Juruá, foi criado o sindicato do município de Feijó, precisamente no dia 04 de setembro de 1977, no Colégio Imaculada Conceição, com a presença de 720 trabalhadores, sendo eleito presidente Luiz Monteiro. *Ibidem*.

<sup>285</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 228-233.

<sup>286</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 174.

A CONTAG quando se instalou no Acre passou a atuar nas intermediações dos conflitos entre seringueiros e fazendeiros, assim como na regularização das relações de trabalho entre seringalistas e seringueiros.

Como orientação geral, a CONTAG estimulava o trabalhador a permanecer na terra, resistindo às pressões dos fazendeiros/seringalistas. Recomendava-se também o plantio de bem de raiz e de pastagens como forma de comprovar que efetivamente estava de posse da terra<sup>287</sup>.

Na primeira relação (seringueiro/fazendeiro), o seringueiro foi definido enquanto posseiro, sendo aplicada a Lei 4.504<sup>288</sup>. Inicialmente a CONTAG passou a atuar nos conflitos resguardando o direito à indenização por benfeitorias existentes na área onde morava e preferência na aquisição de uma parcela de terra ou na legitimação da posse. E, posteriormente, passou a intermediar a realização de acordos com fazendeiros com o objetivo de distribuir lotes aos seringueiros, pois os seringais em que moravam tinham sido vendidos<sup>289</sup>. Além disso, orientava o seringueiro a não pagar a renda, na medida em que esse pagamento legitimava a sua condição de arrendatário e a condição de proprietário da terra dos fazendeiros. Essa negativa de pagamento criava dificuldades no reconhecimento judicial da condição de proprietário dos *paulistas*<sup>290</sup>.

Já na segunda relação (seringueiro/seringalista), a CONTAG também passou a orientar os seringueiros a aplicar o Estatuto da Terra, de modo que passariam a se constituir enquanto parceiro extrativista, rompendo com o monopólio do barracão. Isso significava que como renda o seringueiro somente

---

<sup>287</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 171.

<sup>288</sup> Art. 97 inciso II – todo trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei. BRASIL, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

<sup>289</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p.233.

<sup>290</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 171.

deveria pagar 10% da produção, exclusivamente de borracha, ao patrão seringalista, não havendo que se falar em pagamento sobre a agricultura. O que restava da produção poderia ser vendido em dinheiro, com base no preço de mercado a qualquer pessoa que tivesse interesse em comprar<sup>291</sup>.

Os seringalistas, que já se encontravam unidos aos “paulistas” contra o trabalhador, agora tinham um motivo a mais. A perda da renda e do aviamento jogava a última pá de terra no caixão desse anacrônico tipo social que persistia em continuar vampirescamente existindo. O seringueiro, que já vinha há longo tempo se autonomizando em virtude do abandono dos seringais, da adoção do contrato-padrão, da presença das estradas e dos marreteiros, concluía em tese esse processo com a adesão à liberdade de comprar e vender e ao negar-se a pagar a renda<sup>292</sup>.

O avanço da organização dos movimentos dos seringueiros/posseiros que passaram a resistir aos abusos cometidos pelos seringalistas/fazendeiros, resultou em um clima de instabilidade aguda nas terras do Acre. Temendo os avanços dos movimentos e preocupados com as perdas que estavam tendo e que ainda poderiam vir a ter, a resposta dos *paulistas* foi ainda mais violenta. As ameaças e as concretizações dessas ameaças se intensificaram e o foco passou a ser os líderes dos movimentos, o extermínio desses líderes.

Em julho de 1980, o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson de Souza Pinheiro, naquele momento também presidente da Comissão do Partido dos Trabalhadores (PT), foi assassinado a tiros, dentro da sede do Sindicato. Segundo a CONTAG, a morte do líder sindical possuía relação direta com a declaração do Secretário Municipal de Xapuri, o seringalista Guilherme Lopes, que dias antes havia anunciado publicamente que *“a única maneira de resolver os problemas de terra aqui é matar o presidente do Sindicato, o delegado da CONTAG e os padres que vivem instigando os seringueiros”*<sup>293</sup>.

<sup>291</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p.233.

<sup>292</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 171.

<sup>293</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 74-75.

Uma semana depois, sem que fosse tomada qualquer tipo de providência pela polícia, os seringueiros se organizaram e mataram o fazendeiro Nilo Sérgio de Oliveira, suspeito de ter mandado assassinar o líder sindical. Havia boatos de que Nilão, como era conhecido, planejava fazer um desmatamento na Fazenda Nova Promissão, antigo Seringal Sacado, e expulsar posseiros que viviam lá há mais de 20 anos. Contudo, os seringueiros se organizaram e *empatarem*<sup>294</sup> a derrubada.

Segundo o próprio Chico Mendes:

De 1977 até 1987, nós realizamos 45 movimentos de empate, tivemos 30 derrotas e 15 vitórias. Nestas 30 derrotas, nós tivemos centenas de prisões mas felizmente a gente conseguiu evitar derramamento de sangue. O único derramamento de sangue ocorreu no município de Brasiléia, quando o movimento que era liderado pelo companheiro Wilson Pinheiro, quando ele foi assassinado em julho de 1980, na sede do sindicato. Logo mais tarde os trabalhadores responderam assassinando o fazendeiro da região após uma espera de sete dias, e como a polícia não deu conta dos assassinos de Wilson Pinheiro – e os trabalhadores sabiam quem eram os mandantes da morte de Wilson Pinheiro – resolveram fazer justiça com as suas próprias mãos. No momento em que os seringueiros resolveram novamente fazer justiça com as próprias mãos, a justiça foi acionada e nós tivemos 20 companheiros torturados, as unhas arrancadas e eles passaram meses na prisão. Por conta disso, eu sentei no banco dos réus do tribunal militar em Manaus em 1981 e em 1984 voltei ao segundo julgamento, quando fui absolvido por falta de provas; nesse julgamento também o companheiro Lula foi acusado de participar do ato público em Brasiléia, em solidariedade ao companheiro morto<sup>295</sup>.

Portanto, nesse primeiro momento de organização sindical, observa-se que os trabalhadores passaram a tomar conhecimento acerca da legislação e dos direitos que já se encontravam legitimados em documentos oficiais, tal como o Estatuto da Terra, tomaram consciência da classe em que estavam inseridos e passaram a tomar atitudes mais ofensivas resistindo às tentativas de expulsões realizadas pelos *paulistas*.

Entretanto, a articulação com a Igreja Católica progressista, o apoio da CONTAG e a instalação dos primeiros Sindicatos no Acre, não foram suficientes

---

<sup>294</sup> Empatar a derrubada foi pela qual os seringueiros se organizavam coletivamente para impedir a derrubada da floresta e das suas próprias acomodações.

<sup>295</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p. 16.

para que os seringueiros/posseiros tivessem êxito em sua demanda. A legislação continuou sendo desrespeitada e os fazendeiros e seringalistas passaram a atuar de maneira ainda mais violenta.

(...) os seringueiros do Acre haviam conquistado o direito de organização sindical e o reconhecimento de que eram posseiros e deviam receber algum tipo de recompensa pelos anos dedicados ao trabalho na produção da borracha que estavam perdendo para grandes empresas agropecuárias. E essa conquista havia sido o resultado da resistência em sair de onde viviam há gerações e da pressão da Igreja, da CONTAG e da imprensa, particularmente do jornal Varadouro. Era um resultado expressivo para seus protagonistas, mas irrelevante do ponto de vista do que ocorria na Amazônia e no resto do país. Até porque, nos estados mais desenvolvidos, as conquistas trabalhistas haviam ocorrido décadas antes e a surpresa era que trabalhadores rurais ainda estivessem submetidos a ações policiais como as que ocorriam no Acre.

A ação incisiva do regime militar no sentido de punir, exemplarmente, a possível aliança entre o movimento sindical mais organizado do país e, potencialmente, o mais explosivo, porque localizado em uma região de fronteira da Amazônia, tinha uma mensagem clara: não seriam tolerados confrontos com os fazendeiros que estavam, na verdade, realizando o projeto econômico dos militares para a região amazônica<sup>296</sup>.

Dessa forma, a articulação em diversas esferas e as lutas para empatar se tornaram a tônica do movimento dos seringueiros após esse primeiro momento de tomada de consciência. Com o tempo os empates não mais se restringiam a manutenção da posse, sendo também estendidos para a proteção da floresta e dos seus recursos, para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos seringueiros/posseiros e dos povos da floresta como um todo.

#### 3.4. AS LUTAS PELA TERRA, OS PRIMEIROS CONFLITOS E AS LUTAS PARA *EMPATAR* AS DERRUBADAS

Antes de adentrar ao período de luta pela terra, após a chegada dos *paulistas* no Acre, faz-se necessária a menção de um dos movimentos que

---

<sup>296</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 318.

aconteceu na década de 1960. Como já mencionado, os seringueiros/posseiros resistiam sim de formas não-organizadas à exploração cometida pelos seringalistas/patrões. Nos seringais, que perduraram, mesmo após a chegada dos *paulistas*, era muito comum a reação individual dos seringueiros: colocando impurezas no interior da péla da borracha para aumentar o peso da produção e conseqüentemente o seu preço, desviando a borracha produzida e negociando clandestinamente com o regatão<sup>297</sup> ou marreteiro, fugindo ou abandonando o seringal quando estava endividado ou quando não considerava que havia ganho. Conflitos que poderiam resultar na eliminação física do opressor<sup>298</sup>.

Nas palavras de Francisco Pereira Costa regatão:

(...) era quem regateava, levando, aos lugares mais longínquos dos altos rios, igarapés, paranás, mercadorias, produtos, notícias que não chegavam aos seringais, senão pela boca do regatão. Ele se utilizava de um barco movido a motor ou canoa de pequeno porte onde depositava toda espécie de mercadorias para troca com os seringueiros, o castanheiro, caçadores e outros produtores. E aplicava sua lógica do comércio, onde, praticamente, pouco ou quase dinheiro nenhum circulava.

Na década de 1960 ocorreu um dos movimentos grevistas mais importantes da época. Em um dos maiores seringais do Acre: o seringal Alagoas, que se localizava próximo ao rio Tarauacá e tinha por volta de 500 seringueiros em suas colocações. Em 1965, em razão dos baixos preços oferecidos pelo produto do corte do látex, suspenderam o corte de borracha. Após uma negociação, fecharam um acordo com o patrão. No ano seguinte, o seringal foi arrendado por outro patrão, que desconsiderou o acordo celebrado entre os seringueiros e o antigo patrão, reduzindo, inclusive, o preço praticado. Anteriormente foi acertado o valor de 1.000 cruzeiros pelo quilo da borracha, e o novo patrão ofereceu o pagamento de 850 cruzeiros. Não aceitando as novas condições, os trabalhadores suspenderam a entrega de borracha e formaram grupos para conter possíveis fura-greves. Cerca de 60 trabalhadores foram

---

<sup>297</sup> COSTA, Francisco Pereira. *Para a chuva não beber o leite*. Soldados da borracha: imigração, trabalho e justiça na Amazônia, 1940-1945/Francisco Pereira Costa; orientador Shozo Motoyama. – São Paulo, 2014, p. 108.

<sup>298</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 131.

negociar com o patrão, que cedeu à proposta dos seringueiros e passou a pagar o valor de 1.000 cruzeiros anteriormente praticado. Dias depois, a polícia militar intimidou os trabalhadores no seringal, algemando, espancando e torturando alguns seringueiros<sup>299</sup>.

Com a chegada dos sulistas, observa-se que a luta pela terra no Acre envolveu categorias sociais das mais diversas, de um lado advogado, juiz, grileiro, jagunço e policial, que constantemente figuraram como personagens nas disputas jurídicas e atos de violência que aconteciam entre posseiros e fazendeiros na luta pela terra. Contudo, apesar das diversas categorias sociais que participavam ativamente do processo de luta pela terra, sobressaíram as figuras do posseiro e fazendeiro<sup>300</sup>. Portanto, a luta pela terra no Acre, a partir da década de 1970, foi eminentemente uma luta entre posseiros (seringueiros, colonos, castanheiros, indígenas) e fazendeiros. A presente pesquisa se limitou ao estudo das lutas dos seringueiros acreanos contra os abusos cometidos pelos fazendeiros/proprietários.

Nesse contexto, a luta pela terra gerou uma crise que atingiu o campesinato e pode ser interpretada como um fenômeno pelo qual se deu a formação e expansão da empresa agropecuária na Amazônia. Uma crise que envolveu a luta pela posse (de fato) ou domínio (jurídico) da terra e, também, a expulsão do produtor autônomo ou ainda a sua proletarização e, sobretudo, a expropriação de relevante parte do campesinato de um de seus principais meios de produção e subsistência, a terra. Essa crise do trabalhador rural também contou com a participação ativa do Estado, favorecendo a empresa agropecuária em detrimento dos posseiros. A luta pela terra, portanto, teve por base o antagonismo entre a empresa capitalista e o campesinato<sup>301</sup>.

O processo de ocupação de terras devolutas não exigia nenhuma formalidade antecipada, bastava que houvesse a demarcação da área de posse,

---

<sup>299</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 133-134.

<sup>300</sup> Essa luta envolve as seguintes categorias sociais: o invasor, que ocupa a terra por um período que pode variar de um dia a um ano; o posseiro, que ocupa a terra por um ano e um dia ou mais; o grileiro, que procura ocupar essa terra mediante documentação falsa; o colono que é o posseiro que recebe de alguma agência do poder público uma licença de ocupação, um título provisório de propriedade ou um título definitivo; e o fazendeiro é o grande ou médio proprietário, cuja terra está escriturada, em forma provisória ou definitiva. IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 190.

<sup>301</sup> *Ibidem*. 180.

uma plantação de roça e a construção de um rancho. Em seguida deveria ser realizada a solicitação de título de posse, que posteriormente se tornaria um título definitivo. O que aparentemente parecia ser um procedimento simples, era praticamente impossível para os posseiros, em sua maioria analfabetos e sem recursos, deixaram que solicitar o registro formal das terras para seu nome, o que facilitou a sua expulsão pelos fazendeiros<sup>302</sup>.

Durante os primeiros anos de desocupação por parte dos fazendeiros os seringueiros/posseiros, inconformados com a situação se articulavam, por vezes individualmente, mas não conseguiram fazer frente ao poder que tinham os fazendeiros/proprietários, que como visto, utilizavam de violência e contavam com o apoio estatal (político, jurídico e econômico).

No Acre, a Delegacia do Trabalho, somente foi instalada no ano de 1969, passando a funcionar de maneira efetiva apenas em 1972. Já a Justiça do Trabalho (segunda Junta de Conciliação e Julgamento) foi criada em 1970, tendo realmente sido instalada no Estado apenas três anos depois. O INCRA foi instalado no ano de 1972 e, apesar das condições precárias de funcionamento, era responsável pela maior quantidade de reclamações de trabalhadores. Contudo, como visto, o órgão estava ligado aos interesses dos fazendeiros e, na maioria das vezes seus servidores, pressionavam os posseiros a abandonar suas terras recebendo ínfimos valores ou sem nada receber<sup>303</sup>.

Dessa forma, a chegada dos *paulistas* representa um verdadeiro colapso para a vida e trabalho dos seringueiros/posseiros. Vale lembrar que boa parte desses trabalhadores, com o declínio da borracha, permaneceu nas terras (colocações) e, além produzir para sua subsistência e sustento, com pequenas plantações e criações, ainda retirava das seringueiras o leite que, mesmo com a queda do preço e protagonismo no cenário internacional, ainda havia demanda para comercialização. Alguns ainda aviados, outros de maneira autônoma, outros como posseiros produzindo para um comércio local, o fato é que a expropriação dos seringueiros de suas terras representava um verdadeiro ataque aos seus modos de vida e à possibilidade de exercer o seu trabalho.

---

<sup>302</sup> IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 181.

<sup>303</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 131.

Como já mencionado, com a chegada dos *paulistas*, uma parte dos seringueiros deixou as suas terras e migrou para os centros urbanos, mormente Rio Branco, onde não tinham qualquer perspectiva de vida e de trabalho, eis que em suma tratava-se de pessoas com baixa instrução educacional, o que inviabilizava o trabalho na cidade, deixando-os em condição de miserabilidade. Outra parte não deixou as terras e, muito embora não fosse a preferência dos fazendeiros/proprietários a utilização de sua força de trabalho, permaneceram nas terras e se incorporaram ao novo modo de produção da empresa agropecuária, em situações de vida e de trabalho bastante precárias. E, ainda, houve aqueles seringueiros/posseiros que permaneceram em suas terras e enfrentaram o avanço violento da expropriação dos proprietários.

No Seringal Catuaba, em Rio Branco, ocorreu um dos primeiros confrontos em que seringueiros/posseiros se articularam coletivamente para lutar contra as tentativas de expulsão dos fazendeiros/proprietários.

Segundo a narrativa de Joaquim de Paulo<sup>304</sup>, os posseiros do Catuaba estavam na área com tempo que variava de 5, 10, 20 e até 40 anos. Com a abertura da rodovia BR-364, muitos deles deslocaram seus tapiris para a margem da estrada, facilitando assim as relações comerciais com marreteiros, que compravam os produtos dos seus roçados, borracha e castanha. A vida desses pequenos produtores transcorria com folga de suas famílias, apesar dos preços baixos pagos pela seringa<sup>305</sup>.

A partir de 1972, os *paulistas* começaram a visitar os seringueiros em suas colocações, alegando que haviam comprado e que iriam dar um prazo para que abandonassem as terras, pois não havia mais interesse na produção de borracha. Num primeiro momento, os posseiros até concordavam em sair, desde que houvesse o pagamento de uma. Contudo, o pagamento não acontecia e, por conseguinte, os seringueiros não deixavam as terras.

E, assim, os *paulistas* retornavam às colocações, ameaçavam os trabalhadores com a presença de jagunços, que ateavam fogo nas plantações, matavam animais e derrubavam os tapiris de moradia, impedindo ainda as atividades de coleta de castanha e extração do látex. Em alguns casos, os

---

<sup>304</sup> Joaquim Paulo foi seringueiro, ex-soldado da borracha e migrou do Ceará para o Acre em 1944. *Ibidem*. p. 154.

<sup>305</sup> *Ibidem*. p. 154-155.

posseiros eram ludibriados, pois os fazendeiros ofereciam um valor pela colocação, a título de indenização, faziam assinar um recibo e não pagavam<sup>306</sup>.

No ano de 1974, os seringueiros/posseiros se organizaram e resistiram às tentativas de expulsão do pseudo-proprietário, José Alexandre de Oliveira, que tinha por objetivo limpar as terras e vendê-las para um grupo de pecuaristas. Durante a tentativa de expulsão dos seringueiros que ocupavam a área, o posseiro Raul Veras matou o gerente do seringal e feriu um fiscal. No entanto, o INCRA já havia chegado à conclusão, desde o ano anterior, que as transcrições desse seringal no registro imobiliário eram irregulares.

Por se tratar de terras devolutas, após a resistência dos seringueiros, várias outras famílias sem terra também ocuparam a área seringueira. Em 1976, o juiz federal de Rio Branco determinou o sequestro do seringal e determinou a expulsão de 300 posseiros que ocupavam as terras, via força policial. O juiz determinou que apenas 70 posseiros permanecessem no local. Apesar disso, a luta não foi em vão, pois em 1980, parte do seringal, com cerca de 33.600 hectares, foi desapropriada, via Decreto n.º 85.077/80, regularizando, assim, as posses e os assentamentos dos trabalhadores rurais sem terra<sup>307</sup>.

Então, na década de 70 começam as compras de terra. O que que acontece, em muitos lugares isso aconteceu, porque não havia o legítimo proprietário de terras, o seringalista era um posseiro também, nesse tempo, porque eles chegavam numa área virgem, eles desbravavam, abriam aqueles grandes seringais e se tornavam posseiros. E aí o que que acontece. Os fazendeiros chegavam, iam nos cartórios com muito dinheiro, eles forjavam documentos, conseguiam a custo de dinheiro, de repente quando os fazendeiros do sul chegaram nos cartórios, começaram a aparecer documentos, títulos definitivos de terras, de proprietários de terras, tudo isso à custa de dinheiro, documentos comprados. Então foi a partir daí que começa essa luta. Aí o que que acontece. Começa logo a grande desmatagem. Começa a destruição, o fogo começa a dominar e começa o seringueiro a ser substituído pelo boi. E essa foi uma situação difícil<sup>308</sup>.

---

<sup>306</sup> COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992. p. 154.

<sup>307</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 69.

<sup>308</sup> Fala de Chico Mendes quando era Secretário do Sistema de Transferência de reservas (STR) de Brasília. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 235.

Uma outra luta coletiva organizada, aconteceu no Seringal Carmem, localizado em Brasília, próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia, onde já haviam acontecido conflitos entre bolivianos e brasileiros durante a Revolução Acreana. Em março de 1976, os seringueiros do Seringal Carmem reuniram suas famílias para defender suas posses e impedir o desmatamento realizado por peões que foram contratados pelos novos proprietários. O objetivo era limpar a área e dividi-la em colônias para que fossem revendidas aos colonos que migravam do sul do país. Foi inaugurada, então, uma nova etapa dos movimentos sociais: o empate, que se constituiu como uma modalidade de organização que passou a caracterizar as lutas dos seringueiros frente às tentativas de expulsão de seus territórios.

Empatar, no linguajar amazônico, quer dizer impedir. O empate às derrubadas, o embargo aos desmatamentos; foi essa a denominação dada a uma iniciativa local que resultou da organização do primeiro Sindicato no Acre e da consciência que adquiriram em relação aos direitos de posse assegurados pelo Estatuto da Terra<sup>309</sup>.

O empate do Seringal Carmem teve como integrantes famílias de seringueiros nativos e, que, tinham comprado suas colocações<sup>310</sup> no referido seringal. Os seringueiros que haviam chegado a menos tempo não sabiam que havia conflitos com o fazendeiro, Francisco de Souza Medeiros (Coronel Chicão). Com o objetivo de reconstruir a história, Mary Helena Allegretti entrevistou um dos seringueiros que estiveram no conflito:

A história é a seguinte. Nós tudo era morador lá no Carmen. Aí o patrão vendeu sem nós saber. O patrão era Valdemar Teles Brilhante. Ele era do Rio Grande do Norte. Vendeu pro Coronel Chicão, Francisco de Souza Medeiros. Aí nós, como seringueiro lá, vivia tranquilo, lugar bom, quando chegaram os peões dele, botando a mata abaixo. Porque sempre onde tem seringal tem o patrão, o freguês comprava a colocação queria trabalhar. Então o que foi que eu fiz: comprei a colocaçãozinha e fiquei lá. No segundo ano eles começaram a me

---

<sup>309</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 235.

<sup>310</sup> Era comum que os seringueiros comprassem colocações uns dos outros com a autorização do patrão.

atropelar, tem que sair daí, não pode ficar aí, foi aquele negócio todo. Porque antes desse ano que nós fizemos o empate, 76, eles demarcaram todinho o seringal em lotes prá botar o gado, e chamaram os peões prá desmatar. A minha colocação ficou, a do Pacheco ficou, tudo demarcado, prá colocar gente do Mato Grosso, gente que nós não conhecíamos, muita gente, tinha 100 homens lá naquela época, brocando o seringal Carmen<sup>311</sup>.

Em 1975, o fazendeiro com o objetivo de indenizar os posseiros, separou uma área do seringal (alagada, inapropriada para a realização de atividades agrícolas e impossibilidade para a exploração das seringueiras) para onde seriam transferidos os seringueiros, que foram compelidos a assinar um documento em que renunciavam o direito de posse. Os documentos foram assinados, mas naquele momento eles não tinham ciência do que estavam fazendo.

O fazendeiro então passou a atear fogo nas áreas em que se encontravam as colocações. Os seringueiros se filiaram ao Sindicato e argumentaram o direito de posse com base no Estatuto da Terra. Contudo, o conflito foi inevitável e, os seringueiros, se reuniram para empatar:

Nós tava quase tudo desesperado. Fomos avisar todo mundo. A gente começou às 7 horas da noite. Isso era no dia 7 de maio de 76, que nós tava fazendo a viajada de noite, prá dia 8 começar o empate. Aí quando foi uma hora da madrugada, duas horas, três horas da madrugada, começou a chegar os companheiros, aquilo tudo revoltado, com as espingardas tudo nas costas e nós chegamos lá no Pacheco, 4 horas da madrugada. 'Vamos empatar'. Nós com as espingarda assim nas costas, aí as mulheres disseram: 'Vocês vão arriscar uma coisa muito difícil. É vida ou morte. Ou nós fica, ou já vai pro céu, vamos direto'. E nos organizamos aí e saímos<sup>312</sup>.

Os seringueiros reunidos conseguiram impedir a derrubada das colocações e as queimadas na floresta:

Daí chegou a hora dele vir de lá prá cá fazendo a broca. A primeira peãozada que nós encontramos tava ali já pro campo do Pacheco. Era 8 horas do dia. E dissemos: "Pára o serviço aqui. Pára a broca. Nós

---

<sup>311</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 238.

<sup>312</sup> *Ibidem*. p. 241.

não temos nada contra vocês, mas tem que negociar, depois de nós conversar com o chefe daqui da fazenda, aí vocês continuam brocando, vocês não vão perder nada com isso. Mas vocês vão parar o trabalho aqui'. Mas os peões, quando nós chegamos lá, eles pararam, eles disseram que nós tinha direito. Lá prá eles lá, de onde ele vinham, já existia. Se não fizesse o empate, eles acabavam com tudo. Aí eles disseram: 'Mas nós não resolve nada, vocês têm que falar com o gato...Nós viemos ganhar nosso dinheiro, mas não temos nada com isso'. Então nós falamos: 'Então vocês param que nós vamos lá na sede de vocês'<sup>313</sup>.

E, esse foi o primeiro empate que se teve notícia. Posteriormente os seringueiros fizeram um acordo com o fazendeiro, com a presença do Sindicato (CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), para que permanecessem em uma área de 30ha cada uma das famílias. Considerando que uma colocação de seringa possuía 300ha, o acordo não foi vantajoso para os seringueiros, mas a essa primeira lida com o empate serviu de experiências para que seringueiros dos mais variados seringais também se organizassem coletivamente.

O empate no Seringal Carmem representou uma primeira experiência de reação às expulsões cometidas pelos fazendeiros no Acre, naquele momento – em muitos casos sem a percepção de qualquer indenização. A ação dos seringueiros foi também incentivada pela tomada de ciência acerca do Estatuto da Terra, com a participação do sindicato na região, fazendo com que a lei fosse cumprida pelas autoridades locais e pelo fazendeiro.

A partir de então, os empates contra as derrubadas e queimadas passaram a ser a principal forma de articulação dos seringueiros contra os abusos cometidos pelos fazendeiros/proprietários, o que se espalhou por todo o Vale do Acre e representou um avanço de organização coletiva fundamental para a manutenção da posse, de suas condições de vida e de preservação da floresta (ainda que nesse momento essa ainda não fosse uma pauta central dos seringueiros, ela se tornaria em um futuro próximo)<sup>314</sup>.

---

<sup>313</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 242.

<sup>314</sup> Mas ainda não estava em questão o desmatamento e os prejuízos que causava ao meio de vida dos seringueiros, elemento que somente surgiu posteriormente na luta destes trabalhadores. O empate do Carmen foi contra as derrubadas porque derrubar a floresta era a forma de assegurar a propriedade ao fazendeiro e eliminar a posse do seringueiro. Não havia,

Os seringueiros haviam descoberto, por conta própria, um espaço específico de pressão em relação aos fazendeiros, que era o empate. Através dele haviam diminuído as expulsões e estabelecido um espaço de negociação com o governo. E continuaram utilizando essa estratégia de combate em inúmeras batalhas nos anos seguintes ao empate do Carmen. Mas esbarravam na ausência de uma solução para o problema que, no fundo, perseguiram: continuar sendo seringueiros.

(...)

Um balanço da realidade do Acre, (...), expressa relações sociais em aberto confronto. Fazendeiros e seringueiros estavam em guerra. E a vitória de um lado significaria a derrota do outro. Para continuar existindo, os seringueiros precisavam impedir que as fazendas se consolidassem. Era o direito de posse, de um lado, e o poder econômico do outro, sobre um mesmo território. Fazendeiros destruíram e queimaram barracas de posseiros, seringueiros foram presos, reagiram, fizeram emboscadas, mataram e foram mortos<sup>315</sup>.

Assim, até então, o empate, enquanto articulação de um movimento social organizado teve repercussões nas relações de trabalho na luta pela autonomia do processo de comercialização da borracha; no âmbito social com o impedimento da expulsão dos seringueiros de suas posses nos seringais, quando vendidos para os fazendeiros; no reconhecimento do direito de indenização pelas benfeitorias que haviam realizado nas colocações e, por fim, como um próprio desdobramento do direito de indenização pelas benfeitorias, o próprio direito de posse, nos termos do Estatuto da Terra<sup>316</sup>.

Portanto, as lutas para empatar que no início tinha o objetivo de fazer frente aos abusos cometidos pelos fazendeiros, vai se tornar um movimento organizado, que vai lutar por melhores condições de trabalho - com a ruptura por completo do monopólio do barracão, que desde o início da atividade nos seringais tem sido pauta dos seringueiros -, luta essa que impactou diretamente em uma melhoria na condição social desses trabalhadores, que poderiam vender a sua produção e comprar mercadorias para o seu sustento a preço de mercado,

---

portanto, nenhuma conotação ambiental na ação realizada naquele momento. Tanto isso é verdade que a área de floresta na qual estavam as colocações dos que participaram foi toda desmatada depois que eles saíram, em função do acordo realizado e não existe registro de que isso tenha sido considerado uma perda, naquele momento. *Ibidem*. p. 249.

<sup>315</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 319-320.

<sup>316</sup> *Ibidem*. p. 323.

sem necessariamente estarem vinculados aos preços praticados pelos seringalistas.

A partir de 1982, os empates passaram também a empatar as derrubadas em áreas onde não haviam posseiros. Essa nova estratégia tinha como objetivo manter a especificidade do trabalho extrativista, de modo que a luta pela terra também passou a ser que não fossem expulsos da floresta. E, nesse sentido, defender a atividade extrativista e o próprio modo de viver e de trabalhar enquanto seringueiro, a partir, inclusive, da dimensão da colocação, que também passou a ser defendida enquanto expressão do direito de posse desses trabalhadores<sup>317</sup>.

A partir de 81 a gente começa a discutir uma outra forma, não vamos mais sentar com o fazendeiro, não vamos sentar mais prá negociar, fazer acordo no escuro que só tem trazido prejuízo prá nós. E começa então a resistência prá não se permitir indenização nenhuma, nem loteamento nenhum. A questão é empatar mesmo. E começa a resistência. Em 81 nós tivemos mais de 112 dirigentes sindicais, trabalhadores presos, encurralados em caminhões, pela polícia militar, cercados por metralhadoras, presos, batidos, mas a avaliação nossa era que tinha que resistir na luta. E foi se generalizando: 82, 83, 84, os empates, resistência e derrotas da nossa parte, porque como os fazendeiros têm grande influência no poder político no Estado eles contam com o aparato policial, pagavam a polícia. A gente ia lá mas ia enfrentar as bocas das metralhadoras. Agora, a gente começou uma outra tática, de levar mulheres, crianças, todo mundo, prá frente dos empates, prá frente de luta, e as mulheres assumiam as frentes de comando com as crianças, porque eles iam pensar duas vezes em atirar numa criança, numa mulher de um trabalhador. E a gente foi na base da pressão. (Entrevista de Chico Mendes para Lucy Paixão Linhares, janeiro de 1988, Rio Branco, Acre)<sup>318</sup>.

Nesse contexto, deve-se pontuar que no início, ainda sem consciência da importância da proteção da floresta, as lutas para empatar de certa forma também eram lutas que evitavam a derrubada de árvores e queimada da floresta. Portanto, ao mesmo tempo em que os seringueiros lutavam para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, lutavam para a proteção da floresta.

---

<sup>317</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 324.

<sup>318</sup> *Ibidem*. p. 324-325.

### 3.5. O ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS E A DEFESA DA FLORESTA

Nos anos que antecederam o Encontro Nacional dos Seringueiros (1985), o movimento de organização dos seringueiros acreanos foi se fortalecendo e ganhando novos contornos. A preocupação com a floresta passou a se tornar uma das pautas do movimento, que também se ocupou de criar escolas para a alfabetização dos filhos dos seringueiros e de lutar para permanecer não somente nas terras, mas exercendo e vivendo da sua atividade.

Muito embora a procura pelo látex tivesse diminuído nas últimas décadas, certo é que a produção da borracha ainda era significativa no Estado<sup>319</sup>. Os seringueiros começaram então a empatar as derrubadas ainda que não tivessem atingido a posse de alguém. O que significava que estavam lutando, também, pela proteção da floresta, uma vez que passaram a questionar que as áreas desmatadas não estavam sendo utilizadas de maneira produtiva. Além disso, representava resistência contra uma nova forma de atuação dos fazendeiros, que desmatavam áreas desocupadas, mesmo que não fossem produzir, apenas para impedir que os seringueiros reocupassem colocações abandonadas<sup>320</sup>.

Em 1985, o nosso movimento continuava ainda muito isolado, a gente não conseguia uma repercussão maior porque a imprensa, sempre, apesar de contar com jornalistas importantes que deram muita contribuição, sempre os dos da imprensa boicotavam a divulgação de nossa resistência, e foi só a partir de 1985 que surgiu na nossa cabeça a ideia de realizar o Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília. (...) Nós criamos uma entidade denominada Conselho Nacional dos Seringueiros. Porque até hoje, desde o século IXI, existe o Conselho da Borracha, e quem aparece como produtor de borracha neste conselho são os seringalistas, os patrões. Nós queríamos provar ao governo que os verdadeiros produtores da borracha somos nós, os seringueiros. Daí a importância do Conselho Nacional dos Seringueiros. Com isso, nós conseguimos emplacar a nível

---

<sup>319</sup> Apesar de toda sua destruição a borracha ainda se apresenta como primeira alternativa econômica para a região: como prova disso, em 86, no Estado do Acre, a borracha foi responsável por 45% da arrecadação do ICM, enquanto a pecuária com todos os seus milhares de bois foi responsável apenas pela arrecadação de 5% do ICM. Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p. 18.

<sup>320</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 356.

internacional esta luta em defesa da Amazônia por que aí vinha também a questão ecológica, ambiental. (...)

Os observadores internacionais constataram que a nossa luta também, apesar de ser uma luta pela sobrevivência, em defesa da vida, tinha um caráter ecológico ambiental muito grande. Isto despertou a curiosidade dos ambientalistas internacionais e em janeiro de 1987, nós recebemos uma comitiva da ONU que foi aos seringais em Xapuri no Acre observar o nosso trabalho, o nosso movimento e resistência<sup>321</sup>.

No Encontro Nacional dos Seringueiros<sup>322</sup> foram discutidas questões relacionadas ao desenvolvimento e preservação da Amazônia, de modo que os seringueiros passaram a se articular para que participassem institucionalmente na elaboração de uma política de desenvolvimento voltada para os seringueiros e para a proteção da mata.

No que tange à reforma agrária foram feitas as propostas seguintes:

- 1 – Desapropriação dos seringais nativos.
- 2 – Que as colocações ocupadas pelos seringueiros fossem marcadas pelos próprios seringueiros, utilizando-se como parâmetro as estradas de seringa.
- 3 – Não divisão das terras em lotes.
- 4 – Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros.
- 5 – Que não haja indenização das áreas desapropriadas, não recaindo seu custo sobre os seringueiros.
- 6 – Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais<sup>323</sup>, no que diz respeito a um módulo específico de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, e obedecendo à realidade extrativista da região.

---

<sup>321</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p.16-17.

<sup>322</sup> O Encontro Nacional foi organizado em torno de cinco temas: Direitos Históricos dos Soldados da Borracha; Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia; Os Seringueiros e a Reforma Agrária; Política para a Borracha; Cultura, Educação e Saúde nos Seringais. Todas as mesas iniciavam com o depoimento de um seringueiro sobre o tema e com apresentações técnicas de pesquisadores, parlamentares e representantes de órgãos públicos. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 430.

<sup>323</sup> Congresso organizado pela CONTAG e que aconteceu no final de maio de 1985, em que ficou definido o tamanho de uma colocação.

7 – Que os seringueiros tenham assegurados o direito de enviar seus delegados à Assembleia Nacional Constituinte, para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades<sup>324</sup>.

Com relação à política da borracha, os seringueiros apresentaram as seguintes propostas:

- 1 - O seringal nativo deve ser preservado e não acabado.
- 2 - Deve ser assegurada a representação dos seringueiros no Conselho Nacional da Borracha e na SUDHEVEA.
- 3 - Reajuste trimestral do preço da borracha de todos os tipos, para o seringueiro, com base no aumento da inflação.
- 4 - Divulgação imediata das tabelas de reajustes, com distribuição para os órgãos de classe e anúncio pela Radiobrás.
- 5 - Criação do Conselho Nacional de Seringueiros a partir de seus órgãos de classe.
- 6 - Aprovação de pequenos projetos para a plantação de seringueiras, castanheiras e fruticultura em geral, bem como de conservação de seringueiras nativas, adultas e produtivas, sendo esses projetos destinados aos seringueiros.
- 7 - Apoio à formação de cooperativas de consumo, com financiamento para transporte e distribuição.
- 8 - Que a mini-usina seja administrada cem por cento por seringueiros, com assistência técnica fornecida pela SUDHEVEA.
- 9 - Que seja extinta a renda em toda a região produtora de borracha.
- 10 - Que seja assegurada a liberdade de comercialização de todos os tipos de borracha diretamente pelos seringueiros.
- 11 - Garantia de oportunidade para os seringueiros que foram expulsos pelo latifúndio para o estrangeiro, de retornar à pátria como seringueiros<sup>325</sup>.

Desse Encontro Nacional, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), uma entidade que passou a representar os interesses dos seringueiros politicamente e a formulação da proposta de criação das Reservas

---

<sup>324</sup> DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 115-116 *apud* Resoluções do 1º Encontro Nacional de Seringueiros na Amazônia, realizado em Brasília, de 11 a 17 de outubro de 1985, p. 2, (Mimeogr.).

<sup>325</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais* – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 438.

Extrativistas<sup>326</sup> foram passos importantes para essa classe de trabalhadores, que até então invisibilizados passam a se tornar símbolo de luta e de preservação da floresta.

A Reserva Extrativista era uma formulação propositiva inspirada nas terras indígenas. Proposta que foi sendo amadurecida com o passar dos anos. Em 1985 ainda não se tinha a ideia de como poderia ser implementada institucionalmente. De toda sorte, tornou-se uma ideia que tinha por objetivo contrapor às propostas oficiais de Reforma Agrária, que em verdade não distribuíam terras e não eram aderentes à realidade do trabalhador seringueiro.

A Reserva Extrativista é a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Nas Reservas Extrativistas, não há títulos individuais de propriedade. Nelas serão respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não predatórias, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As Reservas Extrativistas não serão áreas inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, darão continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros. A Reserva Extrativista não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza pelos que dela dependem, e uma alternativa econômica para a Amazônia<sup>327</sup>.

---

<sup>326</sup> Os participantes definiram ali o que seriam as “reservas extrativistas”, anunciadas em 1985: terras da União (formulação inspirada no modelo das reservas indígenas) sobre as quais os trabalhadores teriam direito perpétuo de usufruto. Essa solução resultou de uma discussão detalhada de alternativas, que incluíram desde a propriedade individual de colocações até a propriedade condominial. Nenhuma das alternativas, porém, bloqueava o risco de venda de terras para fazendeiros, e isso foi o que pesou no momento de circunscrever as características que deveriam ter as reservas extrativistas. Qualquer seringueiro que vendesse sua terra colocaria em risco a dos vizinhos. Só a ocupação coletiva e sem possibilidade de comercializar a terra evitaria a tragédia da privatização da natureza que assolava os seringueiros de Xapuri e Brasília. ALMEIDA, Mauro W.B. de. *Direitos à floresta e ambientalismo: Seringueiros e suas lutas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, núm. 55, junho, 2004, p. 45.

<sup>327</sup> BARBOSA DE ALMEIDA, M. W.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. *O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 48, p. 25-55, nov. 2018. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes *apud* STR/CNS/CUT. Chico Mendes. Coordenação Editorial: F. Pachalski, M. Allegretti, M. B. Pereira, M. W. B. de Almeida e N. Balcão. Xapuri e São Paulo: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros e Central Única dos Trabalhadores, 1989.

Apesar do intenso movimento de seringueiros em Xapuri, a ideia da criação das Reservas Extrativistas partiu dos seringueiros de Rondônia, mais especificamente no município de Jaru. Os seringueiros deste município começaram a apresentar propostas para a criação de reservas tais como as Reservas Indígenas. Em seguida transcreve-se um trecho do representante do município, defendendo a solução para o problema dos seringueiros:

Aqui nós fizemos a proposta de cada colocação... e eles tinham uma produção de 2.000 quilos de borracha, anual. Eles vendem o produto lá dentro, ninguém sabe como é que faz, eles não têm recursos, nada. Então, a colocação de cada seringueiro é à base de 300 a 350 hectares, e é onde eles ocupam a área. Lá dentro existem os conflitos de terra, entre colonos e esses fazendeiros que vão lá dizendo que são donos, são deputados e estão invadindo as terras e o pobre do seringueiro lá fica bem ruim. Então, a proposta que nós estamos colocando... eles não têm assistência médica, não têm assistência nenhuma de saúde, de educação, então, isso aí são propostas que nós estamos colocando aqui. Não temos cooperativa, vivemos aí ao léu. Assim como também existem muitas coisas que nós devíamos ter um direito... quer dizer, que os índios têm direito a uma área, reserva florestal dos índios, e o seringueiro também devia ter uma reserva florestal para os seringueiros, porque lá nós temos terra, o Jaru é uma área que tem terra em abundância para dar para os seringueiros, para os índios e para os colonos<sup>328</sup>.

Observa-se, assim, que a proposição de criação da Reserva Extrativista protegia institucionalmente a manutenção da atividade extrativa, a vida nas colocações, a autonomia na compra e venda de borracha e de produtos para subsistência, bem como protegia o seringueiro em relação à eventual comercialização das terras, já que a propriedade pertenceria à União, com usufruto dos trabalhadores. E, com tais medidas, conseqüentemente a floresta também seria preservada, uma vez que os seringueiros possuíam uma relação com a seringueira bem diferente da que os fazendeiros e seringalistas possuíam com as terras. Os seringueiros compreendiam e passaram a compreender ainda mais a importância dos seringais para a manutenção do seu modo de vida.

---

<sup>328</sup> Vide mais sobre o tema em ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 421-422.

Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta alternativa de conservação da Amazônia. Estas propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas. Os seringueiros não interessam e nem querem o título de propriedade, nós não queremos título nenhum e nem ser donos da terra, o que nós queremos é que a terra seja de domínio da União e de usufruto para os seringueiros, e dos habitantes da floresta. Nós apresentamos uma alternativa economicamente viável quando colocamos a questão de se priorizar os vários produtos que existem na Amazônia e que hoje estão ameaçados e nunca foram levados a sério pelo governo brasileiro. (...) Nós temos, por exemplo, vários produtos extrativos além da borracha: a castanha, o patuá, o assaí, babaçu, copaíba, tucumã, e tantas outras variedades de produtos que eu não lembro no momento e que é possível transformar em produto, desde que o governo leve a sério criar uma política de comercialização destes produtos, e com o uso racional da terra<sup>329</sup>.

Raimundo de Barros que foi seringueiro e vereador em Xapuri em entrevista realizada demonstrou a preocupação dos seringueiros com a manutenção da vida das seringueiras e a sua exploração sustentável:

As árvores têm bandeira de um lado, que é um espaço que a gente faz na árvore de um palmo, um palmo e meio, e o resto a gente deixa livre, que é pra quando essa arriação – o risco que o seringueiro vai dando – encostar no chão, o outro lado estará livre para fazer a outro arriação. Enquanto esse lado que a gente riscou se recupera – no decorrer de dois ou três anos ele sara tudo – a gente termina a bandeira do outro lado e então volta-se de nodo par cortar onde já cortou há três anos atrás<sup>330</sup>.

Em 1986, o CNS aprovou a Campanha em Defesa da Floresta, que tinha entre outros objetivos promover uma aliança com os povos indígenas, fortalecendo os vínculos entre seringueiros e indígenas, entendendo que existem entre eles interesses comuns na defesa da mata e de um modelo de desenvolvimento que proteja os seus modos de vida. Movimento esse que culminou na criação oficial, em 1990, da Aliança dos Povos da Floresta, que reafirmava a defesa das Terras Indígenas e das Reservas Extrativistas, muito

---

<sup>329</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p.18.

<sup>330</sup> *Ibidem*. p. 25.

embora na prática as lideranças seringueiras e indígenas já articulavam em conjunto<sup>331</sup>.

É o que remonta a fala de Chico Mendes sobre a aliança entre indígenas e seringueiros:

Uma outra coisa importante que esqueci de colocar pra vocês, também, e que fortaleceu muito a nossa luta, quando eu falei inicialmente que os seringueiros foram usados para o confronto contra os índios e que mataram milhares de índios, hoje essa mentalidade mudou, hoje existe uma aliança com os Povos da Floresta que têm tido uma repercussão muito grande. O índio, apesar de ter sido massacrado pelo branco, começou a entender que o seu verdadeiro inimigo não é o seringueiro, mas são realmente os patrões e os latifundiários, e foi exatamente com esse pensamento que se acabou de selar a aliança dos Povos da Floresta, a aliança dos índios e seringueiros. Esta foi uma proposta encabeçada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela União das Nações Indígenas e infelizmente eu cheguei muito em cima da hora hoje, porque se eu tivesse chegado antes, eu gostaria que tivessem convidado o companheiro Ailton Krenack, que é um dos companheiros que foi um dos cabeças deste movimento de aliança dos povos da floresta. É uma aliança que tem fortalecido muito esta questão da pressão aos bancos internacionais, principalmente para a Amzônia<sup>332</sup>.

Uma união de entre os povos da floresta, entre os oprimidos, que lutavam entre si no passado e que se uniram no futuro contra o verdadeiro inimigo. Uma aliança pela preservação da floresta, pela preservação do modo de vida de cada um. Uma aliança pela sobrevivência que vai desencadear em avanços do ponto de vista material, com a criação e ampliação das Reservas Extrativistas e Indígenas.

### **3.5.1 O assassinato de Chico Mendes e a conquista das reservas extrativistas**

Francisco Alves Mendes Filho, ou apenas Chico Mendes, foi um dos maiores líderes político, ativista social e ecológico da história do movimento dos

---

<sup>331</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 554-555.

<sup>332</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p. 18.

trabalhadores no Brasil. Nasceu em 1944, em uma família de seringueiros no seringal Porto Rico, em Xapuri, na fronteira com a Bolívia. Seu avô era migrante nordestino e, o seu pai, analfabeto, não consentia com o modelo de exploração dos seringais. Ao contrário da maioria dos seringueiros, Chico foi influenciado e teve a oportunidade de ser alfabetizado por um refugiado político brasileiro na Bolívia, Euclides Terra. Quando jovem já havia organizado movimentos por não pagamento de renda e comercialização autônoma da borracha<sup>333</sup>.

O líder político compôs a primeira diretoria, ocupando a função de secretário do primeiro sindicato que surgiu em Brasiléia, no ano de 1975. Dois anos depois foi vereador pelo MDB e ajudou a construir o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo se filiado ao partido em 1980. Com o assassinato de Wilson Pinheiro no mesmo ano, que culminou na desarticulação do movimento sindical em Brasiléia, Chico vai refletir e começar a fazer um trabalho de base social, com um projeto de alfabetização de adultos, Projeto Seringueiro, e organização de uma cooperativa com seringueiros que empatavam contra um frigorífico paulista que planejava um desmatamento para a implementação de pecuária extensiva em Xapuri.<sup>334</sup>

Em 1985, liderou a organização do primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, o que fez com que a luta dos seringueiros passasse a ganhar repercussão nacional e internacional, resultando, inclusive, em um documentário, que mostrou a luta do líder para proteger os povos e a floresta, produzido por Adrian Cowell, em 1987, chamado “Eu quero viver”<sup>335</sup>.

Chico foi líder das negociações que se constituíram na ase da Aliança dos Povos da Floresta, com o objetivo de preservar a floresta e o modo de vida dessas populações, de forma que pela primeira vez o projeto de criação da reserva extrativista foi definida no âmbito leal pelo INCRA, por meio da Portaria n.º 627, de julho de 1987, denominado Projeto de Assentamento Extrativista, que reconhecia o modo de vida dos seringueiros destinado a áreas de riquezas

---

<sup>333</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

<sup>334</sup> *Ibidem*.

<sup>335</sup> Site Memorial Chico Mendes. Disponível em: <<http://www.memorialchicomendes.org/chicomendes/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

extrativistas, que deveriam ser exploradas de maneira ecologicamente sustentável<sup>336</sup>.

Mendes discursou na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também em 1987, em Miami (EUA), onde denunciou a destruição da floresta em razão da construção da BR-364 e requereu a suspensão do financiamento pela instituição internacional, que cortaria os estados de Rondônia e Acre.

No ano seguinte, foram desapropriadas as terras do seringal Cachoeira, cujo título de propriedade legal pertencia a Darly Alves, tendo sido criada a primeira Reserva Extrativista do Acre. Sobretudo após a desapropriação das terras do seringal Cachoeira, Chico Mendes passou a ser ameaçado veementemente, não por acaso, denunciou o fato inúmeras vezes publicamente. O sindicalista ganhou vários prêmios internacionais, a exemplo do Global 500 da ONU, mas nem isso foi suficiente para evitar o seu assassinato em 22 de dezembro de 1988, a mando do mesmo Darly Alves<sup>337</sup>.

O assassinato de Chico Mendes demonstrou mais uma vez para a história do movimento social dos oprimidos que a sociedade capitalista vive em um estado de exceção permanente. Aqueles que lutam pela libertação e pela melhoria das condições de vida daqueles que são despossuídos, estão a todo tempo lutando pela sobrevivência e pela possibilidade de poder denunciar as condições sob as quais os detentores do capital se enriquecem cada vez mais. Sob ameaças de prática de crime e de morte, o capitalismo põe a sua disposição todo o tipo de violência para conter a mínima possibilidade de libertação, eis que se vê ameaçado.

Nesse contexto, após o assassinato do líder sindical a pressão, sobretudo, internacional para que as Reservas Extrativistas fossem institucionalmente constituídas foi bastante aguda. Do ponto de vista legislativo, a Constituição de 1988 determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público, avançando na possibilidade de criação de reservas. A Lei n.º 7.804 de 24.07.1988 compatibilizou a Política Nacional de

---

<sup>336</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

<sup>337</sup> Site Memorial Chico Mendes. Disponível em: <<http://www.memorialchicomendes.org/chicomendes/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

Meio Ambiente com os dispositivos constitucionais de 1988 e incluiu de maneira expressa as Reservas Extrativistas<sup>338</sup> como um espaço territorial que deveria ser especialmente protegido pelo poder público. Assim, por meio do Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990, foi criada a primeira Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, área que foi declarada como interesse ecológico e social. No mesmo sentido, foi definido o modelo de Reserva Extrativista como forma específica de regularização fundiária e ambiental<sup>339</sup>.

O Decreto, em seu art. 3º, definiu também os elementos que deveriam estar presentes na criação de cada uma das reservas, dentre os quais: a reserva estava destinada a população extrativista, ou seja, “seringueiros, castanheiros e ribeirinhos fixados em sua grande maioria na região Norte do país, convivendo harmoniosamente com o ecossistema, extraindo de forma economicamente viável e ecologicamente sustentável o que o próprio sistema produz” e o reconhecimento das colocações como unidade de produção familiar em áreas sob o domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações<sup>340</sup>.

Registra-se aqui um trecho da justificativa de proposição da reserva, que fora elaborada pelo Ministro do Interior e que estava ligado ao IBAMA, órgão que ficou responsável pela nova unidade de conservação:

(...) a Reserva Extrativista possibilitará a conservação dos recursos renováveis existentes, bem como sua exploração de forma sustentável pela população com tradição extrativista e que já habita a região. Com a criação da Reserva Extrativista será possível a conciliação de ações extrativistas, principalmente a exploração da borracha em seringais nativos, que é a principal atividade econômica da região, com a

---

<sup>338</sup> O Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990, definiu as Reservas Extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. E justificou: [...] Os planos de conservação ambiental para a Amazônia não levaram em conta no passado a existência de populações locais que habitam a floresta, retirando dela meios para viver, mediante o uso de técnicas não-predatórias [...] os planos de desenvolvimento não reconheceram no passado a contribuição positiva que as populações extrativistas podem dar para a riqueza nacional [...] Este conceito [de Reserva Extrativista] se distingue de unidades de conservação que prevêm atividades de exploração sujeitas a planos de manejo, mas não levam em conta as populações locais, seus direitos, sua organização e sua tradição cultural. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

<sup>340</sup> *Ibidem*.

conservação da natureza, especialmente pela presença de endemismos e diversidades biológicas específicas desta região<sup>341</sup>.

As Reservas Extrativistas surgiram, portanto, das experiências dos seringueiros com o modo de vida na floresta, a partir da exploração do látex de forma equilibrada e sustentável, que foi sendo apreendida no tempo. A troca de saberes com as sociedades indígenas e a própria forma com que passaram a ser conscientizar no que se refere à manutenção da floresta foi determinante para que se construísse um conceito de reserva que tivesse em conta as suas reais necessidades.

Raimundo de Barros, mencionou em entrevista sobre a relação do seringueiro com a terra e com a comunidade em que vive:

O seringueiro, pela sua origem, já é uma pessoa que não tem interesse em ser proprietário. O interesse do seringueiro é ter a terra, ter a seringa, ter a castanha, ter tudo aquilo lá na floresta para a sobrevivência dele. Ele já tem uma vida comunitária, um relacionamento pode-se até dizer socialista junto com os companheiros seus, e ele não se apegava à propriedade da colocação. Na nossa proposta de criação de reserva extrativista, nós não reivindicamos a propriedade do Estado, ou da nação, é o direito de usufruto para os seringueiros, levando-se para as reservas a estrutura que é necessária e que o seringueiro até hoje não teve: a escola, a saúde, o meio de comercializar produtos. As colocações são trabalhadas na medida do tamanho da família. Uma família menor ocupa uma colocação menor e uma maior ocupa uma colocação maior. O que divide uma colocação da outra é a própria estrada de seringa, onde ela termina, ali termina a colocação<sup>342</sup>.

As experiências adquiridas com a vivência na mata fizeram com que enxergassem a importância da floresta na manutenção do seu modo de vida e na manutenção do próprio ecossistema mundial. Se, antes, lutaram contra os povos indígenas, senão mais oprimidos que eles próprios, compreenderam que o inimigo era outro e passaram a realizar uma luta radical e anticapitalista. Os *empates* que começaram timidamente com o objetivo de manutenção da posse e/ou pleitear um direito de indenização pelas benfeitorias nos seringais e contra

---

<sup>341</sup> ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

<sup>342</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p. 31.

os abusos cometidos pelos seringalistas com o monopólio do barracão, vão tomando dimensões cada vez mais radicais e de ruptura com o sistema de dominação vigente.

### 3.5.2 As lutas dos seringueiros e o Ecosocialismo

Se conscientizar e enxergar que a realidade poderia ser bastante diferente da experimentada por cerca de 100 anos, foi determinante para que os movimentos tivessem êxito. Sem romantizar, mas utilizando a experiência dos seringueiros como um eixo histórico e de experiências para as lutas que virão, já que com todas as contradições que se constituíram os movimentos sociais, de avanços e retrocessos, de vitórias e de derrotas, a leitura do sindicalismo brasileiro merece ser contada também a partir da organização coletiva desses trabalhadores.

E, assim, faz-se necessária a citação de Walter Benjamin sobre o fazer histórico.

Contar a história também deve ser um ato político e, na visão desse trabalho, também partir da história dos vencidos. Nesse sentido, o autor vai mencionar que a verdadeira libertação também pode ser experimentada contando-se a história daqueles que não foram os vencedores, é uma forma de repassar as experiências do passado para o presente e o futuro e quiçá contribuir, de alguma maneira, para que os vencidos se tornem os vencedores.

E, é justamente por tais elementos que foram explorados até o momento que aproximam as lutas dos seringueiros às perspectivas estratégico-revolucionárias ecosocialistas<sup>343</sup>, para utilizar da expressão de Gustavo Seferian, que se entende por mais adequada, na medida em que lutaram e continuam lutando contra uma das formas do modo de produção capitalista altamente opressora (os mais diversos desdobramentos do aviamento), contra a instituição da falsa propriedade privada (enquanto verdade universal e indissociável da sociedade contemporânea), contra os abusos cometidos pelo Estado (sempre legitimando violências e criminalizando movimentos de libertação), contra a superexploração do seu trabalho e dos recursos da floresta,

---

<sup>343</sup> SEFERIAN, Gustavo. *Onze proposições sobre o Direito do Trabalho desde a perspectiva ecosocialista*. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 4, p. 89-110, 2019.

se unindo a outras classes de oprimidos e propondo uma nova maneira de sociabilidade, que rompe radicalmente com a estrutura capitalista, eis que pautada em uma relação de equilíbrio e sustentabilidade com a natureza e, de cooperação com os seus próprios companheiros.

A preocupação ecológica e a perspectiva anticapitalista das lutas possuem uma aproximação com o Ecosocialismo, que nas palavras do sociólogo Michael Löwy:

Trata-se de uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo que o livra das suas escórias produtivistas. Para os ecosocialistas a lógica do mercado e o lucro – assim como a do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ – são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural. Ainda que critiquem a ideologia das correntes dominantes do movimento operário, eles sabem que os trabalhadores e as suas organizações são uma força essencial para qualquer transformação radical do sistema, e para o estabelecimento de uma nova sociedade, socialista e ecológica<sup>344</sup>.

O ecosocialismo se mostra, portanto, como uma alternativa de civilização radical ao “progresso destrutivo” do capitalismo<sup>345</sup>. É radical na forma de ruptura como as formas econômicas capitalistas e é radical também no que se refere à sua implementação, uma vez que tal construção pressupõe a participação ativa dos trabalhadores e oprimidos.

Aqui faz-se o registro de que, o Ecosocialismo não é unicamente uma corrente de pensamento, não é um conceito meramente teórico e, sobretudo, não se trata de uma linhagem acadêmica. O Ecosocialismo ou, as perspectivas estratégico-revolucionárias ecosocialistas<sup>346</sup>, deve estar conectado e indissociável a uma *prática revolucionária de caráter sócio-ambiental anticapitalista e avessa a qualquer forma de produtivismo*<sup>347</sup>. Nesse sentido, *o corpo teórico ecosocialista é também um derivativo que se projeta a um*

---

<sup>344</sup> LÖWY, Michael. O que é o ecosocialismo? – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. – (Coleção questões da nossa época; v. 54). p. 44.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

<sup>346</sup> SEFERIAN, Gustavo. Onze proposições sobre o Direito do Trabalho desde a perspectiva ecosocialista. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 4, p. 89-110, 2019.

<sup>347</sup> SEFERIAN, Gustavo. *Ecosocialismo e humanismo*. Germinal: marxismo e educação em debate, n. 13, p. 515-534, 2021c.

*conjunto de lutas sociais e ecológicas que a ele precedem*<sup>348</sup>. E, essas lutas, portanto, servem de subsídio para esses marcos teóricos.

Além disso, também deve-se pontuar que, muito embora as teorias ecossocialistas encontrem seu maior sustentáculo nos aportes marxistas, certo é que por aí não se esgotam. É, a partir das mais diversas apreensões das experiências dos trabalhadores e dos que são oprimidos nesse sistema social contemporâneo que o Ecossocialismo se constrói<sup>349</sup>.

E, por fim, vale dizer ainda que o Ecossocialismo se porta como uma alternativa civilizacional ao modelo de sociedade capitalista, que vai depender de uma estratégia revolucionária que seja capaz de constituí-la, e que se funda tanto numa anteposição capitalista que faz tudo virar mercadoria, como na ruptura por completo com o modelo produtivista visto em sociedades que experimentaram em alguma medida uma perspectiva socialista<sup>350</sup>.

E, assim, conclui-se que:

Trata-se, pois, de uma proposição revolucionária, anticapitalista, a reclamar um novo arranjo produtivo e que não admite clivagens entre teoria e prática, não assentando seus principais cânones na ossificação acadêmica – em que pese guarde uma dimensão teórica proeminente – ou de qualquer outra oficialidade institucional – mesmo sabendo que reclame, transicional e taticamente, engendramento também na institucionalidade. Em síntese, assim, podemos afirmar – sempre baseados em Löwy – que o ecossocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de ‘o progresso destrutivo’ do capitalismo [também encetada na lógica produtiva pós-capitalista dos estados operários burocraticamente degenerados, G.S.]. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos<sup>351</sup>.

As lutas dos seringueiros demonstram, portanto, uma aproximação ao que se entende por perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas, na medida em que pretendiam em certa medida subordinar o valor de troca ao valor de uso, de modo a organizar a produção em função das suas necessidades reais

---

<sup>348</sup> SEFERIAN, Gustavo. *Ecossocialismo e humanismo*. Germinal: marxismo e educação em debate, n. 13, p. 515-534, 2021c.

<sup>349</sup> *Ibidem*.

<sup>350</sup> *Ibidem*.

<sup>351</sup> *Idem*, *Onze proposições sobre o Direito do Trabalho desde a perspectiva ecossocialista*. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 4. 2019. p. 91-92.

e mais genuínas. Havia, também, uma preocupação autêntica com o meio ambiente, com a floresta, com os recursos que a terra poderia oferecer, de modo que foi construída uma relação, não de subordinação, mas de integração entre natureza humana e não-humana.

Por fim, deve-se compreender que o desenvolvimento não está relacionado apenas ao crescimento econômico de poucos que oprimem muitos. A sociedade contemporânea reduziu os seres humanos oprimidos a uma única potencialidade: gerar riqueza para aqueles que oprimem. Todavia, os seres humanos são capazes de desenvolver interações outras e necessidades mais genuínas que superam às esperadas pelo capital, podendo, inclusive, dispor do seu próprio tempo para se dedicar atividades outras que possuam maior aderência a um senso de cooperação, libertação e preservação da natureza.

### 3.6. CRÍTICA AO DIREITO DO TRABALHO: UMA NOVA PERSPECTIVA JURÍDICA-HISTÓRICO DA HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO E DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Antes de adentrar ao tema propriamente dito faz-se necessário apresentar uma concepção sintética sobre o posicionamento dessa pesquisa acerca das percepções sobre a história do Direito do Trabalho e, por conseguinte, do sindicalismo.

Nesse contexto, a história do Direito do Trabalho brasileiro não é uma linha histórica linear e desconexa dos movimentos sociais. São as lutas de classes, os movimentos dos trabalhadores que fizeram e fazem com que a sociedade capitalista tenha um patamar mínimo de direitos trabalhistas aptos a resguardar às ofensivas dos detentores do capital. Em alguns casos a luta, inclusive, pode ser contra o próprio Direito do Trabalho, na medida em que se faz prejudicial à própria classe trabalhadora.

Entendemos por história do Direito do Trabalho, tal qual Bernard Edelman, aquilo que o advogado francês apontará como uma “‘história jurídica’ do movimento operário”, “uma ‘história’ que se apresenta como o ajuste permanente da relação capital/trabalho na própria estrutura da lei, ou melhor, que considera a relação capital/trabalho uma relação jurídica, uma relação entre ‘sujeitos’”, ainda que não exclusivamente se reduza à compreensão de que tal relação guarde essência jurídica. Uma trajetória dinâmica, bem dizer,

que apenas acidentalmente tangencia os marcos da legalidade, do direito positivado, que mais se atenta às próprias inflexões da correlação de forças e da luta de classes do que a outras determinações. Assim, o resgate histórico do Direito do Trabalho é o resgate da luta das trabalhadoras e trabalhadores na sociedade capitalista. Lutas que, invariavelmente, deram-se pelo e por o Direito do Trabalho, sendo outras tantas contra o próprio direito<sup>352</sup>.

Além disso, Seferian vai chamar atenção para o fato de que a compreensão das especificidades e funcionalidades da proteção jurídica dos trabalhadores e das organizações de classe passa invariavelmente pelo “*apoderar-se desse monumento que são as memórias, trajetórias, embates e pessoas que animaram o enfrentamento classista por gerações e gerações, inobstante possam ter passado aos anais da história como anônimas.*”<sup>353</sup>

Para utilizar novamente da expressão de Walter Benjamin que propõe escovar a história à contrapelo, o sujeito do conhecimento histórico terá como tarefa indissociável do fazer histórico recontar a história, a partir da realidade da própria classe combatente e oprimida, que terá como finalidade a libertação das gerações que foram derrotadas<sup>354</sup>. Contar a história a partir da lógica dos vencidos e oprimidos é também uma forma de libertação e de emancipação dos monumentos de cultura, que nas palavras do autor, são também monumentos de barbárie<sup>355</sup>.

Seferian vai pontuar ainda que, em regra, os manuais de Direito do Trabalho, quando perpassam por questões históricas, o fazem a partir de um referencial idealista e normativo, fazendo um paralelo com a realidade jurídico-histórica inglesa, como se a história fosse neutra, igual para todo mundo, deslocada dos agir social.<sup>356</sup>

---

<sup>352</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p. 107-108.

<sup>353</sup> *Ibidem*. p. 108.

<sup>354</sup> Tese 12 - O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações de derrotados. BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre o Conceito da História*. In: LÖWY, Michael. *Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

<sup>355</sup> Tese 7 - Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. *Ibidem*.

<sup>356</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p. 134.

O que por certo, não faz sentido algum, já que os movimentos sociais, a forma de constituição e de exploração da sociedade são particulares de cada região. Ainda assim, vale a crítica acerca da neutralidade acerca do fazer histórico. Não existe história neutra e, nem tampouco, fazer histórico sem o agir social. A repetição de fatos históricos sem crítica e sem levar em consideração às realidades dos vencidos e oprimidos nada mais é que perpetuar com a história dos vencedores.

No que se refere ao sindicalismo, primeiro, deve-se partir da ideia de que é próprio da sociedade burguesa e está vinculado às formas sociais do capitalismo como o valor, o trabalho abstrato e a equivalência. Ademais, é eminente e inseparável da classe trabalhadora e, necessariamente, está atrelado à luta em defesa da mercadoria força de trabalho. O sindicalismo não pode ser confundido apenas com o sindicalismo oficial, institucional e pautado em uma organização coletiva legal, o que por vezes pode resultar em uma captura pela classe dominante. Deve ser visto como um acúmulo de forças da classe trabalhadora<sup>357</sup>.

O sindicalismo é uma das pontes entre as lutas contra os efeitos da dominação capitalista, se constitui como uma das formas de resistência e de luta contra essa relação dominação/dominado e, que, não é linear e coerente, envolve contradições, avanços e recuos, compromissos e rupturas. Em alguns casos, a sua atuação vai se dar dentro dos limites da legalidade, em momentos de conjunturas de estabilidade da hegemonia burguesa e, em outros, quando a atuação é revolucionária, em que o poder político e a própria legalidade são postos em questão<sup>358</sup>.

Nesse sentido, as lutas dos trabalhadores contra as opressões do modo de produção capitalista, assim como as lutas do sindicalismo, podem contribuir para colocar em crise certos arranjos de dominação hegemônica, proporcionando um desfecho mais favorável aos dominados. Se constituem como lutas políticas imediatas que vão tencionar certas conjunturas de determinada formação social, mas que não necessariamente incidem sobre as relações de produção. A superação do Estado burguês deve se dar a partir de

---

<sup>357</sup> BARISON, Thiago. *A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle do judiciário após a Constituição de 1988* / Thiago Barison, — São Paulo: LTr, 2016, p. 138-139.

<sup>358</sup> *Ibidem*.

uma revolução política que pode sim se dar, a partir, do tensionamento das lutas dos trabalhadores, colocando em crise a dominação hegemônica burguesa<sup>359</sup>.

Frequentemente a história do sindicalismo brasileiro é contada pela doutrina juscoletiva contemporânea de modo a tratar do Direito Coletivo como tradução literal da Declaração III da Carta Del Lavoro, da Itália fascista de 1927, que teria sido incorporada pela Constituição brasileira de 1937, após o golpe que inaugura o Estado Novo. Há ainda aqueles que tentam colocar a CLT num lugar de autoritarismo, que muitas vezes tem como objetivo chantagear os sindicalistas apegados ao sindicato oficial, o qual muitas vezes é confundido equivocadamente com a história do sindicalismo europeu<sup>360</sup>.

Não por acaso, a história do novo sindicalismo brasileiro é contada, a partir da luta dos trabalhadores urbanos, sobretudo, a partir das lutas nas fábricas no ABC paulista, com as greves que se tornaram potentes no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980. Traçando uma linha histórica juslaboral que procura aderência aos fenômenos ocorridos nos países europeus, a história do sindicalismo brasileiro predominantemente agrário-exportador, dependente e subordinado aos ditames do capital internacional vem sendo contada a partir de uma realidade e contextos que não possuem uma representatividade efetiva em relação à realidade da sociedade brasileira, que ainda, como visto, permanece influenciada por seu sentido colonial.

Na visão desse trabalho é impossível tratar de sindicalismo no direito brasileiro partindo apenas do sindicalismo urbano. Por todos os elementos já trabalhados na presente pesquisa e que remontam à realidade colonial, racista, agrária-exportadora, dependente e subordinada, cuja grande parte dos trabalhadores no período ora estudado encontravam-se no campo e na floresta, parece imprescindível que o sindicalismo brasileiro seja estudado, a partir de uma perspectiva rural e não urbana e, que remeta aos movimentos sociais que representaram em certa medida a luta de classes e a melhoria das condições de vida e de trabalho.

---

<sup>359</sup> BARISON, Thiago. *A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle do judiciário após a Constituição de 1988* / Thiago Barison, — São Paulo: LTr, 2016, p. 138-139.

<sup>360</sup> BARISON, Thiago. *A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle do judiciário após a Constituição de 1988* / Thiago Barison, — São Paulo: LTr, 2016, p. 31-32.

Nesse sentido, os movimentos que antecederam o sindicalismo amazônico-acreano, que foram de suma importância para a sua constituição merecem destaque no campo da doutrina juscoletiva, que por não conhecimento ou por falta de interesse reproduzem uma história que não possui aderência alguma à realidade da sociedade brasileira. Portanto, reivindica-se na presente pesquisa uma nova perspectiva da história do movimento sindical brasileiro, que deve ter como sujeito histórico central o trabalhador do campo e da floresta e, nesse contexto, sem se esquecer das lutas que antecederam os movimentos estudados, que não existiriam sem as experiências de seus antepassados<sup>361</sup>, merecem destaque as lutas dos seringueiros/posseiros.

E, assim, para utilizar da expressão de Fernando Michelotti e Bruno Malheiro é necessário que se faça um “giro geoepistemológico” para incluir a experiência histórica do capitalismo na Amazônia como o centro analítico das interpretações do Brasil<sup>362</sup>, o que abarca também a experiência histórica das lutas invisibilizadas dos trabalhadores da floresta e, por conseguinte, a sua contribuição para a história do Direito Brasileiro.

### 3.7. A EXPERIÊNCIA DAS LUTAS DOS SERINGUEIROS E O USO TÁTICO DO DIREITO DO TRABALHO ALINHADO ÀS PERSPECTIVAS ESTRATÉGICO-REVOLUCIONÁRIAS ECOSSOCIALISTAS

Como visto, para se organizarem coletivamente os seringueiros tiveram o apoio de uma parte progressista da Igreja Católica e da CONTAG, instituições que foram importantes na conscientização dos trabalhadores em relação aos seus direitos. Importante lembrar que os seringueiros não tinham oportunidade de frequentar escola e serem alfabetizados, uma vez que o

---

<sup>361</sup> BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre o Conceito da História*. In: LÖWY, Michael. *Alarime de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

<sup>362</sup> Essas linhas de força do capitalismo brasileiro ganham tons histórico-geográficos mais expressivos se, além de deslocarmos o centro da análise da industrialização ao pacto férreo de poder oligárquico e patrimonial, também deslocamos o lugar de observação, ou seja, se fazemos um giro geoepistemológico para incluir, por exemplo, a experiência histórica do capitalismo na Amazônia como o centro analítico das interpretações de Brasil, tomando as fronteiras, e não as relações consolidadas dos centros mais dinâmicos, como as linhas interpretativas do conjunto da nossa economia política. MICHELOTTI, Fernando e MALHEIRO, Bruno. *Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia*. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 641 - 680, ANO 2020.

trabalho no seringal, muitas vezes tinha início quando ainda eram crianças. Além disso, os seringais não contavam com escolas para os filhos dos seringueiros, pois não havia qualquer interesse por parte dos seringalistas/fazendeiros em proporcionar qualquer tipo de conhecimento a eles. O objetivo único era superexplorar a sua força de trabalho, como fica claro a partir do depoimento de Chico Mendes:

Um grande problema também que existia e que esqueci de citar inicialmente foi que durante este século o seringueiro nunca teve direito a uma escola, porque para o patrão, o seringalista, não interessava criar uma escola no seringal, porque para ele tinha dois problemas: se o seringueiro ou o filho do seringueiro fosse para a escola ele poderia aprender a se conscientizar e aí poderia organizar um movimento de libertação, de autonomia, então isso não era bom para o patrão. O filho do seringueiro indo para a escola implicava na diminuição da produção da borracha. Então eu, como todos os companheiros, como nove anos de idade, o nosso *abc* foi pegar uma lâmina e começar a sangrar seringueira para ajudar nossos pais na produção da borracha do patrão que precisava de um lucro maior para mandar seu filho estudar nas melhores universidades do país, ou então comprar apartamentos em Belém, Manaus, Fortaleza, ou então gastar altas somas em banca de jogos. O direito do seringueiro era trabalhar, produzir borracha para alimentar os interesses do patrão<sup>363</sup>.

Não por acaso um dos projetos de Chico Mendes foi levar a escola ao seringal, através do chamado Projeto Seringueiro<sup>364</sup>.

Tanto da parte progressista da Igreja Católica como da CONTAG começaram a fazer um trabalho de conscientização dos seringueiros em relação aos seus direitos mínimos, sobretudo, no que se refere ao que determinava o Estatuto da Terra. Ainda que o referido Estatuto não tivesse o objetivo real de distribuir terras, em verdade, sequer era cumprido pelos

---

<sup>363</sup> Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07. p.12.

<sup>364</sup> O Projeto Seringueiro marcou uma mudança fundamental na história recente dos trabalhadores do Vale do Acre: a passagem da fase de resistência para a de proposição e implantação de alternativas econômicas e sociais, com benefícios diretos e imediatos para os seringueiros. Foi uma iniciativa de Chico Mendes que marcou, também, seu estilo de liderança, o de fazer alianças com pessoas e instituições que poderiam contribuir para tornar realidade suas expectativas de mudança. Ele sabia acolher os projetos, políticos ou profissionais, das pessoas que dele se aproximavam e conseguia congregá-los e articulá-los a um projeto político maior. ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. p. 357.

seringalistas/fazendeiros, sendo certo que caso fosse minimamente observado, daria garantias mínimas aos seringueiros/posseiros.

E, foi exatamente, nesse sentido que essas instituições passaram a trabalhar com os seringueiros, dando-lhes consciência sobre os seus mínimos direitos. Se por um lado, o Estatuto da Terra não tinha o real objetivo de distribuir terras, é verdade que, por outro, garantia minimamente direitos aos seringueiros/posseiros na medida em que assegurava o direito à posse da terra a quem nela morasse habitualmente cultivando-a depois de um ano e um dia. E, ainda que os seringalistas/fazendeiros tivessem a seu favor as instituições oficiais do Estado (polícia, juízes e órgãos legislativos), certo é que os seringueiros inicialmente começaram a lutar para que a lei fosse cumprida.

O Estatuto da Terra, documento oficial que na realidade não tinha o objetivo de distribuir terras, mas que na prática de certa forma garantia aos seringueiros/posseiros o direito à terra, se tornou, assim, um instrumento das primeiras lutas desses trabalhadores. Vale lembrar que o Estatuto da Terra surge justamente após pressão popular para que a reforma agrária fosse implementada no território brasileiro. Vem como uma resposta dos detentores do capital, via Estado, aos movimentos que eclodiam no país com a finalidade de *distribuir alguma terra para não distribuir terras*.

A utilização de um instrumento oficial para que os seringueiros pudessem iniciar as suas lutas, foi o primeiro passo para que se organizassem coletivamente, uma vez que da utilização desse documento legal que garantia e ao mesmo tempo não garantia direitos, surgiram pautas outras que foram inseridas no contexto do movimento social.

As próprias pautas em torno da superexploração do trabalho, que já existiam antes mesmo da organização coletiva, no que tange à política da borracha, rompendo definitivamente com os abusos cometidos pelo barracão puderam ser colocadas na ordem do dia e se tornarem também possíveis de serem atingidas. A questão ecológica, da manutenção dos seringais e do próprio modo de vida seringueiro, além do resgate às pautas relacionadas ao que foi prometido aos seringueiros que foram convocados como durante a 2ª Guerra Mundial e, ficaram conhecidos como, Soldados da Borracha. Enfim, uma série de demandas que puderem ser debatidas, a partir da tomada de consciência e utilização de um instrumento oficial.

Dessa forma, a maneira pela qual os seringueiros se organizaram coletivamente e o modo pelo qual utilizaram-se de um instrumento oficial, que foi criado senão a partir e em razão das lutas dos trabalhadores rurais, camponeses em todo o território brasileiro e como forma de tentar manter o *status* de poder e opressão, mas que ao mesmo tempo garantiu alguma posse de terra àqueles que observavam determinados requisitos, parece se aproximar da teoria juslaboralista elaborada por Gustavo Seferian a partir do conceito de Direito do Trabalho como *barricada*<sup>365</sup>.

E, aqui, deve-se pontuar, que muito embora o Estatuto da Terra não possua relação direta com o Direito do Trabalho enquanto legislação oficial, é certo que a sua utilização tática, pode proporcionar aos seringueiros/posseiros a luta pela implementação de garantias mínimas no que se refere às suas condições de trabalho. Vale o registro novamente de que o Direito do Trabalho formal e urbano somente foi estendido aos trabalhadores rurais em 1963. E, por óbvio, essa extensão não se deu de forma imediata e integral, até os dias atuais os trabalhadores do campo e da floresta lutam pela implementação mínima de direitos trabalhistas, não por acaso as denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão ainda são muito frequentes<sup>366</sup>.

Seferian vai, ainda, mencionar sobre a possibilidade de utilização de ramos outros do direito, mas não todos, como barricada. Nesse sentido, o autor vai enfatizar que a justificativa da figura da barricada se dá em razão das lutas incansáveis realizadas por trabalhadores e trabalhadoras e, por oprimidos e oprimidas, que não cessam de perder. Inserindo o Direito do Trabalho como fruto destas lutas, que são conduzidas nas e pelas barricadas<sup>367</sup>.

O Direito do Trabalho e o Estatuto da Terra são frutos dessa sociedade pautada em classes e estão conectados com o capitalismo. O Direito do Trabalho depende necessariamente da existência do capitalismo, assim como as lutas de

---

<sup>365</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017.

<sup>366</sup> Sobre o trabalho escravo contemporâneo ver: MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana*/Livia Mendes Miraglia. — 2. ed. — São Paulo: LTr, 2015.

<sup>367</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p. 101.

barricadas<sup>368</sup>. Esses dois instrumentos oficiais são invariavelmente marcados pelas lutas sociais e, refletem as contradições existentes na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo que existem para manter os privilégios e condições de opressão dos detentores do capital, se tornam um instrumento importante de garantia mínima dos direitos dos trabalhadores.

O Direito do Trabalho é, portanto, fruto da sociedade capitalista, pautada na divisão de classes:

Compreender a centralidade do trabalho nos leva, enquanto derivação necessária na leitura dos fatos sociais, a constatar que vivemos em uma sociedade de classe. Classes que no fazer histórico entram em “guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada”, da qual resulta, no seio do capitalismo, no bojo da polarização entre burguesia – que vive da exploração do trabalho alheio – e proletariado – que vive da venda da sua força de trabalho – e entre outras tantas consequências, na formação do Direito do Trabalho. Assim, tal qual a barricada, a Legislação do Trabalho é ferramenta que se forja e aperfeiçoa dadas as necessidades que exsurtem no transcurso da luta entre as classes trabalhadoras e proprietárias no capitalismo. Questão que nos parece evidente é que o Direito do Trabalho assume classicamente – e deve seguir assumindo – posição de defesa de interesse das classes trabalhadoras pelo simples fato de ser um produto histórico, ou seja, dessa luta encarniçada entre classes. Uma conquista do operariado moderno<sup>369</sup>.

Nesse contexto, Seferian, utilizando-se da alegoria de Walter Benjamin de que a sociedade atual se encontra numa emergência na qual está sendo guiada pelas forças produtivas do progresso para o abismo e a forma de parar essa locomotiva seria através da revolução social, vai dizer que o Direito do Trabalho tal qual concebido pode ser comparado a um freio falho desse trem, que, ainda que de extrema importância nesse modo de sociedade, reduz sua velocidade, mas jamais o faz parar, de modo que em algum momento esse trem vai chegar no abismo<sup>370</sup>.

Se de um lado, o objetivo é manter o *status quo* e avançar cada vez mais com a exploração dos trabalhadores para que auferam mais lucro e se distanciem ainda mais o abismo que existe entre as classes, de outro, a luta não deve ser apenas para manter os direitos já conquistados ou lutar para não os perder, mas

---

<sup>368</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p.109.

<sup>369</sup> *Ibidem*. p. 126-127.

<sup>370</sup> *Ibidem*. p. 246.

também utilizar-se desse instrumento oficial como forma de conquista de novos direitos e até de superação desse próprio direito e dessa própria divisão em classes.

Nesse cenário de combate, enfrentamento e de briga pelos interesses das classes, vem vencendo os proprietários que cada vez mais utilizam-se de instrumentos oficiais para retirar dos trabalhadores ainda mais direitos. Vão se utilizar das mais absurdas justificativas para fazê-lo, mas estão sempre fazendo. Portanto, Seferian vai chamar atenção para uma tomada de consciência dos trabalhadores que deve focar na construção de um Direito do Trabalho que deve se voltar à *constituição da mais completa insegurança jurídica ao burguês*<sup>371</sup>, de modo que deverá realmente promover a possibilidade de cessação da ordem social capitalista.

É preciso que o Direito do Trabalho cause medo às classes proprietárias. Até em razão de que há novas tarefas a serem conferidas às pedras e aos paus que alicerçam a barricada. Estes caminhos obstruídos devem dar passagem a novas construções. Erigir uma nova sociedade, por certo, é a maior delas<sup>372</sup>.

Vale pontuar aqui, não se pretende com o presente estudo elaborar qualquer tipo de construção de um Direito do Trabalho capaz de alterar as relações sociais, muito pelo contrário, tem-se como ponto de partida o estudo dos movimentos sociais e como eles são capazes de mudar em certa medida a ordem social vigente nesse momento<sup>373</sup>. Pelo que, essa tomada de consciência

---

<sup>371</sup> Essa consciência não é só a do uso desse ferramental, mas perpassa a compreensão de se tratar de toda uma série de institutos e instituições que foram adaptados à regulamentação das relações de trabalho capitalista por força de incessantes lutas das gerações precedentes. Lutas invariavelmente revolucionárias, que por efeito imediato e dentro da temporalidade da política, do empenho do possível, tiveram a concessão de Direitos. Derrotas que se caracterizam como vitórias parciais naquilo que se refere ao saldo organizativo das e dos revolucionários. Logo as barricadas do Direito do Trabalho devem ser concebidas enquanto “monumentos de uma consciência da história” que primam pela superação da ordem excludente e opressora do capital. Devem ser vistas como uma afirmativa formal de transição para uma nova sociedade, a ser calcada em novos e igualitários marcos. *Ibidem*. p. 174.

<sup>372</sup> *Ibidem*. p. 223.

<sup>373</sup> Ainda que nossa proposta seja a de alicerçar uma barricada jurídica, possuindo portanto um caráter simbólico-formal sobressalente – donde a teoria cumpre importante papel –, imprescindível se faz ressaltar que ela se mostra manifestamente presente na materialidade. Seu substrato, sua força imanente, provém também do material. Mais especificamente das lutas empreendidas pelas oprimidas e oprimidos de toda história. *Ibidem*. p. 96.

deve passar pela alteração do referencial do Direito do Trabalho que deve ser tratado politicamente, através de uma óptica que deve partir da realidade e das lutas dos trabalhadores<sup>374</sup>.

E, assim, Seferian vai concluir que o Direito do Trabalho deve ser lido a partir de uma perspectiva tática pelos trabalhadores, na medida em que deve ser utilizado como instrumento transacional, atendendo necessidades imediatas da classe trabalhadora e também *impor formalmente alterações estruturais economicamente plausíveis*, realizadas a partir de grandes “sacrifícios” da classe burguesa<sup>375</sup>. *O fim maior do Direito do Trabalho deve ser o seu fim. Fim a ser alcançado como peça no revolucionar deste mundo. Só assim o Direito do Trabalho trará, efetivamente, favor ao trabalhador*<sup>376</sup>.

Entendemos ser esta a constatação fundamental, da qual decorrem todas as outras que nos servem de esteio, no sentido de que não será por meio do Direito do Trabalho que se construirá a alternativa de mundo que atenda aos anseios da classe que porá fim a todas as classes, valendo o mesmo para o direito como um todo.

Como ilustra a imagem de benjaminiana, deve a revolução social, capitaneado por uma ação massiva, aparecer como freio de emergência dessa locomotiva que é a sociedade guiada pelas forças do Progresso. O Direito do Trabalho, todavia, não é senão um breque falho desse trem, que diminui sua velocidade sem jamais o fazer parar, não chegando a cumprir nunca esse papel de freio emergencial. E ainda como simples – ainda que necessário! – freio, demanda ser tomado política e radicalmente para que se experimente esta guinada. Ajude esse destino final. Até em razão das abordagens justralhistas nunca deixaram – e nem poderão deixar – de ser políticas.

(...)

Lembre-mo-nos: os diagnósticos e imperativos aqui lançados se atrelam à nossa perspectiva de classe. Se anunciamos que deve o Direito do Trabalho cumprir um papel tático, é à nossa classe que ele assim se coloque. E isso em razão dele cumprir um papel de fato estratégico à burguesia, tanto naquilo que concerne às suas funcionalidades estruturais, quanto no que tange a fragmentação do proletariado<sup>377</sup>.

---

<sup>374</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p. 235.

<sup>375</sup> *Ibidem*. p. 248.

<sup>376</sup> *Ibidem*. p. 251.

<sup>377</sup> *Ibidem*. p. 246.

Portanto, a regulamentação jurídica deve ser utilizada de maneira tática de modo a afirmar os direitos da classe trabalhadora com vias de enfraquecimento real do poder econômico e institucional da burguesia. *É na luta por direitos, inclusive, que o homem se constrói politicamente* <sup>378</sup>.

Queremos, chamando Caetano, afirmar o “avesso do avesso”. Não mais só um direito que negue a lógica liberal em que a forma jurídica foi forjada, mas que ainda continua sendo direito. Mas um direito que chame o não-direito, que clame sua própria superação, que desponte enquanto sua própria negação<sup>379</sup>.

Assim, a conscientização da classe trabalhadora e o fomento político das conquistas dos direitos trabalhistas deve ser a tônica desse Direito do Trabalho que, ainda, alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas pode servir de instrumento para uma transação civilizacional. Nesse sentido, o Direito do Trabalho deve ser reconstruído para permitir o seu próprio fim, em um novo modelo de sociedade.

Para tanto, como forma de transição, Seferian lista onze proposições para a construção de um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas. Pontua-se aqui algumas delas: O Direito do Trabalho deve-se pautar no conjunto de trabalhadores e trabalhadoras de todo o planeta dessa e de outras gerações; a pauta ecológica deve estar no centro de sua realização; deve ter foco na redução da jornada de trabalho como determinação antiprodutivista e deve centralizar as decisões sobre o controle quanto aos destinos da produção nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a tomada de consciência dos seringueiros acreanos, que passaram a ser organizar coletivamente, utilizando-se de instrumentos oficiais (Estatuto da Terra) para reivindicar direitos e necessidades imediatas, mas que com o passar do tempo utilizaram esses instrumentos taticamente para que conseguissem implementar um modelo de sociabilidade diferente do que era praticado até o momento. O conceito e a concretização do que seria uma Reserva Extrativista surge das próprias experiências dos seringueiros com as

---

<sup>378</sup> SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017. p. 248.

<sup>379</sup> *Ibidem*. p. 251.

sociedades indígenas e com a vivência nas colocações. A preocupação ecológica se tornou central na reivindicação dos trabalhadores, mesmo porque ela significava a própria manutenção do modo de viver seringueiro, além do que o tensionamento das relações de trabalho pautadas na superexploração pelos seringalistas, com o monopólio do barracão, foi uma das principais pautas dos seringueiros durante anos.

Os seringueiros que tanto lutaram para romper com o monopólio do barracão, contra a superexploração do trabalho a que eram submetidos e contra os abusos praticados pelos patrões, se conscientizaram que a luta por melhores condições de trabalho era também a luta pela sobrevivência e pela manutenção do seu modo de vida, o que transcendia a própria lógica do trabalho, passando por questões eminentemente sociais, ecológicas e revolucionárias.

É certo que as contradições da sociedade e, ainda mais, da sociedade capitalista fazem com que nem sempre uma vitória se torne efetivamente uma vitória. Mas a conquista das Reservas Extrativistas se deu em razão da luta intensa dessa classe de trabalhadores, que superexplorada por mais de cem anos, se tornou uma fonte de grande inspiração para movimentos futuros.

Assim, a construção de um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas deve também pautar a sua existência escrevendo e contando a história daqueles que sempre foram oprimidos e vencidos.

## CONCLUSÃO

Mais do que chegar a conclusões fechadas e inacabadas, esta pesquisa foi animada por uma vontade histórica-sociológica de realizar um estudo sobre personagens da história contemporânea brasileira, que muitas vezes são esquecidos e invisibilizados, sobretudo nas linhas de pesquisa em Direito do Trabalho. Pouco se fala dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da floresta. A história do Direito do Trabalho que vem sendo frequentemente contada e repetida, pouco leva em consideração a importância dos movimentos sociais dos trabalhadores do campo e da floresta, como visto está atrelada à conceitos e realidades eurocêntricas que não se adequam à realidade brasileira.

Compreender a história e o Direito do Trabalho brasileiros devem necessariamente passar por estudos que levam em conta a sociedade brasileira. E, nesse contexto, como trabalhado no Capítulo 1, a sociedade brasileira está intimamente ligada ao seu sentido colonial, sentido esse que não pode ser dissociado e simplesmente esquecido, também, das análises do Direito do Trabalho. Uma sociedade que foi se constituindo de forma exploratória, com objetivo de produção que se voltaria às necessidades externas, a partir da utilização de força de trabalho escravocrata predominantemente negra e que assassinou grande parte dos seus povos originários (sociedades indígenas), cujas bases de exploração do trabalho foram mais acentuadas e mais precarizantes, jamais podem ser dissociadas de uma análise do Direito do Trabalho.

E, porque o Acre? O Acre é um Estado historicamente esquecido. Por sua localização, pelo difícil acesso e pela falta de interesse em explorar as riquezas da região, o Estado foi o último a se tornar parte do Brasil, foi o responsável pela exportação da maior quantidade de látex, matéria-prima que foi indispensável para as indústrias farmacêuticas e automobilísticas, no final do século XIX e início do século XX. Isso fez que com que a economia do Estado fosse pautada quase que exclusivamente na extração da borracha, atividade que fez parte da constituição da própria sociedade acreana.

O Acre se constituiu, a partir de em razão das lutas já dos seringueiros – ainda que a mando dos seringalistas -, é território que foi responsável pela maior produção e exportação de látex brasileiro. Foi onde os seringueiros se

mobilizaram coletivamente, onde foram superexplorados e ainda assim conseguiram se reunir para empatar as derrubadas das árvores e para manter o seu modo de vida.

O Acre que abraçou tantos trabalhadores e famílias nordestinas que migraram para a região e passaram a formar essa sociedade. Que durante a 2ª Guerra Mundial abrigou uma quantidade imensa de outros tantos trabalhadores que ficaram conhecidos como soldados da borracha. O Acre viu nascer e crescer Chico Mendes e tantos outros seringueiros que deram sua vida e tinham em mente a construção de uma sociedade diferente desta, que ainda perdura.

Se os seringueiros foram superexplorados com o sistema de aviamento, que lhes impunha uma jornada de trabalho de 12, 14, 16 horas, que lhes tolhia a liberdade de vender e comprar, a liberdade de ir e vir, de poder produzir aquilo que consumiam e que lhes impedia de romper com o monopólio do barracão, chegada dos *paulistas* ao Acre intensificou ainda mais esse processo de exploração, mas agora passaram também a ser expulsos das terras em que viviam há anos.

Com o fim dos períodos de ascensão da produção da borracha, muitos seringais foram abandonados, os seringalistas encontravam-se endividados e novos arranjos de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho passaram a ser experimentados. O Brasil pós golpe de 1964 vivenciou anos de uma ditadura empresarial-militar, em que a expansão do capitalismo monopolista se tornou um dos grandes objetivos do governo.

E, como não poderia deixar de ser, a Amazônia-acreana se tornou central nesse processo de expansão, através das políticas de “integração”, “colonização” e “ocupação”. Há, portanto, um verdadeiro processo de desocupação e de ocupação capitalista dos territórios, utilizando-se fundamentos pautados na “segurança nacional” e “desenvolvimento econômico”, a ditadura empresarial-militar dá ênfase à colonização da região amazônica em prol da expansão extensiva e intensiva do capitalismo.

Com a ditadura, a superexploração e expropriação dos seringueiros foi ainda mais intensa, muitos deles também passaram à condição de posseiros. E, muito embora o Estatuto da Terra não tivesse como objetivo efetivamente distribuir terras, de certa forma a legislação legitimava a posse dos seringueiros/posseiros. Apesar disso, no intuito de transformar a floresta e os

seringais em verdadeiros pastos, limpando a região, os *paulistas* expulsavam violentamente os seringueiros/posseiros das terras em que se encontravam por 20, 30, 40 anos. Com a especulação fundiária no Acre incentivada pelo governo ditatorial e também com intensa publicidade do governo do Estado, fez com que as terras ocupadas por seringueiros/posseiros fossem vendidas a preços ínfimos para compradores, em regra, grandes empresários do sudeste e sul do país.

Em suma, o objetivo era desocupar para ocupar. Limpar a terra em prol do agronegócio, dos grandes empreendimentos das grandes estradas. Era preciso limpar as terras, ou seja, retirar os posseiros das terras que possuíam há anos, onde já estavam instalados e tinham, inclusive, desenvolvido atividades produtivas de subsistência. Tudo à mercê do capital internacional, que simultaneamente instalava grandes empresas no território brasileiro (exportando matéria-prima e importando produtos industrializados para o consumo).

Simultaneamente, houve mais uma nova e intensa migração de nordestinos, principalmente, que eram superexplorados e que vão continuar a serem explorados e expropriados na Amazônia. A promessa por terra e condições melhores de vida dão o tom da política de publicidade do governo estadual, mas em verdade há por trás, uma forma de conter movimentos sociais que estavam eclodindo no Nordeste, o que poderia romper com o *status* da burguesia local. Portanto, a migração serve ao mesmo tempo para manter o *status* de exploração e acumulação no Nordeste, que formou um contingente de reserva de trabalhadores, como também serve para expandir o capitalismo dependente na região amazônica, onde os recursos naturais e humanos são integralmente expropriados e saqueados.

Nem mesmo as políticas da dita reforma agrária realizadas através do INCRA, que a bem da verdade, tinham por objetivo apenas conter movimentos sociais, foi suficiente para distribuir a terra. Os incentivos fiscais e créditos conferidos pelo governo brasileiro pouco beneficiaram os posseiros, muito pelo contrário dificultaram ainda mais o acesso à terra. Em muitos dos casos era necessário apresentar um título de posse/propriedade, o que na região praticamente não existia. Foram inúmeros casos de fraude que beneficiaram os grandes empresários e comerciantes em detrimento dos posseiros.

E, assim, o que de fato aconteceu foi uma contra-reforma agrária por parte do governo. A reforma agrária era sim realizada, na prática e a duras penas pelos

seringueiros/posseiros/colonos, que eram violentamente (tanto por meio de órgãos públicos, como via força física privada) retirados de suas terras.

A luta pela terra e pela manutenção de suas condições de vida se tornou a grande tônica dos seringueiros acreanos, que com o passar dos anos vão percebendo que somente iriam conseguir romper com a expropriação de si e da terra através de articulações coletivas.

Importante ponderar que o capital (seja nacional ou estrangeiro) nunca se preocupou com a manutenção da floresta, muito pelo contrário, o objetivo sempre foi ocupar, colonizar e expandir o mercado num local tido como vazio e não produtivo, de modo que os conflitos pelo uso e pela posse da terra vão se intensificando e tornando-se cada vez mais violentos.

Os seringueiros com o apoio de uma ala da Igreja Católica progressista, com a experiência das Ligas Camponesas e com a ajuda da CONTAG, que não obstante estivessem frequentemente sendo violentamente ameaçados pelo governo ditatorial, foram indispensáveis para a articulação da luta coletiva desses trabalhadores, que se organizaram em sindicatos e lutaram para empatar as derrubadas das árvores, de modo que com o passar dos anos as experiências foram amadurecendo e dando origem ao projeto de criação do modelo de Reserva Extrativista, pautado em um desenvolvimento sustentável e equilíbrio entre a natureza humana e não-humana.

Nesse contexto, estudar a história e realizar uma análise crítica ao Direito do Trabalho deve passar necessariamente por estudar e compreender a história da Amazônia. Amazônia que é floresta, Amazônia que também é campo, é pasto e é seringa. O Brasil se constituiu enquanto um país agroexportador e essa é ainda a realidade. Como, então estudar a história do Brasil sem passar pela história dos trabalhadores do campo e da floresta? É o que tem sido feito. E, por isso, a crítica a forma pela qual o Direito do Trabalho vem sendo contado, sendo necessário que o Direito do Trabalho também se atenha às experiências das lutas de classes desses trabalhadores. Como falar em sindicalismo, sem falar das lutas dos seringueiros? Portanto, é necessário que se faça um giro geopistemológico” para incluir a experiência histórica do capitalismo na Amazônia e das lutas dos seringueiros no centro analítico das interpretações da história Brasil e do Direito do Trabalho Brasileiro.

Nesse contexto, ficou demonstrado que as lutas dos seringueiros amazônicos podem servir de inspiração à construção de um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas, na medida em que a utilizaram-se da organização coletiva e de instrumentos oficiais, a exemplo do Estatuto da Terra para reivindicar direitos e necessidades imediatas, mas que com o tempo também passaram a utilizar taticamente esses instrumentos para que conseguissem implementar um modelo de sociabilidade diferente do que era praticado, com a criação do modelo de Reserva Extrativista pautado nas experiências dos seringueiros com as sociedades indígenas e com a vivência nas colocações.

Sendo assim, a construção de um Direito do Trabalho alinhado às perspectivas estratégico-revolucionárias ecossocialistas, deve se pautar na perspectiva daqueles que sempre foram oprimidos e vencidos. Se, é somente por meio da luta social que se faz a revolução, que se conte a história desses e de tantos outros trabalhadores que lutaram e continuam lutando para que outros comecem a se organizar e se inspirem em suas experiências.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary Helena. *A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827p., mm, (UnB-CDS, Doutora, Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental, 2002). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas públicas*. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALMEIDA, Mauro W.B. de. *Direitos à floresta e ambientalismo: Seringueiros e suas lutas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, núm. 55, junho, 2004, p. 33-52.

BARBOSA DE ALMEIDA, M. W.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. *O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, p. 25-55, nov. 2018. Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes.

BARISON, Thiago. *A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle do judiciário após a Constituição de 1988* / Thiago Barison, — São Paulo: LTr, 2016.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Ilust. De Jorge Palheta e Moacir Andrade, Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Teses Sobre o Conceito da História*. In: LÖWY, Michael. *Alarme de Incêndio: uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BRASIL, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL, Lei n.º 5173 de 27 de outubro de 1966 - Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

BRASIL, Decreto n.º 68.153/70 de 1º de setembro de 1970 - Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

BRUIT, Hector. *Acumulação capitalista na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins de. *A privatização das terras da Amazônia* (Relendo a CPI da Terra). Rio de Janeiro, 1979, p. 52.

CNBB-CEP, Pastoral da Terra – posse e conflitos, Estudos da CNBB-CEP, 2ª Edição São Paulo, Edições Paulinas, 1977, p. 90.

Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1985.

Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1986.

Conflitos de Terra no Brasil, Comissão Pastoral da Terra, 1988.

COSTA, Sobrinho, Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992.

DE SOUZA, *Cristiane Luíza Sabino Terra*. *Trabalho e Racismo: Veias Abertas de Uma Análise Histórico Estrutural no Brasil* / Cristiane Luíza Sabino de Souza; orientadora, Beatriz Augusto de Paiva. – SC, 2018.

DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela terra no Acre: A resistência dos seringueiros de Xapuri*. – Rio Branco-AC, Casa da Amazônia, 1987 p. 71.

FREITAS, Luiz Carlos de. *As duas linhas de interpretação teórica da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos práticos na forma de luta pela terra*. In: Leomar Rippel; Sidemar Pressoto Nunes. (Org.). *Imperialismo e questão agrária: a luta de classes no campo brasileiro*. 1ed. Florianópolis: Habitus, 2020, v. 1, p. 13-32.

Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07.

GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 1980. (Estudos rurais). p. 80.

IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 69.

IANNI, Otávio. *A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. p.180.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia* – Petrópolis: Vozes, 1979. p. 11-12.

IANNI, Octávio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LABRE, Antônio R. Pereira. *Itinerário da Exploração do Purus ao Beni, Pará*, 1887.

LÖWY, Michael. *A redução da jornada de trabalho é a condição do reino da liberdade*. in LOWY, Michael. *A teoria da Revolução no jovem Marx*. Tradução: Anderson Gonçalves. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. *Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista*. In: Caderno CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr.2013.

LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*/Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michael. *O que é o ecossocialismo?* – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. – (Coleção questões da nossa época; v. 54).

MAGALHÃES, Marcos Pereira. *Evolução antropomorfa da Amazônia*. Revista de História da Arte e Arqueologia 12:4–38. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2012%20-%20artigo%201.pdf>>

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 327, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 29 Mar. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINELLO, Pedro. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. Rio Branco (AC), UFAC, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Terra e liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia legal*, Plural m. 4, São Paulo, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro*. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, 2 (mayo-octubre 2021), p. 183-214.

MICHELOTTI, Fernando e MALHEIRO, Bruno. *Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia*. *Revista da ANPEGE*. v. 16. nº. 29, p. 641 - 680, ANO 2020.

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Diretrizes de governo: programa estratégico de desenvolvimento, Brasília, junho, 1967. p. 6-7.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana/Livia Mendes Miraglia*. — 2. ed. — São Paulo: LTr, 2015.

O Estado de São Paulo, Acre: 12 milhões de hectares inexplorados, São Paulo, 25/05/1980, p. 21.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987. p. 15.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Evolução e consequência da política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. 1980. 198 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição para a ecologia política da região*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6018>; Acesso em: 20 mai. 2021.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A aliança entre a terra e o capital na ditadura brasileira*. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 16, n. 1, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura*. São Paulo: USP/FFLCH, 2002.

SEFERIAN, Gustavo. *Brasil, 1º de abril de 1964: notas para a caracterização do golpe como empresarial-militar*. In: Nayara Rodrigues Medrado, Leonardo Evaristo Teixeira, Marco Alexandre de Souza Serra, Carla Benitez Martins (org.) *Economia Política da Pena e capitalismo dependente brasileiro*. São Paulo: Editora Dialética, 2021. p. 455-470.

SEFERIAN, Scheffer Machado, Gustavo. *Direito do Trabalho como barricada: sobre o uso tático da proteção jurídica dos trabalhadores*. Tese (doutorado) defendida junto à Faculdade de Direito da FDUSP, 2017.

SEFERIAN, Gustavo. *Ecosocialismo e humanismo*. Germinal: marxismo e educação em debate, n. 13, p. 515-534, 2021c.

SEFERIAN, Gustavo. *Extratativismo e a divisão internacional do (Direito do) Trabalho: uma abordagem ecosocialista*. Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí Editora Unijuí – Ano XXIX – n. 53 – jul./dez. 2020. p. 111. 106-117.

SEFERIAN, Gustavo. *Onze proposições sobre o Direito do Trabalho desde a perspectiva ecosocialista*. Teoria Jurídica Contemporânea, v. 4, p. 89-110, 2019.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento decapitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

Site Memorial Chico Mendes. Disponível em:  
<<http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

SVAMPA, Maristella. *As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

VILLALOBOS, J. U. G.; ROSSATO, G. *A Comissão Pastoral da Terra (CPT): Notas da sua atuação no Estado do Paraná*. Boletim de Geografia, v. 14, n. 1, p. 19-32, 25 mar. 2011.